

IJ00205
Ex.1

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

PROJETO CIDADES DE PORTE MÉDIO/CNDU/BIRD
- GRANDE VITÓRIA:
DOCUMENTO BÁSICO PARA DEFINIÇÃO DE PROJETOS



FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

IJ00205
3599/1980
Ex.1



411. 409815 207
F 981 70
3599/80
ent

PROJETO CIDADES DE PORTE MÉDIO/CNDU/BIRD
- GRANDE VITÓRIA:
DOCUMENTO BÁSICO PARA DEFINIÇÃO DE PROJETOS

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

PROJETO CIDADES DE PORTE MÉDIO/CNDU/BIRD
- GRANDE VITÓRIA:
DOCUMENTO BÁSICO PARA DEFINIÇÃO DE PROJETOS



JANEIRO/80

GOVERNO DO ESTADO

Eurico Vieira de Rezende

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Arlindo Villaschi Filho

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

Sebastião José Balarini - Diretor Superintendente*Antônio Luiz Borjaille* - Diretor Técnico

EQUIPE TÉCNICA

SUPERVISÃO

Antônio Luiz Borjaille

COORDENAÇÃO

André Tomoyuki Abe

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

Antônio Luiz Caus

Maria Heloisa Dias Figueiredo

Magno Pires da Silva

Rolf Schmidt

Angela Maria Lirio Coutinho

Elizeth Cardoso

Paulo Melo de Freitas Junior

AUXILIARES TÉCNICOS

Miriam Santos Cardoso

José Carlos da Silva Oliveira

José Saade Filho

EQUIPE DE APOIO DA FJSN



APRESENTAÇÃO

O documento aqui apresentado objetiva dar aos analistas do *Projeto Cidades de Porte Médio - CNDU/BIRD* uma visão geral dos problemas atualmente enfrentados pela Aglomeração da Grande Vitória, suas origens e a estratégia de ação montada para combater suas causas e efeitos, tanto a nível local, como a nível regional.

A operacionalização da estratégia ora apresentada depende de recursos que invariavelmente o Estado e municípios não dispõem.

A premissa básica que norteou a elaboração deste documento foi a compatibilização entre a estratégia proposta e a filosofia do Projeto CPM/BIRD, buscando o enquadramento de projetos que não encontram financiamentos nas fontes tradicionais, sem, contudo, descartar os projetos passíveis de financiamento, que teriam, assim, uma fonte alternativa.

A estratégia apresentada contempla ações nas áreas físico-territorial e social, dando ênfase maior, neste documento, às ações voltadas principalmente para a chamada *população urbana pobre*, conforme a filosofia do Projeto.

Trata-se, sem dúvida, de uma intervenção dentro de um dos grandes problemas hoje enfrentados, não só pela Grande Vitória, como por todos os grandes centros urbanos brasileiros, causado pelo desequilibrado processo de urbanização por que vem passando o Brasil.

A Grande Vitória possui, atualmente, 47% de sua população com renda familiar entre 0 e 5 salários mínimos regionais, residindo em 82 (oitenta e dois) assentamentos subnormais.

É exatamente nesses assentamentos que se quer intervir, procurando, ao máximo, atenuar as condições de vida dessa população.

Não será possível uma intervenção em todos os assentamentos, pois os recursos disponíveis são limitados e, conseqüentemente, seriam pulverizados sem que resultados satisfatórios fossem alcançados. Assim sendo, serão escolhidos os bairros mais carentes para uma intervenção global, cujos resultados terão efeito demonstrativo para que seja estabelecida uma política de intervenção futura nos demais bairros.

Dos projetos propostos, alguns, como Emprego e Renda, serão realizados diretamente dentro dos bairros escolhidos, outros, como Melhorias no Sistema Viário, serão, na maioria das vezes, executados, atendendo um conjunto de bairros. Nesse caso, os projetos serão apresentados separadamente, mas com relação patente às demais intervenções.

SUMÁRIO	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	
- 1. CARACTERIZAÇÃO	10
- 1.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL	11
1.1.1. Localização	11
1.1.2. A Microrregião	12
1.1.3. Evolução da Aglomeração	13
1.1.4. Atividades Econômicas	15
- 1.2. GRANDE VITÓRIA: POPULAÇÃO E MIGRAÇÕES	17
1.2.1. GV no Contexto Estadual	17
1.2.2. Os Municípios da Grande Vitória	19
1.2.3. Atração e Migração	23
1.3. CARACTERIZAÇÃO GEOLÓGICA E PEDOLÓGICA DA ÁREA URBANA ATUAL	24
1.4. SISTEMA DE TRANSPORTES NA GRANDE VITÓRIA	28
1.4.1. Situação Atual do Sistema Rodoviário Urbano .	28
1.4.2. Situação Atual do Sistema Aquaviário	31
1.5. SITUAÇÃO DA FUNÇÃO HABITAÇÃO NA GRANDE VITÓRIA	34
1.5.1. Antecedentes	34
1.5.2. A Expansão da Demanda por Espaço Domiciliar .	35
1.5.3. Fortalecimento da Concentração de Residências no Sul da Aglomeração	37
1.5.4. O Crescimento dos Barracos na Grande Vitória.	38
1.5.5. Uma Franja de Novas Áreas Residenciais	41
1.5.6. A Concentração de Barracos	42
1.5.7. Falta de Instalações Agrava a Exiguidade do Espaço Domiciliar e as Deficiências das Construções	42

1.5.8. O Diagnóstico Habitacional	44
1.6. EMPREGO E RENDA	47
1.6.1. Mercado de Trabalho	47
1.6.2. Renda da População	50
2. ESTRATÉGIA DE AÇÃO	54
2.1. INTRODUÇÃO	55
2.2. A ABORDAGEM FÍSICO-TERRITORIAL	58
2.3. A ABORDAGEM SOCIAL	63
2.3.1. A Questão do Habitat	66
2.4. A ÓTICA REGIONAL	69
3. O PROGRAMA DE CIDADES DE PORTE MÉDIO - PROJETO GOVERNO BRASILEIRO/BIRD	75
3.1. OBJETIVOS	76
3.2. DETALHAMENTO DAS AÇÕES	77
3.3. A INTEGRAÇÃO ENTRE O PROJETO E A ESTRATÉGIA	79
4. ÁREAS DE INTERVENÇÃO	80
4.1. OS ASSENTAMENTOS URBANOS SUBNORMAIS	81
4.2. A SELEÇÃO DAS ÁREAS - METODOLOGIA ADOTADA	85
4.3. DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS SE- LEZIONADOS POR MUNICÍPIOS DA GRANDE VITÓRIA	102
5. PROPOSTAS DE PROJETOS	115
5.1. LEGALIZAÇÃO DA POSSE DA TERRA	118
5.2. EMPREGO E RENDA	119
5.3. ABASTECIMENTO	120
5.3.1. Cadeias Voluntárias	120
5.3.2. Feiras Cobertas	121
5.3.3. Associação de Compradores	121

5.4. INFRA-ESTRUTURA URBANA	123
5.4.1. Energia Elétrica	124
5.4.2. Abastecimento de Água	124
5.4.3. Telefonia	125
5.4.4. Saneamento	125
5.4.5. Transportes	127
5.4.6. Educação	128
5.4.7. Saúde	129
5.4.8. Segurança	129
5.4.9. Lazer	130
5.4.10. Equipamentos Comunitários	130
5.5. NECESSIDADE DE AÇÕES INTEGRADAS	131
5.5.1. Colônia de Pesca Itapoã (Vila Velha)	131
5.5.2. Maria Ortiz (Vitória)	132
5.5.3. Aglomeração Santa Rita (Vila Velha)	133
ANEXOS	135
1. MICROEMPRESAS E MICROUNIDADES	
2. PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NO SETOR DE SANEAMENTO	
3. COMPONENTE TRANSPORTES	
4. MATRIZ DE PRIORIDADES	

1.

CARACTERIZAÇÃO

1.1.

CARACTERIZAÇÃO GERAL

1.1.1. LOCALIZAÇÃO

A localização da região da Grande Vitória implica em sua participação no domínio morfológico-climático do Sudeste Oriental do Brasil. As terras altas do planalto brasileiro são marcadas por cristas montanhas, compartimentos de planalto e vales profundos, com seu clima tropical amenizado pela altitude. Limitam-se a Leste com estreita faixa de terrenos rebaixados, constituídos por planícies e morros isolados ou pelas formações de tabuleiros.

Na latitude de Vitória, os terrenos de topografia acidentada, marcados por cristas e blocos montanhosos isolados, morros arredondados e pontões rochosos se estendem até o mar, interrompendo a continuidade da faixa de tabuleiros que caracterizam a orla costeira do litoral oriental do Brasil. Esse prolongamento dos terrenos cristalinos em direção ao mar é responsável pela excelente condição portuária da baía de Vitória, uma ria de canal profundo, típica embocadura afogada.

A microrregião da Grande Vitória compreende a área administrativa de cinco municípios - Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana - envolvendo a área já conurbada ou em processo de conurbação, continuum urbano que se convencionou denominar Aglomeração da Grande Vitória.

Na verdade, pelo efeito da rápida expansão do aglomerado, grandes porções dos territórios periféricos estão sendo, gradualmente, a ele incorporados, convertidos em áreas suburbanas, ou de especulação para expansão mais remota. A Grande Vitória funciona como um centro de polarização dominante sobre uma área que, segundo o IBGE, abrangeria diretamente pelo menos onze municípios.

A ação polarizada de Vitória está relacionada principalmente à sua con
dição:

- . De capital político-administrativa (e, conseqüentemente, centro de de
cisões para todo o aspecto, ponto de convergência de entidades públi
cas etc);
- . De porto marítimo de grande expansão, notadamente pela especialização
como exportador de minério;
- . De centro comercial e de serviços de caráter regional, em acelerado
processo de industrialização.

1.1.2. A MICRORREGIÃO

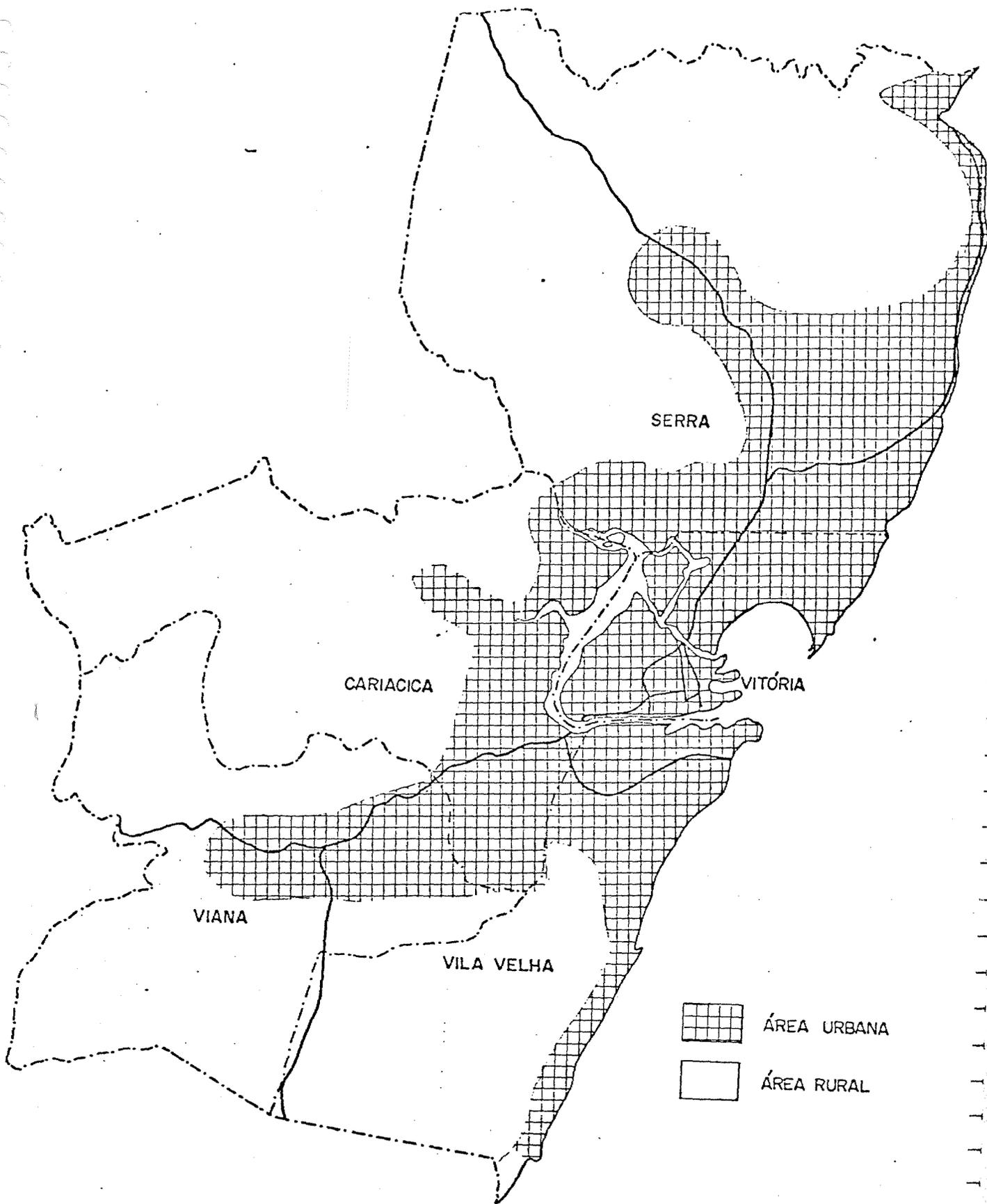
O pequeno território da microrregião encontra-se desigualmente ocupado, ostentando áreas de alta concentração ao lado de verdadeiros vazios de
mográficos.

O quadro urbano compreende a aglomeração conurbada de Vitória e partes dos municípios de Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana.

A Aglomeração Urbana de Vitória se estende assim, por áreas jurisdiona
das a esses cinco municípios contrapondo faixas compactas e de alta den
sidade a outras de ocupação descontínua.

Compreende ainda os núcleos periféricos das sedes municipais de Viana, Serra e Cariacica, e ainda, as localidades urbanas linearmente desenvol
vidas à beira-mar, principalmente Manguinhos, Jacaraípe, Nova Almeida e Barra do Jucu.

A área rural, correspondendo à maior parcela do território, no geral dis
persamente habitado, com sua população dividida por estabelecimentos iso
lados, vilas e povoados rurais, apresenta expressivos contrastes entre suas diversas regiões, no tocante à densidade do povoamento, decorrência direta das variadas aptidões para uso agrícola das terras.



O quadro rural de Cariacica, o de mais alta densidade de ocupação (cerca de 40% da população rural da microrregião), é de caráter nitidamente agrícola, estabelecido nos vales e vertentes baixas do planalto. As altas vertentes permanecem desocupadas e incluem a reserva florestal de Duas Bocas.

O Município de Viana repete, em linhas gerais, ocupação semelhante à de Cariacica, alinhados pelos eixos dos pequenos vales.

A esse povoamento relativamente denso, se opõe a rarefação das faixas de planície inundável dos baixos vales do Jucu e Santa Maria, já alcançando os Municípios da Serra e Vila Velha. Aqui a ocupação é rala, especialmente neste último, explicada pela pobreza dos solos dos tabuleiros da Serra e Sul de Vila Velha e pela inóspita baixada pantanosa de Vila Velha.

1.1.3. EVOLUÇÃO DA AGLOMERAÇÃO

Instalada desde os primeiros tempos após o descobrimento, a povoação entremeou seu casario aos movimentos do cenário, ocupando os planos mais suaves e expandindo-se, segundo as vias de comunicação.

Aos primeiros trezentos anos de povoamento, foram suficientes as terras baixas e firmes, estabelecendo-se um bem comportado relacionamento entre o sítio e seus usuários.

A análise das informações a partir de 1940, demonstra a ocorrência de grandes transformações no espaço capixaba. Enquanto a fronteira agrícola se encontrava em franca expansão ao Norte do Estado e a economia estadual refletia uma base exclusivamente primário-exportadora (1940/1950), a taxa média geométrica de crescimento demográfico da Grande Vitória foi a mesma do Estado, situando-se em torno de 1,9% ao ano. Nesse período, a população de Vitória passa de 91 para 110 mil habitantes. A partir do

momento em que se escasseiam as áreas para a expansão da fronteira agrícola e em que a cafeicultura capixaba entr^ue em seu ciclo descendente (1950/1960), o excedente populacional do campo, despreparado ou sem condições alternativas para a exploração intensiva, dirige-se para a área urbana, onde inicia-se um lento processo de industrialização. Nessa década, a Aglomeração cresce a taxas de 6,0% ao ano, atingindo, em 1960, quase 200 mil habitantes.

Entre 1960 e 1970, a crise do café atinge seu ponto máximo com a erradicação dos cafezais, o que provoca um processo migratório sem precedentes na história capixaba.

Já no final dos anos 60, a população do Município de Vitória é 1/3 da Aglomeração e ocupa 1/4 da área. Pela sua posição de centro metropolitano, pela infra-estrutura existente, pela falta de novas áreas de expansão, o terreno do Município de Vitória começa - com maior força nesta década - a sofrer grande especulação imobiliária e seu preço em constante alta permite abrigar somente as camadas de renda mais alta da sociedade, e os serviços e comércios a níveis mais especializados da Aglomeração. A tendência do município é de adensamento de seus espaços ainda vazios aumentando, em consequência, sua densidade.

O adensamento urbano e as pressões do crescimento da população levaram ao transbordamento da cidade sobre cotas originalmente mais baixas, pelo aterro de mangues e, mesmo, sem este recurso preparatório; à subida para os aclives das montanhas circunvizinhas; à tentaculização dos arruamentos em direção aos núcleos satélites do continente, margeando as rotas entre esses núcleos, ultrapassando divisas municipais.

O aglomerado adquire características metropolitanas, onde se estabelecem relações funcionais entre os setores e em relação ao exterior como um único organismo urbano, de significado para o sistema social maior que a simples soma das partes.

O processo não se dá, todavia, de maneira contínua e tampouco homogênea; fatores físicos, econômicos e fundiários, estruturais ou circunstanciais levam à criação de espaços diferenciados, refletindo na diferença de valores do solo e segregação social.

1.1.4. ATIVIDADES ECONÔMICAS

A atividade econômica estabelecida na área de Vitória e vizinhanças sempre teve muito a ver com o Porto.

A escolha de Vitória para terminal oceânico da EFVM, pela CVRD, foi o fator de significado mais importante na história recente da região.

A partir daí, expandiu-se e consolidou-se todo o complexo de prestação de serviços de diversas naturezas, que caracteriza economicamente a Aglomeração, beneficiando, também, a atividade mais tradicional de comércio de produtos do Estado (café, madeira, cacau) com o exterior.

O núcleo da atividade microrregional é formado pelo intercâmbio externo de minério de ferro e café, em torno do qual, foi sendo agregada toda a gama de serviços complementares; os desdobramentos do núcleo, tais como o Porto de Tubarão, as Usinas de Pelotização.

Outro centro de convergência na área é o setor Governo, também origem de atividades de certo dinamismo. Só a simples presença do comando político-administrativo tende a concentrar as atividades dos serviços públicos e correlatos, multiplicando-se a natureza dos centros: recursos hospitalares; educacionais de nível superior; intermediários financeiros.

A indústria de transformação, de pequena relevância em âmbito estadual (cerca de 9% da Renda Interna), adquire expressão da microrregião: é que os maiores e mais modernos empreendimentos do setor aí se localizaram

por atração das economias externas que já oferece a área, elaborando ma
térias-primas locais ou provenientes do intercâmbio em trânsito.

A construção civil, por força dos intensos fluxos imigratórios, tem expe
rimentado desenvolvimento acelerado, verdadeiros saltos, principalmente
da faixa das habitações populares e classe média baixa.

A Microrregião localiza-se à meio da faixa turística praiana do Estado,
mas apesar da riqueza da sua paisagem natural e do acervo histórico, tem-
-se beneficiado, apenas marginalmente do investimento e despesas realizada
das pela massa de veranistas que se desloca a cada ano para o litoral ca
pixaba.

1.2.

GRANDE VITÓRIA: POPULAÇÃO E MIGRAÇÕES

1.2.1. GRANDE VITÓRIA NO CONTEXTO ESTADUAL

Na evolução sócio-econômica do Estado do Espírito Santo observam-se duas fases diferentes (até 1960 e a partir de 1970, separadas pelas mudanças incisivas da década dos anos 60). Essas fases refletem-se na evolução populacional e tiveram influência direta sobre o crescimento da Grande Vitória.

A *primeira fase* pode ser caracterizada com informações da década de 1950/60:

PERÍODO 1950/60	INTERIOR	GRANDE VITÓRIA	ESTADO
População 1950	846.307	110.931	979.238
+Crescimento Vegetativo	186.248	28.721	215.248
+Saldo das Migrações	187.249	58.613	245.862
População 1960	1.220.083	198.265	1.418.348

Existiu uma economia forte do interior do Estado, baseada sobretudo na cafeicultura, visualizada por imigrações significantes no tamanho do próprio crescimento vegetativo. A taxa do crescimento real (crescimento vegetativo mais saldo migratório) do interior era 3,7%aa. A Grande Vitória cresceu correspondentemente com uma taxa maior (6,0%aa), e representava em 1960 14% da população do Estado inteiro.

Por decisões do Governo Federal a base cafeeira da economia capixaba foi destruída nos anos 1962/67: Mais de 4 milhões de cafezais foram erradicados, sem medidas adequadas de substituição. As conseqüências já se fizeram notar na mesma década, o que demonstram os dados populacionais seguintes:

PERÍODO 1960/70	INTERIOR	GRANDE VITÓRIA	ESTADO
População 1960	1.220.083	198.265	1.418.348
+Crescimento Vegetativo	198.802	61.517	260.319
+Saldo Migratório	-205.550	126.216	-79.334
População 1970	1.213.335	385.998	1.599.333

O interior do Estado não só perdeu a sua atratividade para migrantes; além disso foram obrigadas à expulsão de 205.000 pessoas nesta década, o equivalente a todo o crescimento vegetativo do interior.

A Grande Vitória continuou crescendo na mesma relação como na década anterior: as imigrações representaram o duplo valor do próprio crescimento vegetativo; As mudanças no interior do Estado causaram novas proporções populacionais no Estado; A participação da Grande Vitória na população do Estado cresceu de 14 para 24% nesta década.

A segunda fase da evolução sócio-econômica do Estado do Espírito Santo pode-se caracterizar com informações do período de 1970/77.

PERÍODO 1970/77	INTERIOR	GRANDE VITÓRIA	ESTADO
População 1970	1.213.335	385.998	1.599.333
+Crescimento Vegetativo	165.800	56.200	222.000
+Saldo Migratório	-186.000	64.100	-121.900
População 1977	1.193.100	506.300	1.699.400

O interior do Estado continuou expulsando uma grande parcela de sua população, maior do que o seu crescimento vegetativo, porque ainda não conseguiu fortalecer a economia da agropecuária.

Grande Vitória, apresenta uma atratividade reduzida, expresso pela relação menor entre saldo migratório e crescimento vegetativo. Isto indica uma saturação da Aglomeração, sobretudo em termos da oferta de empregos, afirmado pelo fato, que 27% dos empregos (1977) foram exercidos no setor informal. O desequilíbrio entre evoluções do interior e da Grande Vitória, iniciado na década dos anos de 60, continuou a aumentar a participação da Grande Vitória da população do Estado de 24 para 30%.

1.2.2. OS MUNICÍPIOS DA GRANDE VITÓRIA

1.2.2.1. ABSORÇÃO DAS IMIGRAÇÕES NA AGLOMERAÇÃO

As análises migratórias da PSE de 1977 podem ser detalhadas até o nível de cada município. Na tabela seguinte são mostrados os saldos migratórios de cada um dos cinco municípios da Grande Vitória:

SALDOS MIGRATÓRIOS 1973 - 1977	ABSOLUTOS*	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL	REL. À POP. MUNIC. 74/75
Vitória	1.459	4,0%	1,0%
Vila Velha	15.866	43,3%	10,7%
Cariacica	8.186	22,3%	6,9%
Serra	7.997	21,8%	31,2%
Viana	3.143	8,6%	21,4%
GV TOTAL	36.651	100,0%	8,1%

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informações Básicas para o Planejamento Doc. 2 - PSE 77.*

*Valores médios entre hipóteses A e B (capítulo 2), inclusive migrações interestaduais.

Destacam-se a alta participação do sul da Aglomeração (Vila Velha e Cariacica) com 65,6% no total das imigrações e as relações extremas entre imigrações e população local na Serra e em Viana, com 31,2% e 21,4%, respectivamente. Ao contrário, o comportamento de Vitória está com valores mínimos, o que indica uma certa estabilização por falta de terrenos a preços acessíveis.

As análises permitem dividir os saldos migratórios de cada município por grupos de fluxos:

SALDOS MIGRATÓRIOS 1973 - 1977	C/MUNICÍPIOS DA GV	C/OUTRAS MICROR REGIÕES	C/OUTROS ESTADOS
Vitória	5.333	4.414	2.378
Vila Velha	1.376	11.947	2.543
Cariacica	1.512	8.865	2.191
Serra	1.541	4.277	2.179
Viana	904	2.373	134
GV TOTAL	0	31.876	4.775

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informações Básicas para o Planejamento Doc. 2 - PSE 77.*

O município de Vitória expulsou 5.333 habitantes (saldo de emigrações e imigrações) para os demais municípios da Grande Vitória, representando um número maior de pessoas do que recebeu de outras microrregiões capixabas. As distribuições das imigrações dentro da Grande Vitória é a seguinte (sempre saldos):

para Vila Velha	2.785 pessoas (52,2%)
para Cariacica	1.461 pessoas (27,4%)
para Serra	1.068 pessoas (20,0%)
para Viana	19 pessoas (0,4%)

Vila Velha recebeu imigrações (saldo) de todas as direções, a maioria das microrregiões do interior do Estado. Dentro da Grande Vitória recebeu 2.785 pessoas de Vitória e perdeu 1.409 habitantes para os outros três municípios, a maioria (740) para Cariacica.

Cariacica mostra saldos migratórios positivos com as outras unidades capixabas e um saldo negativo com os outros estados. Dentro da Grande Vitória recebeu imigrantes de Vitória (1461) e Vila Velha (740) e perdeu 689 habitantes para Serra e Viana.

1.2.2.2. PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS NÃO NATURAIS

As fortes imigrações para a Grande Vitória, nos anos passados, causaram uma reestruturação significativa da população residente na Aglomeração. Um dos indicadores dessas mudanças é a participação das pessoas não naturais do município:

PARTICIPAÇÃO DAS PES. NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO 1977 (%)	TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO ATUAL*	
	ILIMITADO	ATÉ 4 ANOS
Vitória	49,7	13,0
Vila Velha	63,8	18,8
Cariacica	49,3	18,6
Serra	56,9	33,5
Viana	58,3	30,4

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informa*ções Básicas para o Planejamento Doc. 2 - PSE 77.

*Em relação à população total de 1977.

Vila Velha mostra o valor máximo de 63,8% de pessoas não naturais do município, fato fácil de entender, considerando a concentração de imigrações para esse município. Os valores da coluna 3 mostram que, quando o

correu esta reestruturação da população em Vitória, Vila Velha e Cariacica, houve um processo mais antigo, na Serra e em Viana, documentando-se a importância relativa das imigrações dos anos recentes.

1.2.3. ATRAÇÃO E MIGRAÇÃO

A teorização em torno dos problemas demográficos já registrou que há uma correlação direta entre distribuição populacional e desenvolvimento. Quer dizer: tendo em vista a mobilidade do *fator trabalho*, adensamentos demográficos se configuram mais intensamente em espaços economicamente mais desenvolvidos; a população move-se em busca de emprego e de renda, ou fugindo da pobreza e desemprego.

Pode-se constatar, que a variável *saldo migratório* teve, do ponto de vista histórico, influência decisiva na composição do crescimento total da população do Espírito Santo e da Grande Vitória.

O advento dos Grandes Projetos deverá alterar a tendência de emigração para outras Unidades, em função de o mercado de trabalho urbano poder dar condições de fixação da Força de Trabalho no Estado.

Estimativas preliminares mostram que os empreendimentos econômicos a serem instalados no Estado - num raio nunca superior à 100 quilômetros de Vitória - deverão ser responsáveis pela geração de 10 mil empregos diretos e que, portanto, poderão representar uma população adicional de aproximadamente 50 mil pessoas ou, se fossem levados em conta os empregos indiretos, ainda não dimensionados com precisão, seria constatado que o efeito desses projetos sobre o contingente populacional será relevante.

1.3.

CARACTERIZAÇÃO GEOLÓGICA E PEDOLÓGICA
DA ÁREA URBANA ATUAL

No município de Vila Velha foram realizados levantamentos preliminares das condições sanitárias atuais, através de fotointerpretação, pesquisas de campo e levantamento das obras sanitárias existentes e projetadas.

O relatório dos levantamentos realizados se encontra resumido neste documento. Para os outros municípios da Grande Vitória não houve prazo para se executar este serviço, se bem que se saiba ser Vila Velha o município mais crítico em relação a saneamento. Os outros municípios deverão sofrer também esta primeira análise sanitária, com a intenção de detetar áreas prioritárias à intervenção sanitária.

Dentre os municípios da Grande Vitória, Vila Velha é aquele em que as condições geomorfológicas se apresentam mais problemáticas, sob o aspecto da urbanização, fato que tem seu rebatimento nas suas condições críticas de saneamento.

A análise ambiental foi por isso, por ela iniciada, tendo em vista também o fornecimento de subsídios na elaboração de seu Plano Diretor Urbano. Foram realizados levantamentos preliminares das condições sanitárias atuais através da fotointerpretação, pesquisa de campo e levantamento das obras sanitárias existentes e projetadas.

O diagnóstico desse levantamento é a seguir apresentado, prevendo-se o seu aprofundamento nas áreas carentes e o seu desdobramento para outros municípios, objetivando a uma intervenção sanitária.

No município predominam as formações sedimentares flúvio-marinhas recentes (era Quaternária), associadas a morros de granito de idade pré-cambriana. Acredita-se que ainda na era Quaternária (há menos de 1 milhão de anos) toda a área urbana atual do município estivesse submersa nas águas do oceano, à exceção dos maciços graníticos, os quais deveriam constituir-se em ilhas isoladas do continente.

Estes maciços graníticos, datam da era pré-cambriana (2.000 milhões de anos) e são de origem magnética intrusiva. Sobre eles desenvolveram-se solos argilosos, do tipo latossol vermelho amarelo distrófico. Foram eles mapeados como M (ver Mapa).

A título de ilustração, deve-se citar ainda que no município há a presença da Formação Barreiras, que se constituem em sedimentos argilosos de idade Terciária (40ma). Entretanto, sua ocorrência na área urbana atual do município é diminuta, limitando-se a pequenas manchas em 2 morros em região de contato litológico com o pré-cambriano.

Com os sucessivos movimentos transgressivos e regressivos do mar, já no Pleistoceno Superior e Holoceno, devido aos movimentos glaciares e movimentos eustáticos da costa, bem como o carreamento de sedimentos pelo rio Jucu, houve a deposição dos sedimentos atuais, fixados que foram pela cadeia dos morros graníticos.

Assim, toda a área urbana atual do município não mapeada como M(ver Mapa) é constituída por terrenos sedimentares, pouco coesos, imaturos. Pode-se deduzir que aproximadamente 70% da área urbana atual encontra-se localizada sobre estes solos de origem sedimentar recente.

Os solos de origem sedimentar quaternária do Município de Vila Velha têm em comum a característica do relevo plano, e a maior parte deles são alagáveis ou alagados.

Basicamente há 3 classes de solos de origem sedimentar na área urbana do município:

A) AREIAS QUARTZOSAS MARINHAS - depósitos de areias formados pela ação do mar, constituindo-se nas praias, dunas e restingas. A textura é arenosa em todo o perfil, sendo solos distróficos, lixiviados, de forte acidez. É de se distinguir ainda duas subclasses no que toca à drenagem desses solos:

. *Restingas altas* - nas quais o N.A. freático está abaixo de 1,5m da superfície do solo durante todo o ano. Distinguem-se na área urbana do município duas *franjas litorâneas* de areias elevadas, a primeira delas formando o barramento do mar pelas praias e dunas do litoral e a segunda, em faixa paralela à primeira, fixando o limite oeste da bacia do canal da costa e o limite norte da bacia do rio Jucu. Estes solos foram convencionados RA no MAPA I.

. *Restingas baixas* - são constituídas pelos depósitos de areia menos elevados, aprisionados pelas franjas litorâneas das restingas elevadas. São terrenos alagáveis durante a época das chuvas e o solo pode apresentar um horizonte B de acúmulo de matéria orgânica (*franja*), translocada dos níveis superficiais, revelando assim sua característica de solo podzol hidromórfico (formado sob a influência do lençol freático). Estes solos foram convencionados RB no MAPA I.

B) SOLOS HIDROMÓRFICOS ORGÂNICOS - os solos hidromórficos orgânicos são formados sob a influência do lençol freático. A drenagem é impedida (alagados o ano todo ou alagáveis a maior parte do ano), condicionando a não decomposição da matéria orgânica). A percentagem de material orgânico é elevada, da ordem de 30% ou mais. Os solos urbanizados desta classe, por apresentarem difícil distinção no estágio em que se encontram atualmente dos solos de mangue e terem os problemas de drenagem semelhantes, foram convencionados no Mapa I agrupados aos solos de mangue.

c) SOLOS DE MANGUE - são solos formados por material carreado pelos rios sob a influência das marés. Apresentam textura em geral argilosa, alto teor de sais e de compostos de enxofre, bem como horizontes de acúmulo de matéria orgânica.

É importante ressaltar que estes solos estão sujeitos periodicamente à inundação pelas marés. Os solos de mangue são o de maior expressão na área urbana do Município e foram convencionados, juntamente com os solos hidromórficos orgânicos, como SM no Mapa I.

1.4.

SISTEMA DE TRANSPORTES NA GRANDE VITÓRIA

1.4.1. SITUAÇÃO ATUAL DO SISTEMA RODOVIÁRIO URBANO

A Microrregião da Grande Vitória apresenta características espaciais peculiares, agravadas pela configuração urbana resultante do processo de ocupação desordenada. Os municípios de Vila Velha e Cariacica, predominantemente residenciais de baixa renda, e o da Serra, onde se concentram os investimentos industriais, estão separados por obstáculos representados pelos canais, pela Ilha de Vitória e pelo congestionado Centro Metropolitano. Como agravante, as condições morfológicas tornam praticamente obrigatória a passagem pelos pontos mais estrangulados, como São Torquato, a Ponto Florentino Avidos e a sua Área Central.

A problemática se amplia ao ser examinado o sistema de transportes coletivos, onde se verifica a pulverização de linhas, unindo cada bairro ao centro principal e concentrando-se nos eixos principais. Como consequência, a Avenida Jerônimo Monteiro, por exemplo, recebe nos horários de maior afluência quase 400 ônibus/hora, volume comparável aos eixos mais carregados do País.

Com o crescimento de Vitória, o Centro Metropolitano vem perdendo a hegemonia da concentração das atividades e dos empregos. Os equipamentos têm-se espalhado por toda a Microrregião, como uma leve especialização funcional de cada área. As medidas e os resultados do incentivo à descentralização concentrada e à formação de unidades urbanas autônomas se farão sentir num prazo ainda distante. Enquanto isso, as distâncias habituação-trabalho-consumo-escolas, que constituem os principais motivos de viagens cotidianas, permanecerão aumentando, obrigando os cidadãos a deslocamentos cada vez mais sacrificados, inclusive com reflexos econômicos, pois a parcela de seu salário referente à transportes elevar-se-á proporcionalmente.

A rede viária da Aglomeração se compõe de vias federais, estaduais e municipais que se conectam sem, no entanto, conformarem uma rede que permita uma classificação funcional das mesmas e evitar conflitos entre fluxos de natureza e direções diferentes. Existem por isso trechos e pontos obrigatórios de passagem para os mais variados fluxos e trajetos, o que provoca engarrafamento.

Levantamentos efetuados em 1977, demonstraram a existência de quatro pontos críticos de estrangulamento no Sistema Viário. Atendendo a uma demanda sempre superior à capacidade (ver quadro), a localização destes estrangulamentos em pontos estratégicos da Aglomeração Urbana (vide Mapa) vinham provocando sérios problemas de ordem social e econômica para a população, principalmente a mais carente.

É importante que seja ressaltado o fato de ser a saturação do sistema viário provocado pelos automóveis que representam 75% dos veículos em circulação, ficando os 25% restantes por conta dos ônibus (21%) e caminhões (4%).

A abertura ao tráfego da segunda ponte (Ponte do Príncipe), em outubro de 1979, veio aliviar os congestionamentos nos pontos críticos de São Torquato e Ponte Florentino Avidos, mas como consequência, piorando os já existentes na Vila Rubim e em frente ao Palácio Anchieta.

A terceira ponte, cujo início de operação é previsto para fins de 1982, sem dúvida terá importante função dentro da rede viária da Grande Vitória, pois permitirá que parte das viagens rodoviárias provenientes de Vila Velha com destino ao Norte da Ilha, sejam desviadas da Área Central. No entanto, acredita-se que o Centro de Vitória continuará desempenhando a função de centro principal de atividades da Aglomeração, e que, ainda por muitos anos, haverá uma crescente concentração de viagens nessa área, transferindo o congestionamento para outros pontos de estrangulamento do sistema viário, conforme mostrado (ver mapa).

QUADRO

SISTEMA RODOVIÁRIO: DEMANDA E CAPACIDADE NOS PONTOS CRÍTICOS

SENTIDO	PONTO CRÍTICO	VOLUME DA HORA DE MAIOR MOVIMENTO NO PERÍODO - UCPS (V)		CAPACIDADE (C)		
		06:00 às 09:00 hs	17:00 às 20:00 hs	UCPS	V/C	
					6:00 às 9:00 hs	17:00 às 20:00 hs
SAINDO DE VITÓRIA	Rod. Carlos Lin demberg (trecho ponte/semáforo São Torquato)	1.941	2.485	2.400	.81	1.04
	Rod. Carlos Lin demberg (trecho semáforo - São Torquato/Cobilândia)	740	1.459	800	.93	1.82
	BR 262	1.073	1.191	80	1.34	1.49
	Ponte Flor.Avidos	1.713	2.528	800	2.14	3.16
	Av. Marcos de Azevedo	2.666	3.618	2.400	1.11	1.51
	Av. Jer.Monteiro	2.692	3.006	2.400	1.12	1.25
ENTRANDO EM VITÓRIA	BR 262	1.071	823	800	1.34	1.03
	Rod. Carlos Lin demberg (trecho Cobilândia/semáforo/S.Torquato)	1.096	739	800	1.37	.92
	Rod. Carlos Lin demberg (trecho semáforo São Torquato/Ponte)	1.937	1.523	1.600	1.21	0.95
	Av. Roberto	2.026	1.427	1.600	1.27	.89
	Ponte Flor.Avidos	1.937	1.523	800	2.42	1.90
	Av. Elias Miguel	3.593	2.633	2.400	1.50	1.10
	Av. Getúlio Vargas	3.127	2.094	2.400	1.30	.87

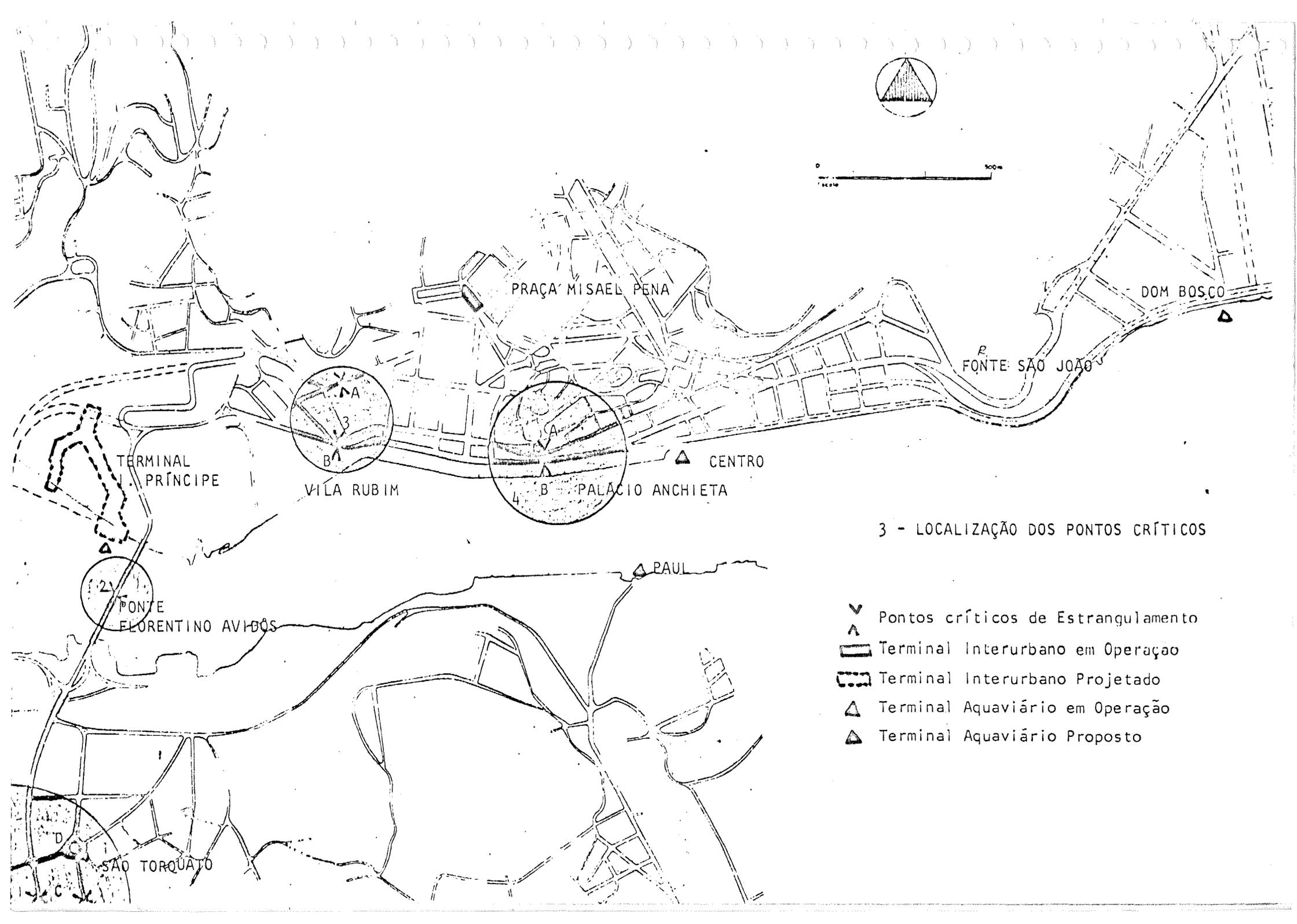
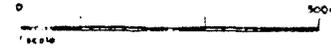
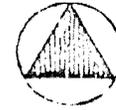
Fonte: Pesquisa Direta - 1977.

OBS. UCPS - Unidade Carros de Passeio

- Transforma veículos mixtos em unidade padrão: 1 caminhão = 3 UCPS

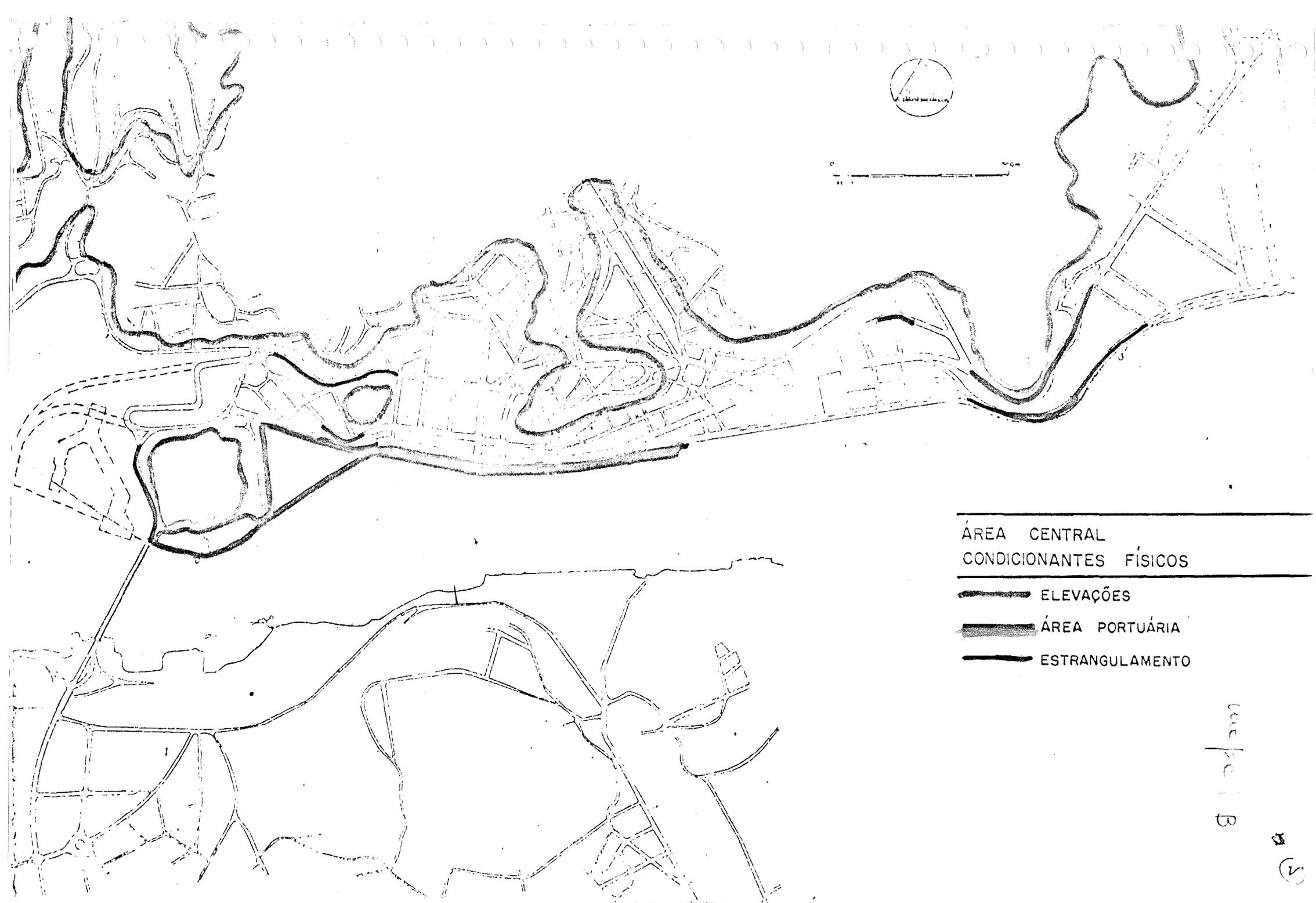
1 carro = 1 UCPS

1 ônibus = 3 UCPS



3 - LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS CRÍTICOS

-  Pontos críticos de Estrangulamento
-  Terminal Interurbano em Operação
-  Terminal Interurbano Projetado
-  Terminal Aquaviário em Operação
-  Terminal Aquaviário Proposto



ÁREA CENTRAL
CONDICIONANTES FÍSICOS

-  ELEVAÇÕES
-  ÁREA PORTUÁRIA
-  ESTRANGULAMENTO

mapa B

2



Além desses pontos localizados, foi realizado um levantamento preliminar das condições daquelas vias servidas pelo sistema de transportes coletivos que mostrou a precariedade das condições de pavimentação e iluminação do sistema viário por onde circulam os ônibus. Ou seja, saindo-se do sistema viário principal, as condições das vias encontram-se de tal ordem calamitosas, que em dias chuvosos, torna-se impossível o acesso rodoviário a determinados bairros, deixando-os por vários dias, completamente ilhados. É mostrado a seguir, um quadro geral da situação.

Somando um total de 287,86Km apresentam-se 21,18% sem pavimentação de qualquer tipo e 42,05% sem iluminação. Outros 29,-8% exigem melhorias no pavimento existente e 33,48% melhorias na iluminação.

Os dados referentes às vias municipais que somam 204Km, proporcionam uma imagem ainda mais problemática.

Os Mapas a seguir, mostram, respectivamente, a situação do sistema viário municipal servido pelo sistema de transportes coletivos da Grande Vitória, quanto às condições de pavimento e iluminação (resumidas no Quadro), e quanto à largura das vias.

1.4.2. SITUAÇÃO ATUAL DO SISTEMA AQUAVIÁRIO

O sistema aquaviário para fins de transporte urbano de passageiros, apresenta-se em expansão, após um longo período de decadência.

Em fevereiro de 1978, foi iniciada a operação da linha Vitória-Paul; em junho e novembro de 1978, respectivamente, seguiram-se as linhas de Vitória-Prainha e Vitória-Porto de Santana, sendo que, em julho de 1979, entrou em operação o terminal da Rodoviária que passou a ser utilizado pelas lanchas que operam na linha de Porto de Santana.

QUADRO

CONDIÇÕES DAS VIAS MUNICIPAIS SERVIDAS PELO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO - GRANDE VITÓRIA - (QUADRO RESUMO)*

MUNICÍPIOS CARACTERIZAÇÃO DAS VIAS	VITÓRIA		VILA VELHA		CARIACICA		SERRA		VIANA		GRANDE VITÓRIA	
	%	km	%	km	%	km	%	km	%	km	%	km
Asfalto em boas condições	42,07	32,30	24,14	15,20	-	-	10,64	3,75	-	-	25,12	51,25
Exigem melhorias no pavimento*	57,93	44,48	75,86	47,80	100,00	26,45	89,36	31,48	100,00	2,55	74,88	152,77
Leito em terra	2,94	2,25	24,68	15,55	51,80	13,70	83,39	29,38	25,49	0,65	30,16	61,53
Iluminadas	80,20	61,58	84,60	53,30	58,15	15,38	25,75	9,07	66,67	1,70	67,77	138,26
Bem iluminadas	56,63	43,48	31,75	20,00	32,44	6,80	-	-	-	-	31,65	63,48
Exigem melhorias na iluminação**	43,37	33,30	68,25	43,00	67,56	19,65	100,00	35,23	100,00	2,25	68,35	140,53
Sem iluminação	19,80	15,20	15,40	9,70	41,85	11,07	74,25	26,16	33,33	0,85	32,23	65,75
TOTAL DE VIAS MUNICIPAIS SERVIDAS PELO S.T.C.	100,00	76,78	100,00	63,00	100,00	26,45	100,00	35,23	100,00	2,55	100,00	204,01

FONTE: Pesquisa Direta - 1977 - Veja anexo A - Tabelas A.6, A.7, A.8, A.9, A.10, A.11 e A.13.- FJSN

* Todas as vias que não tem pavimento em asfalto; Sem boas condições, estão exigindo melhorias.

** Todas as vias que não estão bem iluminadas, exigem melhorias.

Em julho de 1979, começaram a funcionar as linhas alimentadoras dos terminais de Prainha e Paul, sendo as tarifas ônibus-aquaviário, integradas em dezembro próximo passado.

Nas linhas de Prainha e Paul, estão operando cinco lanchas, transportando mensalmente, aproximadamente 365.000 passageiros, enquanto que, a linha de Porto de Santana este valor está em torno de 88.000 passageiros, com duas lanchas em operação.

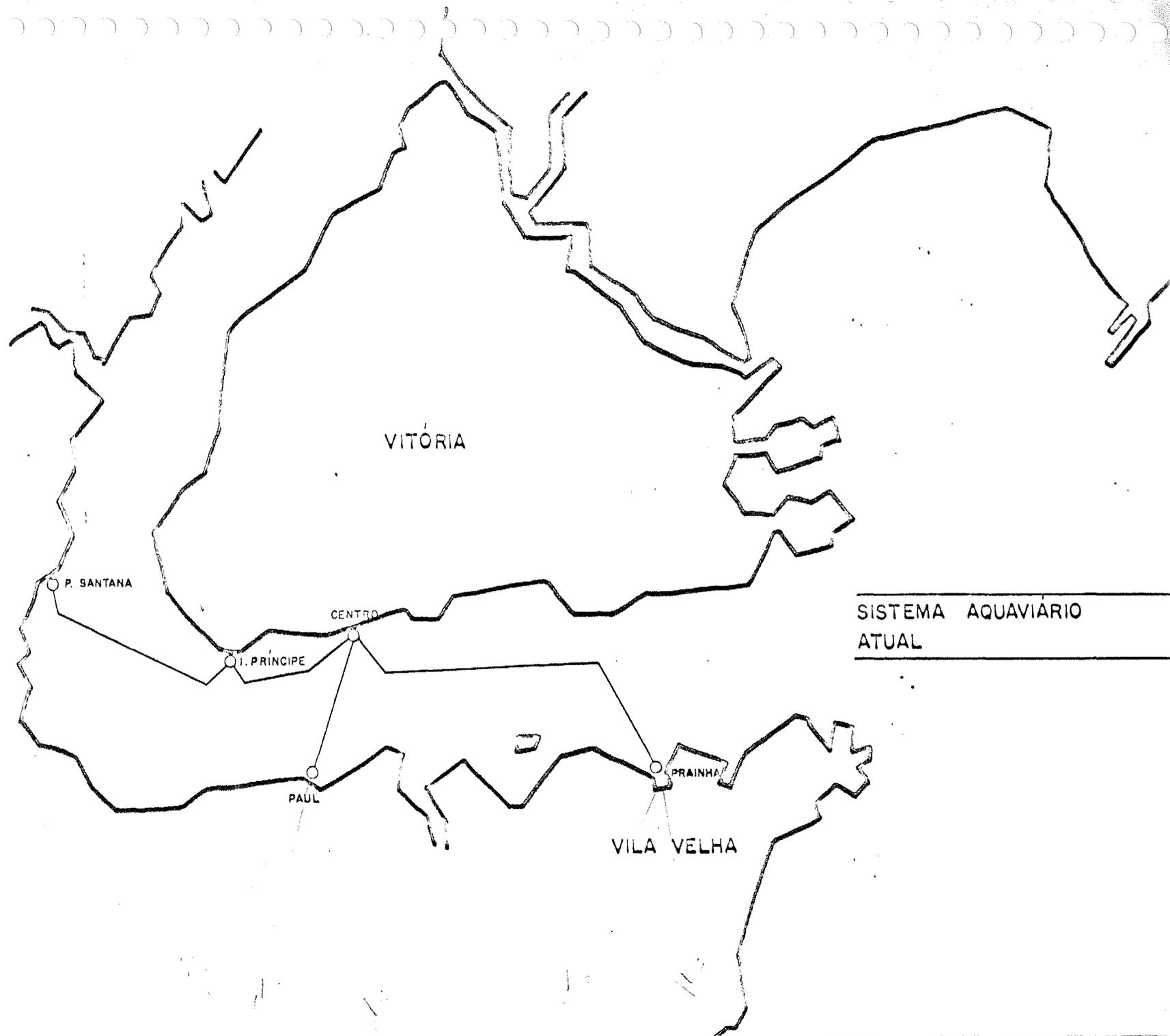
Em termos relativos, isto significa que cerca de 11% e 3% do total de passageiros transportados pelos ônibus convencionais nos municípios de Vila Velha e Cariacica, respectivamente são transportados por aquavias.

Estão sendo realizados estudos no sentido de verificar a viabilidade de expansão do aquaviário para outras áreas ainda não atendidas pelo sistema, visando-se aumentar sua área de influência e diminuir o número de viagens rodoviárias à Área Central de Vitória onde as vias já se encontram com suas capacidades ultrapassadas.

As populações servidas pelo aquaviário são, em sua maioria, de nível de renda baixo, e, a viagem para o usuário, quando comparada a do ônibus convencional, é mais rápida, segura, confortável e custa menos.

O esquema de operação do atual sistema, está mostrado no Mapa.

CARIACICA



VITÓRIA

P. SANTANA

I. PRÍNCIPE

CENTRO

PAUL

PRAINHA

VILA VELHA

SISTEMA AQUAVIÁRIO ATUAL

1.5. SITUAÇÃO DA FUNÇÃO HABITAÇÃO NA GRANDE VITÓRIA

1.5.1. ANTECEDENTES

A crise urbana presente em todo o Brasil não poderia deixar de afetar também o Espírito Santo e, especialmente, sua maior Aglomeração Urbana - a Grande Vitória.

Na década passada, o processo de erradicação dos cafezais, promovido pelo Governo Federal, afetou criticamente a economia capixaba e exacerbou o êxodo rural. O agravamento do êxodo rural é comprovado pelo cálculo de que, entre 1960 e 1970, 200 mil pessoas deixaram o interior do Espírito Santo. Desas pessoas, aproximadamente, 60% dirigiram-se para a Aglomeração.

Em 1970, a população da Grande Vitória era de 390 mil habitantes e em 1977 de 488.660. Extrapolando a taxa de crescimento de 3% ao ano, ter-se-á, em 1979, 520.434, o que significa que mais de um terço da população do Estado está concentrada na área, que representa apenas 3% do território estadual.

Este fenômeno da urbanização no Estado, encontrou Vitória inteiramente despreparada para assimilar os novos contingentes populacionais.

A absorção deste contingente, que vive em condições de subemprego ou de desemprego, é um desafio colocado para o Governo Estadual, que necessita do auxílio da esfera federal. Até agora, essa população aglomera-se em área de mangues e morros em condições subhumanas.

Recorrendo-se às informações disponíveis, observa-se que 47% da população da Grande Vitória está alojada em assentamentos urbanos subnormais (morros, mangues, área de invasão, favelas e bairros populares), verdadeiros bolsões de pobreza. Isso indica que cerca de 262.000 pessoas vivem em condições subhumanas.

Dos 82 Assentamentos Urbanos Subnormais existentes na área da Grande Vitória, objeto de estudo e pesquisa da Fundação Jones dos Santos Neves, 47% representam áreas de mangue e 52% áreas de morro.

Na medida em que o processo migratório avança, a taxa de urbanização na Aglomeração Urbana da Grande Vitória também aumenta.

Esta breve análise permite concluir que não se pode mais adotar a política de buscar alternativas após a consolidação do problema. O Estado deverá necessariamente se antecipar a estes fenômenos.

Portanto, o problema habitacional na Aglomeração apresenta-se como um dos mais sérios quadros a preocupar constantemente o Poder Público estadual.

1.5.2. A EXPANSÃO DA DEMANDA POR ESPAÇO DOMICILIAR

Ao nível da Grande Vitória, observa-se não só um crescimento da população, em virtude do crescimento vegetativo da população e das imigrações, mas também um crescimento da demanda por espaço domiciliar, expressa em números de domicílios e cômodos:

GRANDE VITÓRIA (GV)	CRESCIMENTO 1977:1970
População residente	26,0%
Domicílios	30,4%
Cômodos	49,3%
Cômodos por 100 pessoas	18,5%
Domicílios por 100 pessoas	3,6%
Cômodos por 100 domicílios	14,5%

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. PSE - *In* formações Básicas para o Planejamento Urbano.

Observa-se que o número de domicílios cresceu mais que o da população, e o número de cômodos teve um aumento muito maior, o que denota uma ligeira melhoria na oferta de habitação.

É interessante saber se estes efeitos, observados na média da Aglomeração, no todo, ocorriam também em cada um dos cinco municípios:

MUNICÍPIOS DA GRANDE VITÓRIA	CRESCIMENTO 1977:1970 (%)		
	DOMICÍLIOS :100 PESSOAS	CÔMODOS :100 DOMICÍLIOS	CÔMODOS :100 PESSOAS
Vitória	2,1	18,2	20,8
Vila Velha	3,4	14,8	18,8
Cariacica	5,0	11,6	17,2
Serra	13,0	10,3	24,6
Viana	-9,6	18,8	7,5
GV SEM VIANA	4,0	14,3	18,8

Visando os dois primeiros indicadores da tabela, observa-se, a grosso modo, valores semelhantes nos três primeiros municípios e exceções na Serra e em Viana. Nesses municípios, o fenômeno é mais recente, verificando-se grande número de novos loteamentos e uma quantidade de novos domicílios.

1.5.3. FORTALECIMENTO DA CONCENTRAÇÃO DE RESIDÊNCIAS NO SUL DA AGLOMERAÇÃO

No período 1970-1977 ocorreu na Grande Vitória, um aumento do número de domicílios particulares, de 30%, equivalente a um saldo positivo de 21.849 domicílios, desigualmente distribuídos sobre os cinco municípios da aglomeração.

MUNICÍPIOS DA GRANDE VITÓRIA	CRESCIMENTO DOS DOMICÍLIOS 1970-1977	
	ABSOLUTO	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL
Vitória	3.932	18,0%
Vila Velha e Cariacica	13.696	62,7%
Serra	3.193	14,6%
Viana	1.028	4,7%
GRANDE VITÓRIA	21.849	100,0%

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informações Básicas para o Planejamento - PSE - 1977.*

Quase dois terços dos novos domicílios foram construídos no sul da aglomeração, cerca de 7.700 em Vila Velha e cerca de 6.000 em Cariacica.

Comparando a distribuição espacial destes novos domicílios (veja anterior) com a distribuição dos domicílios existentes no início do período (1970, a seguir), observa-se que a predominância das áreas residenciais no sul da Grande Vitória, neste período, ainda foi acentuada, enquanto que as urbanizações nos municípios de Serra e Viana não puderam equilibrar a redução das edificações em Vitória.

MUNICÍPIOS DA GRANDE VITÓRIA	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS DOMICÍLIOS (%)	
	1970	1977
Vitória	35,0	31,0
Vila Velha e Cariacica	57,7	58,9
Serra	4,5	6,8
Viana	2,8	3,3
GRANDE VITÓRIA	100,0	100,0

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informações Básicas para o Planejamento - PSE - 1977.*

1.5.4. O CRESCIMENTO DOS BARRACOS NA GRANDE VITÓRIA

Se for dividido o crescimento total dos domicílios particulares 1970-1977 da Aglomeração, por tipo de construção e por município, constata-se o seguinte resultado:

GRANDE VITÓRIA E SEUS MUNICÍPIOS	CRESCIMENTO 1970-1977 (%)	
	DOMICÍLIOS DURÁVEIS	BARRACOS*
GRANDE VITÓRIA	23,9	45,1
Vitória	25,9	-6,4
Vila Velha e Cariacica	14,3	79,4
Serra	148,4	43,6
Viana	40,8	59,9

*Domicílios Rústicos

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informações Básicas para o Planejamento - PSE - 1977.*

Ao nível da Grande Vitória, como um todo, ocorreu um crescimento dos barracos, que corresponde quase ao dobro do crescimento dos demais domicílios (domicílios duráveis = casas, apartamentos, quartos ou cômodos). Isto significa que a qualidade média das habitações caiu. Os valores absolutos da aglomeração estão demonstrados na tabela seguinte:

GRANDE VITÓRIA	CRESCIMENTO	
	1970 - 1977	1977
Barracos	10.001	32.175
Domicílios duráveis	11.848	61.521
Total dos domicílios	21.849	93.696

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informações Básicas para o Planejamento - PSE - 1977.*

Analisando a distribuição espacial dos novos domicílios 1970-1977 por tipo (veja tabela do item *Fortalecimento da Concentração de Residências no Sul da Aglomeração*), destacam-se dois grupos de municípios: em Vitória e na Serra o crescimento dos domicílios duráveis foi muito maior que o dos barracos. O contrário ocorreu no sul da Aglomeração com índices péssimos em Vila Velha e Cariacica. Em valores absolutos, esta evolução e a situação de 1977, estão demonstradas na tabela abaixo, apresentada separadamente para cada um dos dois municípios:

SUL DA GRANDE VITÓRIA	CRESCIMENTO	
	1970 - 1977	1977
VILA VELHA		
Barracos	3.320	10.865
Domicílios duráveis	4.408	19.919
Total dos domicílios	7.728	30.784
CARIACICA		
Barracos	5.923	10.019
Domicílios duráveis	45	14.337
Total dos domicílios	5.968	24.356

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informações Básicas para o Planejamento - PSE - 1977.*

O número de barracos nestes dois municípios sofreu um crescimento de 9.243, quantidade que abrange 92% dos novos barracos construídos na Grande Vitória, no período 1970-1977, sendo que 59% foram construídos nos últimos 7 anos (70-77).

A solidificação dos domicílios em Vitória não deve conduzir à ilusão: a pesar do decréscimo, havia ainda em 1977, 7.479 barracos no município. Os novos contingentes de população estão, portanto, instalando-se cada vez mais na periferia, sendo provável um movimento inverso daqueles em ascensão social. Por outro lado, as favelas instaladas próximas ao centro têm uma situação de relativa consolidação, pelas facilidades que oferece *emprego e acessibilidade*.

1.5.5. UMA FRANJA DE NOVAS ÁREAS RESIDENCIAIS

A forte concentração dos domicílios particulares da aglomeração em Vila Velha e Cariacica e a participação elevada de barracos no crescimento total dos domicílios, nesses municípios (veja tabela *Fortalecimento da Concentração de Residências no Sul da Aglomeração e O Crescimento dos Barracos na Grande Vitória*), provocam o interesse na distribuição espacial detalhada das novas moradias, por tipo de construção.

Analisando-se a localização espacial, tanto de novos domicílios quanto dos barracos em 1977, por setores censitários distintos, destacam-se diversos aspectos:

- . dois terços de todos os novos domicílios deste período, de 1970-1977, foram construídos em 18 dos 148 setores, os quais, na visualização do mapa, formam um cinturão ao redor do sul e oeste da zona urbanizada em 1970;

- . a ampliação da mancha urbana nem sempre é equivalente ao surgimento ma
ciço de favelas ou à urbanização desordenada;
- . por outro lado, a maioria desses setores dinâmicos apresenta índices
de barracos acima do índice médio dos municípios.

1.5.6. A CONCENTRAÇÃO DE BARRACOS

Se for aplicado o índice de participação de barracos no total dos domicílios 1977, como indicador de concentrações de barracos, visualiza-se a existência de diversos setores e conjuntos de setores com concentrações de barracos.

O mapeamento indica que existem concentrações de barracos, tanto no meio da zona urbanizada como na margem da mesma.

A participação média dos barracos dentro de 36 setores da lista citada é calculada em 63%. Em contraposição, observa-se, nos demais 112 setores de Vila Velha e Cariacica, uma participação reduzida de 24%, percentagem quase igual ao índice médio do Município de Vitória.

Altos índices de barracos, em combinação com elevada atividade de construções, chamam a atenção para uma melhor análise da situação sócio-econômica, especialmente nesses assentamentos, tanto sob aspectos de problemas como na procura de soluções adequadas.

1.5.7. FALTA DE INSTALAÇÕES AGRAVA A EXIGUIDADE DO ESPAÇO DOMICILIAR E AS DEFICIÊNCIAS DAS CONSTRUÇÕES

As informações da PSE de 1977 permitem também analisar a situação das instalações *dentro* dos municípios.

Os números apresentam uma clara desvantagem dos Municípios de Viana e Serra, porém analisando-se a espacialização dessas informações depreende-se que tal se deve a dois fatores:

- . nesses municípios a divisão dos setores censitários, feita em 1970, considera como rurais, e por tanto setores de grandes dimensões, algumas áreas já urbanizadas em 1977;
- . nesses setores está localizada a franja de crescimento urbano da Aglomeração, caracterizada pela grande quantidade de loteamentos como ocupação ainda esparsa.

Por outro lado, verifica-se no mapeamento dessas informações a existência de setores censitários na área urbanizada, principalmente em Vila Velha e Cariacica, que apresentam baixo índice de provimento de infraestrutura básica.

Na Grande Vitória, 14% dos domicílios particulares pesquisados por amostragem (10%) não dispunham de instalação de energia elétrica, 15,5% não tinham qualquer tipo de aparelho de instalação sanitária e 23,9% careciam de canalização interna de água.

CARÊNCIA DE INSTALAÇÕES DOMICILIARES

GRANDE VITÓRIA E SEUS MUNICÍPIOS	SEM CANALIZAÇÃO INTERNA DE ÁGUA	SEM APARELHO SANITÁRIO OU RÚSTICO	SEM INSTALAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
GRANDE VITÓRIA	23,9	15,5	14,0
Vitória	18,0	9,5	6,7
Vila Velha	16,6	13,9	11,0
Cariacica	29,0	16,5	17,0
Serra	49,8	35,9	30,5
Viana	59,3	38,6	52,2

1.5.8. DIAGNÓSTICO HABITACIONAL

O quadro *Deficit Habitacional* mostra que, mantidas as taxas geométricas de crescimento da população e da oferta de domicílios verificadas no período 1970/77, o *deficit* habitacional da Grande Vitória em 1979 será da ordem de 43.000 domicílios.

Permanecendo a mesma taxa de crescimento da oferta, chegar-se-á a 1984 ainda com um *deficit* da ordem de 48.000 domicílios, conforme os dados do mesmo quadro.

Assim, a eliminação desse *deficit* até 1984, sem considerar os prováveis picos de demanda provenientes da implantação dos Grandes Projetos, exige uma oferta adicional anual da ordem de 8.000 domicílios.

O problema pode ser melhor entendido ao recorrer-se também ao quadro *Oferta Domiciliar até 1980*. Nesse, observa-se que a chamada oferta tradicional terá um incremento absoluto da ordem de 2.500 habitantes por ano entre 1977 e 1984, o que acarretará o aumento do *deficit* entre 1979 e 1984 - ou seja, a Aglomeração passará de um *deficit* de 43.000 para um *deficit* de 48.000. Como a eliminação do *deficit* em 1984 exigiria uma oferta adicional de 8.000 domicílios/ano, conclui-se que a oferta global necessária da Grande Vitória para eliminar o *deficit* em 1984 teria que ser da ordem de 10.650 unidades por ano, entre 1979 e 1984.

GRANDE VITÓRIA: DEMANDA E DEFICIT HABITACIONAL

ANO	POPULAÇÃO 3,2%	DEMANDA	DOMICILIOS* 3,0%aa	DEFICIT
1977	488.660	101.804	60.379	41.425
1978	504.297	105.061	62.733	42.328
1979	520.434	108.423	65.179	43.244
1980	537.087	111.893	67.720	44.173
1981	554.273	115.473	70.361	45.112
1982	572.009	119.168	73.105	46.063
1983	590.313	122.981	75.956	47.025
1984	609.203	126.917	78.918	47.999

*Exceto barracos, quartos improvisados.

Fonte: SEPLAN-ES - Censo Escolar - Pesquisa Sócio-Econômica/1977.

GRANDE VITÓRIA: OFERTA DOMICILIAR ANUAL PARA ELIMINAR O DEFICIT ATÉ 1984.

OFERTA 84 a	OFERTA 77 b	OFERTA TRADICIONAL ANUAL (77/84) $\frac{a - b}{7} = c$	OFERTA ADICIONAL ANUAL (79/84) $\frac{47.999}{6} = d$	OFERTA GLOBAL ANUAL NECESSÁRIA (79/84) c + d
78.918	60.379	2.648	7.999	10.647

Levando-se em conta que o dimensionamento do *deficit* desconsiderou as subabitações existentes na Grande Vitória, pode-se constatar que as prioridades estaduais, também na área da Grande Vitória, deveriam centrar-se no atendimento aos serviços de infra-estrutura básica, dentro do conceito de habitação social.

Esta constatação torna-se mais enfática recorrendo-se ao quadro *Infra-estrutura Básica/Domicílios Servidos*.

Nele, verifica-se que 47% dos domicílios existentes na área da Grande Vitória não possuem rede de esgotos. Por outro lado, respectivamente 16 e 29% dos domicílios não são servidos por rede de água e de energia elétrica.

GRANDE VITÓRIA/77: INFRA-ESTRUTURA BÁSICA/DOMICÍLIOS SERVIDOS

ESGOTOS	ENERGIA ELÉTRICA	ÁGUA
50.562	80.591	67.902
53%	84%	71%
CARÊNCIA 47%	16%	29%

1.6.

EMPREGO E RENDA

1.6.1. MERCADO DE TRABALHO

A *população na idade economicamente ativa* (PIEA) é uma das variáveis básicas para todas as reflexões sobre o mercado de trabalho. Nas estatísticas oficiais a *idade economicamente ativa* é definida como sendo 10 anos e mais, embora seja de conhecimento comum, que o grau de ocupação na faixa etária entre 10 e 14 anos é relativamente abaixo.

Se compararmos o crescimento desta PIEA com o da população total, observamos diferenças significativas:

	RELAÇÃO 1977:1970*	
	ESTADO	GRANDE VITÓRIA
População Total	1,062	1,281
PIEA (10 anos e mais)	1,119	1,358
População até 9 anos	0,932	1,086

Fontes: CD 1970 e PSE.

*População em domicílios particulares.

A PIEA cresceu, portanto, no Estado e na Grande Vitória, mais rapidamente do que a população total.

Tendo em vista o extraordinário crescimento da população em idade economicamente ativa, é importante saber se a oferta de empregos cresceu com a mesma rapidez.

A tabela seguinte, com índices do grau de ocupação de 1970 e 1977 mostra que a oferta de empregos no mercado de trabalho cresceu ainda mais rapidamente do que a PIEA, tanto no Estado inteiro como em todas as microrregiões:

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E GRAU DE OCUPAÇÃO

	POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS		POPULAÇÃO EM IDADE ECONOM.ATIVA (PIEA)		GRAU DE OCUPAÇÃO	
	1970	1977	1970	1977	1970	1977
Grande Vitória	277.059	360.393	107.211	153.976	38,7	42,7
Vitória	98.730	115.606	42.895	52.199	43,4	45,2
Vila Velha	88.124	118.799	32.001	49.013	36,3	41,3
Cariacica	70.892	91.893	24.755	38.196	34,9	41,6
Serra	12.052	22.685	4.614	9.843	38,3	43,4
Viana	7.261	11.410	2.946	4.725	40,6	41,4
ESTADO	1.109.401	1.211.447	457.787	536.261	41,3	44,3

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informações Básicas para o Planejamento Urbano/77* - Doc. 4-PSE/77.

Isso não significa que em termos absolutos o número de desempregados tenha diminuído, pois a massa de trabalhadores desocupados era bastante significativa em 1970. Diminuiu apenas a proporção de desocupados em relação à PIEA.

Com relação ao grau de ocupação da Grande Vitória, observa-se que foram consideradas ocupados empregados por conta própria, parceiros e membros não remunerados de família, incluindo-se portanto, profissões caracteristicamente instáveis e de baixa produtividade, ou seja, alguns trabalhadores do setor informal.

A importância do setor informal no mercado de trabalho, é demonstrada na tabela seguinte¹:

1977*	GRAU DE OCUPAÇÃO (%)		PARTICIPAÇÃO DO SETOR FORMAL NA PEA (%)
	SETOR FORMAL**	SETOR INFORMAL	
Estado do Espírito Santo	35,7	8,6	19,3
MR Grande Vitória	31,1	11,6	27,1
Interior do Estado	37,6	7,3	16,2
Município da Serra	29,8	13,6	31,4
MR Colonial Serrana	41,7	4,7	9,9

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informações Básicas para o Planejamento Urbano/77 - Doc. 4-PSE/77.*

*As unidades espaciais indicam o local do domicílio dos ocupados.

**Setor formal - todos os setores econômicos, exceto o setor informal.

Considerando somente o grau de ocupação formal, observa-se uma diferença significativa entre a Grande Vitória e o interior do Estado (31,1:37,6%). Evidentemente, o setor informal serve para compensar o baixo grau de ocupação na Capital, causado pelas maciças imigrações no passado.

Referindo as atividades do setor informal à População Economicamente Ativa (PEA) resulta, no caso da Grande Vitória, em uma participação assustadora de 27,1%. O índice máximo encontra-se no Município da Serra, com

¹Informações sobre o setor informal somente são encontradas na PSE, não sendo possível analisar tendências entre 1970 e 1977. Inclusive, os dados da PSE não permitem uma separação das zonas urbanas e rurais.

31,4%, o que significa que em cada três pessoas ocupadas residente nesse município, uma provê o seu sustento e o de seus dependentes, através do setor informal.

Destaca-se, em primeiro lugar, que a participação do setor informal é geralmente maior por parte das mulheres do que por parte dos homens e que os mais jovens e as mulheres mais velhas participam em elevadas porcentagens, em comparação com os grupos entre 20 e 50 anos. Isto indica que a ocupação no setor informal é, sobretudo, uma medida das famílias para complementar a renda obtida pelo chefe da família, respectivamente, a reduzida pensão.

A participação dos migrantes na ocupação do setor informal é muito superior ao valor médio de toda a população da Grande Vitória: 72% (tanto dos homens como das mulheres), do setor informal, confrontado com 58% da população inteira (1977). Isto sugere que as atividades do setor informal têm, além do aspecto econômico, também aspectos de aculturação. O imigrante do interior do Estado precisa de oportunidades para adaptar-se às regras da vida na cidade grande, com chances de aperfeiçoamento dos seus conhecimentos. Na estatística oficial, as profissões do setor informal foram qualificadas de *caracteristicamente instáveis e de baixa produtividade*, mas, a realidade de que para a maioria dos imigrantes não existem ofertas adequadas para subsidiarem convenientemente os processos auto-didáticos de adaptação, diminuindo esforços inúteis e ampliando sistematicamente as capacidades de viver nas condições da cidade, deve ser reconhecida.

1.6.2. RENDA DA POPULAÇÃO

Os resultados da análise dos rendimentos para o período 1970/1977, permitem concluir que, ao contrário do objetivo da redistribuição da renda, ocorreu uma concentração, em consequência da política econômica vigente: a participação das classes inferiores de renda (56% da população) decres

ceu significativamente de 20,5% para 16,8% da renda do Estado nesses se
te anos.

Se os rendimentos forem separados por setores econômicos, observar-se-ã
que:

- . a distância entre a distribuição dos rendimentos na agropecuária e nos
outros dois setores diminuiu;
- . apesar disso, no ano de 1977, houve ainda diferenças importantes entre
os salários dos empregados nos diversos setores de atividade, o que é
indicado, por exemplo, nos dados escolhidos da tabela seguinte.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 1977	PARTICIPAÇÃO (%) DOS EMPREGADOS DE*	
	ATÉ 1/2SM	1/2 A 1SM
Agropecuária	13,4	31,0
Indústria	2,5	10,7
Comércio	4,7	16,0
Serviços (particulares)	17,5	18,4
Administração Pública	1,3	13,1

Fonte: PSE

*Em relação ao total dos empregados do setor, excluindo pessoas em decla
ração do setor e/ou da renda. Empregados sem renda, quase não houve.

No setor primário, verificou-se que ainda 44,4% dos empregados tiveram
rendimentos de somente até 1 Salário Mínimo. Seguiu-se o setor de servi
ços, com 35,9 e abrangendo provavelmente, boa parte do setor informal.
A instabilidade dos empregos nesses dois setores deve ter elevada impor
tância sobre o rendimento médio mensal. A situação na indústria (13,2%
com até 1SM), no comércio (70,7%) e na administração pública (14,4%) apre

senta-se relativamente melhor mas, não se deve deixar de considerar o baixo valor do Salário Mínimo face aos custos reais de subsistência dos ocupados e seus dependentes.

Para caracterizar a situação econômica das *famílias*, calculou-se o rendimento familiar, incluindo rendimentos de todas as pessoas economicamente ativas e provenientes de fontes diversas na família.

Os dados por setor censitário, especializados, permitem verificar que a baixa renda apresenta-se mais concentrada em alguns setores que, como se verificará mais adiante, confrontados com um mapa de condições geológicas desfavoráveis à urbanização, denunciam a localização das áreas com assentamentos subnormais.

RENDA MÉDIA FAMILIAR E PESSOAS COM RENDA FAMILIAR ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS - 1977

REGIÃO	POPULAÇÃO EM DOMICÍLIOS PARTICULARES			POPULAÇÃO COM RENDA FAMILIAR ATÉ 2SM		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Grande Vitória	466.077	398.116	67.961	86.833	66.490	20.343
Vitória	144.590	141.593	2.997	21.471	20.496	975
Vila Velha	152.567	151.573	894	25.860	25.484	376
Cariacica	121.637	89.884	31.753	26.700	16.487	10.213
Serra	30.890	12.871	18.019	7.231	3.400	3.831
Viana	16.393	2.095	14.298	5.571	623	4.948
ESTADO	1.620.078	854.848	765.230	574.871	210.230	364.641

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informações Básicas para o Planejamento Urbano/77 - Doc. 4-PSE/77.*

REGIÃO	PARTICIPAÇÃO (%) DA POPUL. COM RENDA FAMILIAR ATÉ 2SM			RENDA MÉDIA FAMILIAR 1SM=Cr\$ 655,20		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Grande Vitória	18,6	16,7	29,9	7,8	8,5	4,0
Vitória	14,8	14,5	32,5	11,7	11,8	5,2
Vila Velha	16,9	16,8	42,1	7,1	7,1	2,9
Cariacica	22,0	18,3	32,2	5,2	5,7	3,6
Serra	23,4	26,4	21,3	5,7	6,4	5,3
Viana	34,0	29,7	34,6	3,6	5,1	3,3
Espírito Santo.	35,5	34,6	47,7	5,3	6,6	3,8

Fonte: ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informações Básicas para o Planejamento Urbano/77 - Doc. 4-PSE/77.*

2.

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

2.1.

INTRODUÇÃO

Observando-se o exposto no capítulo anterior, verifica-se que o crescimento desordenado que a Grande Vitória enfrentou nos últimos anos levou-a a uma situação de complexidade problemática.

A cidade espalhou-se à mercê das leis de mercado que valorizou as áreas num ritmo muito mais veloz do que os órgãos de governo responsáveis pela política habitacional e a população de renda mais baixa podiam adquirir.

As consequências deste processo se fizeram sentir em vários setores da vida urbana e desencadearam uma avalanche de problemas onde os efeitos de uns eram as causas de outros e assim sucessivamente.

Na área física, a segregação espacialmente urbana fez com que a cidade subisse os morros e ocupasse os mangues. A expansão acelerada da malha urbana da forma como se processou, desordenada, tem como resultado uma cidade heterogênea, com o centro estrangulado e os serviços básicos restritos. Torna-se difícil aos concessionários dos serviços públicos o atendimento adequado dos cada vez mais longínquos loteamentos e conjuntos habitacionais. Mesmo nas áreas adensadas, seus serviços não podem ser devidamente dimensionados por falta de um planejamento urbano eficiente.

A falta de planejamento está levando a cidade a sua descaracterização. Multiplicam-se as feridas abertas das pedreiras; os paredões e cintas dos cortes; as inundações frequentes em trechos urbanizados sem o necessário exame de escoamento; o desaparecimento de toda uma história arquitetônica sob a face demolidora das novas construções; a transformação do

centro da cidade em compacto bloco de concreto; a paulatina substituição da cobertura vegetal das mais altas cotas dos morros por outra mais sólida e colorida; e das telhas francesas.

O distanciamento das populações agrava o problema de transportes, levando a abertura de vias de ligação aos novos bairros sem que o Poder Público tenha condições de dar-lhes as mínimas condições de tráfego, principalmente nos períodos chuvosos.

No campo social, o crescimento marginaliza as populações de baixa renda. A ânsia do desenvolvimento rápido, do aumento da produção e de lucro máximo levou a segundo plano aquilo que uma cidade deve ter como uma de suas funções principais, o abrigo, a segurança e a sobrevivência de seus habitantes.

O favelamento das áreas metropolitanas, assim como os demais problemas urbanos, são decorrentes de uma série de fatores vinculados à estrutura econômica do País numa abordagem mais geral e ao caráter da apropriação do espaço no desenvolvimento urbano, de forma mais particular.

A Grande Vitória, próxima aos centros urbanos mais desenvolvidos do País, também é afetada pelas condições estruturais, uma vez que, é o centro urbano menos dotado de recursos da região e, na qual a questão da subhabitação urbana adquire contornos críticos contundentes.

Porém, não é somente a questão da habitação que preocupa. É preciso dar ao homem, condições condignas de moradia, no entanto, é preciso dar a ele também, uma ocupação que garanta sua sobrevivência e de sua família, porque antes de procurar uma casa, o homem procura um emprego, configurando-se assim que o problema habitacional tem vinculações com o problema de renda familiar. Sem o fornecimento de condições efetivas e reais de renda/emprego, a crise habitacional terá difícil solução.

Diante da problemática vivida pela Grande Vitória, sucintamente colocada neste trabalho, foi traçada uma estratégia de ação, consubstanciada em proposta de natureza físico-territorial e de natureza social que estão sendo objeto de estudos específicos por parte da FJSN.

2.2.

A ABORDAGEM FÍSICO-TERRITORIAL

Aceita a premissa, segundo a qual a Grande Vitória é hoje um pólo alternativo no contexto desenvolvimentista brasileiro e que urge prepará-la para absorver o crescimento acelerado que experimentará nos próximos anos, cabe aos órgãos governamentais, nos seus diversos níveis, a tomada de posição quanto ao ordenamento e integração de suas ações na região.

O ponto de partida de para essa ação ordenada e integrada deve ser a visão global do espaço urbano da microrregião. Desta forma, é fundamental que a Aglomeração Urbana como um todo, seja dotada de uma estrutura básica como suporte para o seu desenvolvimento harmônico.

A partir dessa visão geral, pretende-se fornecer elementos capazes de subsidiar as decisões não só a nível microrregional, como também, às relacionadas a questões locais.

Assim sendo, o primeiro passo foi a elaboração de um Plano de Estruturação do Espaço que, dentre outros, destacam-se os seguintes fatores:

- . os aspectos físicos que dão à Aglomeração Urbana características próprias e condicionam seu crescimento a um comprometimento da ocupação com os marcos representados pelo mar, mangues e montanhas;
- . a necessidade de não permitir-se que os erros observados no passado se repitam, principalmente quando se prevê que o crescimento futuro terá um dinamismo ainda mais acentuado que o ocorrido nas últimas décadas;
- . a existência de monumentos históricos, artísticos e paisagísticos que devem ser preservados e valorizados, de forma a permitir sua incorporação ao acervo de uso real da Aglomeração Urbana;

- . a urgência de uma tomada de posição no que diz respeito a defesa dos recursos hídricos de forma a evitar que os mesmos se deterioreem, devido ao uso inadequado;
- . o potencial econômico das atividades ligadas ao intercâmbio comercial (porto) e ao turismo, bastante acentuado devido à privilegiada posição geográfica da Aglomeração e sua beleza natural e de áreas vizinhas;
- . a importância da Aglomeração como principal centro econômico estadual, além das funções político-administrativas desempenhadas por Vitória, seu embrião e principal centro;
- . a localização concentrada nos Municípios da Serra e Cariacica da maior parte das atividades industriais, a partir da implantação das plantas da Companhia Siderúrgica de Tubarão, das Usinas de Pelotização, da Companhia Vale do Rio Doce e do Centro Industrial de Vitória;
- . a imperiosidade de adoção de medidas que visem corrigir as distorções do crescimento da Aglomeração - representadas pelo crescimento em mancha-de-óleo e a consequente existência de grandes estoques de lotes vagos em marcante contraste com a contínua ocupação dos morros e mangues, resultando no estrangulamento do principal centro da Aglomeração, sediado na Ilha de Vitória;
- . a prioridade de dotar-se a Grande Vitória de infra-estrutura e super-estruturas capazes de suportar seu crescimento acelerado, a partir dos complexos motrizes de sua economia;
- . a consciência da necessidade de buscar-se, paralelamente ao crescimento econômico, o erguimento de uma cidade humana, onde a qualidade de vida seja um objetivo e não uma resultante marginal e aleatória.

Dentro dessa ótica, a estratégia de ordenamento urbano adotado baseia-se:

- a) No controle da expansão da conurbação atual, delimitando-se Aglomeração Urbana, onde se procederá à reorganização espacial e de atividades, a fim de maximizar a utilização da infra-estrutura existente e racionalizar a aplicação de novos investimentos;

- b) Na definição de unidades urbanas periféricas, onde se concentrarão atividades urbanas autônomas, destinadas ao atendimento de amplas áreas do entorno da Aglomeração e conter o fluxo às áreas centrais;
- c) Na vitalização das atividades rurais nas áreas aproveitáveis, mediante programas e incentivo, a atividade agropastoril, na preservação de áreas de interesse histórico, paisagístico e ecológico, resguardando-as contra a tendência de expansão da mancha urbana.

Conforme visto anteriormente, a Aglomeração Urbana de Vitória se estende, irregularmente, por áreas jurisdicionadas a cinco municípios, contrapondo faixas compactas e de alta densidade e outras de ocupação descontínua. A ocupação se fez de maneira desordenada, procurando, inicialmente, os caminhos estriados por entre as encostas rochosas e os paus que constituem o sítio, invadindo depois os morros e os mangues, sempre de maneira aleatória, configurando-se um assentamento em *mancha de óleo*, com os bairros em posição ciliar às vias principais. Verifica-se que uma das principais consequências desta estrutura urbana situa-se na procura crescente de comércio e serviços no centro metropolitano localizado na Ilha de Vitória, cujas condições de suporte físico são limitadas.

É fundamental, portanto, que a política urbana adotada, procure pela oferta de alternativas locacionais e maior homogeneização do espaço, baseadas nos seguintes critérios funcionais:

- . reorganização do uso do solo, de maneira ordenada, procurando um desenvolvimento racional das atividades, visando uma utilização mais equilibrada da estrutura urbana;
- . reorganização da estrutura urbana, redistribuindo os potenciais de atração nos Centros de Animação, e os fluxos, através de um sistema de circulação hierarquizado, constituindo-se bolsões ou unidades urbanas e periféricas.

A organização do território proposta, baseia-se no conceito urbanístico de polinucleação, onde os bairros se articulam em unidades urbanas, es

triturados entre si e apoiados em um centro, viabilizando-se uma clientela que aí encontra resposta adequada às suas necessidades de moradia, lazer, trabalho, educação etc. O modelo apoia-se num sistema de vias hierarquizadas onde se realizam os principais fluxos, e se localizam os comércios e serviços especializados nas arteriais e nas demais, predominam o uso residencial e o tráfego de acesso (ver Mapa).

Através da análise de aspectos tais como: morfologia, evolução urbana da Aglomeração, densidade atual, centralização e polinucleação, zonas de atividades, desenvolvimento social da população - definiu-se para a Aglomeração, quatro categorias de centro, com o equipamentos urbanos; serviços e infra-estrutura adequados:

- a) CENTRO METROPOLITANO - atende à função regional de provimento de comércio e serviços especializados, equipamentos sociais, recreativos e de saúde, serviços públicos, administrativos e financeiros, difusão cultural, comunicações e transportes, em necessidades setoriais, gerais e específicos. Seu acesso deve se fazer por meio de transporte coletivo e vias arteriais em deslocamentos eficientes; sua circulação interna por transporte de massa ou de pedestres. Seu atendimento deve ser especializado e a frequência de uso ocasional.
- b) CENTRO DE ANIMAÇÃO - dispõe de comércio e serviços diversificados, equipamentos urbanos apropriados para atender às necessidades de saúde, ensino, lazer e cultura no nível geral, setorial e local. Seu acesso se faz por meio de transporte coletivo ou vias arteriais. São três os principais Centros: em Vila Velha, em Carapina e em Campo Grande.
- c) CENTRO DE BAIRROS - dotados de comércio e serviços razoavelmente diversificados e equipamentos sociais, recreativos e serviços urbanos para necessidades setoriais e locais e utilização ocasional frequente. Seu acesso se faz por meio de transporte coletivo e vias alimentadoras, que possibilitam deslocamentos eficientes. Tem a função estrutural de agrupar vários bairros em um subcentro comum.

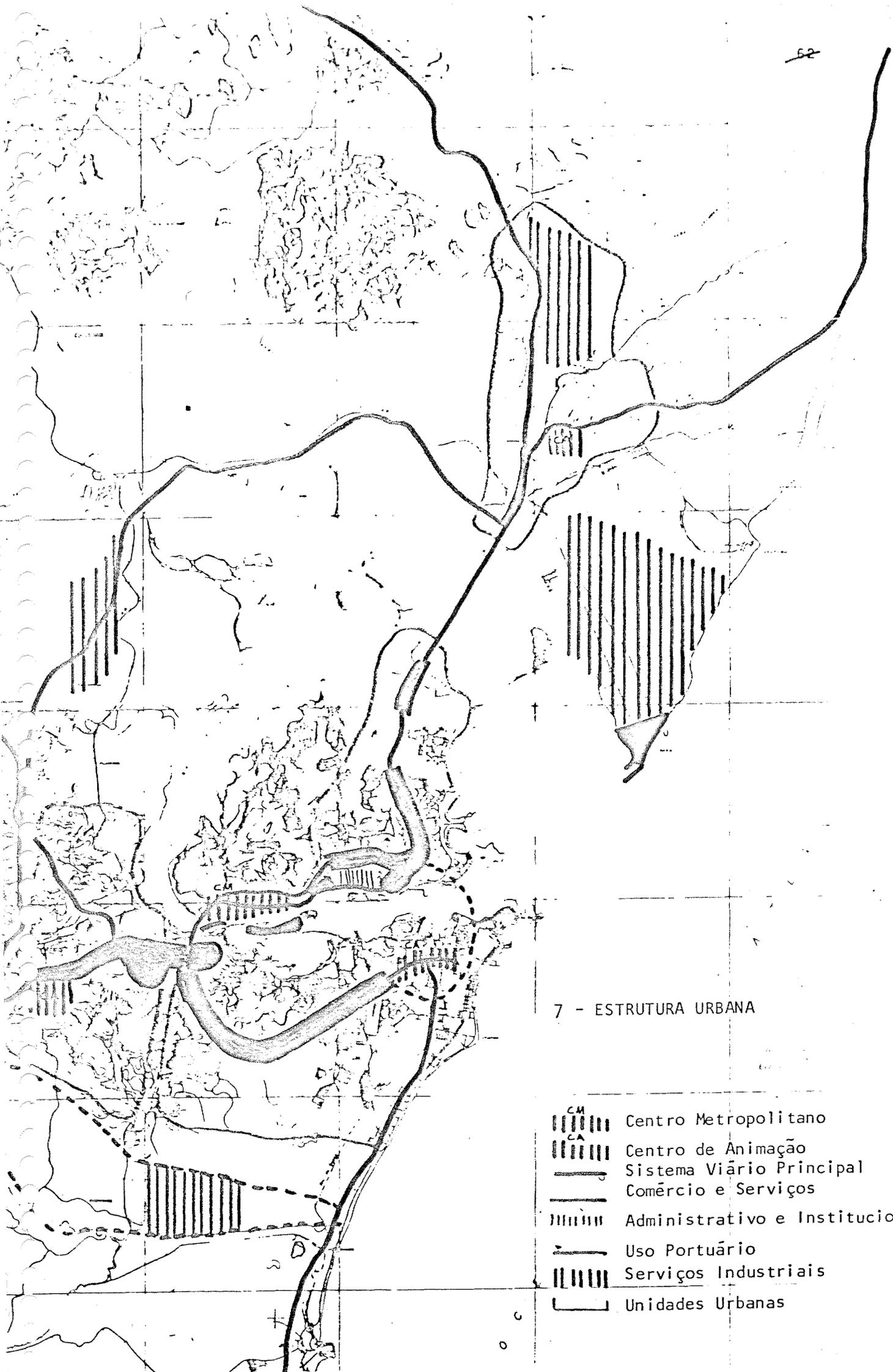
d) CENTRO DE VIZINHANÇA - com atividades e serviços predominantemente locais cotidianos e imediato, e com equipamentos sociais, recreacionais e de lazer, destinados a crianças e pessoas idosas. O acesso se faz sem necessidade de utilização de transporte motorizado. É o mais elementar dos grupos vicinais.

Delinea-se, portanto, a estratégia de descentralização do serviço e comércio e das áreas de trabalho industrial e de comércio e serviços, visando uma utilização mais equilibrada da estrutura urbana. Através da polinucleação - onde se reforçariam os potenciais de atração dos Centros de Animação e a hierarquização do sistema de circulação, constituindo-se Unidades Urbanas - pretende-se uma reorganização da estrutura urbana.

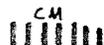
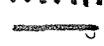
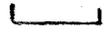
Nesse contexto, duas ações paralelas e conjuntas do Poder Público são fundamentais para a efetiva viabilização da estruturação física proposta:

- . a definição de um sistema viário básico voltado para a política de uso do solo, que contemple, prioritariamente a implantação de um sistema integrado de transporte coletivo capaz de induzir a polinucleação necessária;
- . a priorização de investimentos públicos nas áreas onde pretende-se motivar uma vida urbana mais intensa, além da adoção de medidas legais capazes de incentivar o adensamento desejável de áreas de ocupação refeita e a limitação do crescimento de regiões já hoje congestionadas.

Ressalte-se, aqui, a importância da ação homogênea dos diversos setores a nível do Poder Público, no sentido de compatibilizar e adequar a implantação de medidas à visão global.



7 - ESTRUTURA URBANA

-  Centro Metropolitano
-  Centro de Animação
-  Sistema Viário Principal
-  Comércio e Serviços
-  Administrativo e Institucional
-  Uso Portuário
-  Serviços Industriais
-  Unidades Urbanas

2.3.

A ABORDAGEM SOCIAL

*"(...) a consciência da necessidade de buscar-se, paralelamente ao crescimento econômico, o erguimento de uma cidade humana, onde a qualidade da vida seja um objetivo e não uma resultante marginal e aleatória".**

Ainda que essa consciência tenha sido um dos fatores determinantes do Plano de Estruturação do Espaço, este não pode deixar de ser encarado como uma proposta eminentemente física.

Mesmo que os desdobramentos dessa visão territorial do planejamento tenham como produtos e resultantes sociais, há que procurar-se uma forma mais concreta de abordar-se a Aglomeração como bem mais que espaço físico em si.

Os capítulos anteriores evidenciam que:

- . a Aglomeração Urbana da Grande Vitória vem desempenhando e desempenhará no futuro próximo, papel fundamental na absorção de contingentes populacionais liberados pelo interior do Estado;
- . o crescimento econômico da região está intimamente ligado às atividades, cujo dinamismo apoia-se no uso intensivo dos fatores capital e mão-de-obra qualificada.

Da primeira evidência vem a necessidade da Aglomeração preparar-se quantitativamente no que se refere à serviços básicos como saúde, educação, segurança, lazer etc.

*ESPÍRITO SANTO. FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Plano de Estruturação do Espaço - PEE*. Vitória, FJSN, 1976.

Por outro lado, do segundo ponto depreende-se uma colocação qualitativa da cidade. Ela precisa verticalizar seus serviços, sofisticá-los, colocá-los à disposição em qualidade compatível com o seu novo *status* de metrópole emergente.

Entretanto, se procurarmos cruzar as duas evidências, chegaremos a um contraste quali-quantitativo na medida em que o atendimento à função básica da cidade gerar empregos em número e qualidade adequadas à realidade local, não está assegurado pelo crescimento econômico esperado.

Afinal, se a mão-de-obra a ser absorvida do interior é de baixa qualificação, o máximo que se pode esperar a curto/médio prazos, é o seu aproveitamento na fase de construção dos chamados Grandes Projetos. Ainda que fossem viabilizados programas paralelos de treinamento/aperfeiçoamento dessa mão-de-obra, a demanda por pessoal na fase de operação é, pelo menos, cinquenta por cento inferior a das etapas de construção civil.

Depreende-se, portanto, a urgência e essencialmente de ser incorporado ao campo de ação do planejamento urbano a necessidade de geração de oportunidades de trabalho adequadas à realidade de oferta de mão-de-obra local.

As unidades de capital intensivo tem capacidade reduzida de proporcionar emprego, principalmente a esses não qualificados, desviando-se para setores da economia, em geral, incapazes de oferecer salário e empregos permanentes. As desigualdades de renda, portanto, tendem a manter-se através de uma estrutura de produção orientada para os ramos que mais se beneficiam da modernização tecnológica de mão-de-obra reduzida, tendo como efeito residual a geração de um número desproporcional de empregos indiretos, predominantemente urbanos e mal remunerados e, mais grau ainda, um grande contingente de subempregados e desempregados.

Na realidade, a pobreza tem aumentado e adquire caráter mais dramático em situações de crescimento rápido. O planejamento tem se omitido quan

to ao problema da pobreza, na esperança de que os resultados do desenvolvimento econômico por ele proporcionado deve à participação geral no bem estar, o que não ocorre, pois a mobilidade social ascendente é seletiva e discriminatória.

Torna-se necessário, portanto, voltar-se para o desenvolvimento do chamado *circuito inferior*, baseado na mão-de-obra intensiva, capital reduzido, baixa capitalização e consumo de necessidades menos sofisticadas, atendendo ao segmento social denominado *protoproletariado*.

Esse circuito é formado essencialmente de diferentes tipos de pequeno comércio e da produção de bens manufaturados de capital não intensivo e constituído também de toda uma gama de serviços não modernos. Sua tecnologia é de trabalho intensivo, a organização é primária, as relações de trabalho são muitas vezes de cunho familiar. Os estoques são pequenos, e margem de lucro por unidade é elevada mas pequena comparado ao volume de negócios; as relações com a clientela são diretas e o crédito é pessoal*.

Suas relações resultam em grande parte das relações mantidas com o circuito superior, porém não se trata de uma situação de dualismo. Os dois subsistemas são parte de uma estrutura urbana global, e é formado de partes inter-relacionadas.

O reaparelhamento estrutural urbano para a modernização não deve dar-se, portanto, de maneira isolada, e tampouco contraposta aos objetivos nem sempre homogêneo dos diversos segmentos sociais envolvidos no desenvolvimento.

Ao contrário, o desenvolvimento urbano deve-se dar de maneira global e equilibrada, e isso envolve um desenvolvimento social paralelo no senti

*SANTOS, Milton. *A Pobreza Urbana*. Hucitec/UFPE/CNDU. Recife, 1978.

do amplo, incluindo satisfação de necessidades básicas, emprego, renda, qualidade de vida urbana, relações sociais, participação e liberdade, nos níveis pessoal, familiar e comunitário.

2.3.1. A QUESTÃO DO HABITAT

As grandes cidades contemporâneas têm sido duramente atacadas por sociólogos e humanistas, moralistas e médicos, pelas distintas tarefas que im
põem aos cidadãos. O anonimato, a desagregação familiar, a incompreen
são, a automação das pessoas, a delinquência, as enfermidades e degenera
ções mentais, o egoísmo, a falta de fraternidade, assim como todo tipo
de frustração, são razões muito poderosas para atacar a grande cidade. Mas
não se pode confundir, o que se ataca não é a grande cidade como tal,
mas sim, a sua estrutura desumana, desproporcionada, produto de um jo
go de forças econômicas, onde quase se pode dizer que o humano é aciden
tal. *acual*

Nessas circunstâncias, a justiça social é dificilmente praticável, se
não, é quase pela força; muito menos praticável é a compreensão e a ami
zade para os demais, que são todos e não é ninguém, nas grandes cidades
anticomunitárias.

Quando os investimentos públicos procuram socializar os benefícios, dis
tribuindo-os de uma forma menos distorcida, ocorre um processo de valori
zação de áreas beneficiadas.

A apropriação do espaço físico da Aglomeração vem ocorrendo por dois ca
nais bastantes distintos. Um, institucionalizado através de documentos
com o mais amplo respaldo legal, contempla as chamadas transações nor
mais.

O outro, resulta na ocupação de morros, mangues e periferias distantes
por uma série de contingências, dentre as quais, destaca-se o próprio

imobilismo dos poderes públicos no não cumprimento de textos de lei. Este canal pode ser visto sob todos os aspectos como sendo informal, mas é extremamente representativo na medida em que contempla a única opção de apropriação possível e viável à maioria da população.

Torna-se fundamental, portanto, o delineamento de uma política habitacional que, a partir de uma realidade social e física bastante típicas mas nem por isto exclusivas - da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, procure não só o equacionamento do hiato existente entre oferta e demanda, como também antecipar-se a fatos futuros previsíveis no presente.

Essa política deve contemplar, dentre outros:

- . a necessidade de não se permitir o isolamento físico da função habitacional daquelas fundamentais à vida urbana, quais sejam, trabalho, circulação, educação, saúde, segurança e lazer;
- . a urgência de procurar-se compatibilizar o uso do solo urbano às necessidades de preservação do meio-ambiente, de forma a adequar a interação homem x natureza a uma visão da realidade presente sem que sejam esquecidas as gerações futuras;
- . a consciência explícita de que devem ser procuradas alternativas sejam sociais, técnicas ou financeiras, elaboradas a partir de uma realidade local e não tendo a mesma, como mero instrumento de aplicação de informações exógenas.

O outro lado significativo da atuação governamental no problema da habitação, é que a população não pode ser vista mais como uma massa passiva. Hoje é preciso reconhecer que, ao menos potencialmente, a população urbana é dotada de um poder de reivindicação. Por isso, na solução do problema habitacional é necessário testar e comprovar a capacidade de participação popular.

A população deve ser a indutora das suas necessidades e a articuladora na preservação de seus valores culturais. A participação comunitária é

um dado novo e elemento essencial para o sucesso de uma nova política habitacional.

É muito importante dispor de zonas de habitação, de indústrias e de negócios, em forma contígua e dosada de tal modo que os lugares de trabalho industrial estejam vizinhos a habitação; assim como, as habitações estejam livres de gases e fumaça industrial nocivos. O mais importante de uma cidade é que provoque o desenvolvimento pleno das pessoas, levando-as a sua maturidade social.

Dentre outras coisas, assume-se, conforme se poderá observar, que a habitação do homem, fator de fixação ao território onde se desenvolve sua atividade produtiva, está longe de constituir um problema menor da dinâmica social.

Para o Governo Estadual, não interessa resolver o problema habitacional somente nos aspectos econômicos, quantitativos e financeiros. O problema habitacional será, satisfatoriamente resolvido se a moradia for encarada como forma concreta de cultura.

É necessário buscar desenvolver experiências práticas dentro do conceito de habitação social, encarado no sentido amplo de *habitat* urbano.

Percebe-se, portanto, que todo programa habitacional que desejar atender de fato à população, deve dar prioridade sistemática aos aspectos de infra-estrutura urbana, serviços básicos e, principalmente, à legitimação da posse e uso da terra urbana.

2.4.

A ÓTICA REGIONAL

A velocidade e intensidade do processo de mudanças que vêm ocorrendo e que são esperadas para a Aglomeração Urbana da Grande Vitória, geram a necessidade de uma postura de planejamento voltado não somente para as consequências do crescimento acelerado, como também a adoção de medidas que contemplem possíveis causas desse crescimento sob a forma de inchaço urbano.

Assim sendo, é fundamental que o planejamento seja visto não somente como instrumento de racionalidade administrativa para também incorporar a necessidade de servir como indutor de mudança social.

Dentro dessa visão, ao serem elaboradas as *Diretrizes para a Ação Integrada - 1979/1983*, a administração estadual se propôs embasar sua ação numa estratégia que eleve à *participação social* e à *ação regional*.

A participação social deve ser entendida como uma forma de valorização do homem capixaba, do estabelecimento de condições que propiciem o bem estar e melhores condições na qualidade de vida da população. Operacionalmente falando, significa que o Governo deverá atuar de forma impassiva e coerente, prioritariamente naqueles setores que atendam às aspirações básicas da população e que sejam identificadas como carências e deficiências, no campo econômico, social ou cultural do Estado. É preciso que o Governo Estadual busque formas de detecção dessas aspirações e, por outro lado, acione meios para respondê-las.

A ação regional é proposta, então, como uma estratégia capaz não só de dar maior racionalidade à ação governamental, na medida em que ela procura, por exemplo, a curto prazo, um processo de regionalização programática.

Ela é capaz não só de promover esta descentralização e, portanto, de ampliar as bases do Governo no que tange à agilização da máquina burocrática. A sua finalidade é, também, de levar o Governo mais para perto das comunidades interioranas, tornando-o mais acessível à população. Esta proximidade propiciará, necessariamente, não só um envolvimento mas também um comprometimento maior entre o Governo e as populações que vivem no interior.

O Governo se faz presente e assume novas posições no interior. O Governo sai de Vitória para todo o Espírito Santo.

Ciao! good bye

A ação regional traz em seu bojo uma forma nova e atual de governar, compatível com as exigências de uma moderna administração do setor público.

Ela será efetivada de acordo com a proposta de regionalização estadual contida (ver mapa), a partir da qual será possível ao Setor Público tomar as medidas concretas que são imprescindíveis à demarcação da ação territorial. Depois de implantada e consolidada, ela representará um marco decisório fundamental para a consecução do objetivo de diminuir os desequilíbrios intraestaduais, promovendo um desenvolvimento que possa configurar-se como agente de mudanças estruturais na sociedade capixaba.

De acordo com a organização espacial recomendada, pode-se caracterizar as regiões da seguinte forma:

- a) REGIÃO I - A Região I, chamada Região da Grande Vitória, agrupa quinze municípios (ver quadro), possui 24% da área do Estado e tem como sede a Aglomeração Urbana da Grande Vitória, com a capital classificada na hierarquia final dos núcleos urbanos do Espírito Santo como centro de primeiro nível.

Por ser o principal centro de serviços do Estado, além de ser núcleo de comunicações regionais, Vitória polariza toda a Região e é o principal foco de desenvolvimento verificado na área.

Justamente porque é integrada pelo Município da Capital, a Região I apresenta-se como a de melhor padrão geral de desenvolvimento no con texto estadual. É bem verdade que esse desenvolvimento processou-se, como sempre, de forma desigual, já que se constata que Vitória é o único núcleo urbano de primeiro nível e que todos os outros quatorze núcleos são de quarto e quinto níveis.

- b) REGIÃO II - A Região II, chamada Região de Colatina, é integrada por seis municípios, possui 12% da área do Estado em tem como se de o mu nicípio de Colatina, classificada na hierarquia final como núcleo de segundo nível (ver quadro).

Beneficiado por sua proximidade com o Rio Doce, e por ser ponto de passagem da Estrada de Ferro Vitória-Minas, o Município de Colatina foi, entre 1940 e 1960, um dos principais focos de desenvolvimento do Espírito Santo, na época em que a cultura cafeeira constituía-se no primeiro produto da base econômica estadual. Ao lado do café, a pe cuária de corte ainda predomina como a atividade mais importante da Região.

Com a erradicação dos cafezais, a área foi prejudicada e sofreu os im pactos de um processo intenso de emigrações, de tal modo que Colatina, por exemplo, que sempre foi um município de vigoroso crescimento demo gráfico, apresentou a insignificante taxa de incremento populacional da ordem de 0,1% entre 1960 e 1970.

- c) REGIÃO III - A Região III, chamada Região de Nova Venécia, é composta por oito municípios, todos do Noroeste do Estado, possui 21% da área do Espírito Santo e tem como sede o Município de Nova Venécia, clas sificado como centro de terceiro nível (ver quadro).

Uma análise superficial da Região, mostra sua grande potencialidade gravitacional a partir da constatação de que a sua sede constu tui-se num ponto nodal. (O conceito de ponto nodal, aqui adotado, extrapola a sua conotação geométrica para dar-lhe uma dimensão econômico-social. Na verdade, ponto nodal é uma interseção de vias de comunicação. No

que concerne à regionalização, ponto nodal ganha características de centro para o qual converge e em função do qual se mantém unida a região imediatamente periférica).

- d) REGIÃO IV - A Região IV, chamada Região de Linhares, agrupa quatro municípios - do Nordeste capixaba, todos no eixo da BR 101-Norte. Com sede no município de Linhares, centro de terceiro nível na hierarquia estadual, ela possui 21% da área do Espírito Santo (ver quadro).

Baseada principalmente nas explorações madeireira e cacaueteira, ela foi, no passado, uma área privilegiada no contexto desenvolvimentista do Estado, em termos relativos. Inclusive, reteve grande parte das populações expulsas de outras áreas do interior do Estado na década 60/70, em função dos projetos de reflorestamento que estão sendo levados a efeito em seu território, desde 1968.

Com o esgotamento das florestas, a região experimenta, a partir dos anos 70, algumas transformações em sua base econômica. Ressalte-se, entretanto, seu grande potencial agrícola, pecuário, industrial e turístico, para um processo mais intenso de desenvolvimento.

- e) REGIÃO V - A Região V, chamada Região de Cachoeiro de Itapemirim, cuja sede é o Município de Cachoeiro de Itapemirim, centro de segundo nível, é a maior de todas no que diz respeito à quantidade de municípios - um total de vinte (ver quadro). Entretanto, devido à pequena extensão de cada um desses, ela tem 22% da área estadual e não é portanto, maior do que as outras.

Com uma estrutura de cidades do tipo primaz, na qual Cachoeiro de Itapemirim tem a excelência absoluta, a Região V já foi a maior produtora de café do Estado e, por isso mesmo, foi uma das primeiras áreas a apresentar um processo de urbanização intenso, no contexto estadual.

Nas primeiras décadas deste século, o Município de Cachoeiro de Itapemirim chegou a constituir-se no principal pólo de desenvolvimento do Espírito Santo. Com a expansão da fronteira agrícola, no sentido norte do Estado, nos anos 50, há um processo de transformação da base

econômica da área e a pecuária de leite passa a predominar, juntamente com a indústria de extração mineral e de transformação.

Essa situação predomina até hoje, cabendo destacar, somente, o surgimento de algumas indústrias tradicionais, em função dos estímulos concedidos desde a criação do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A.

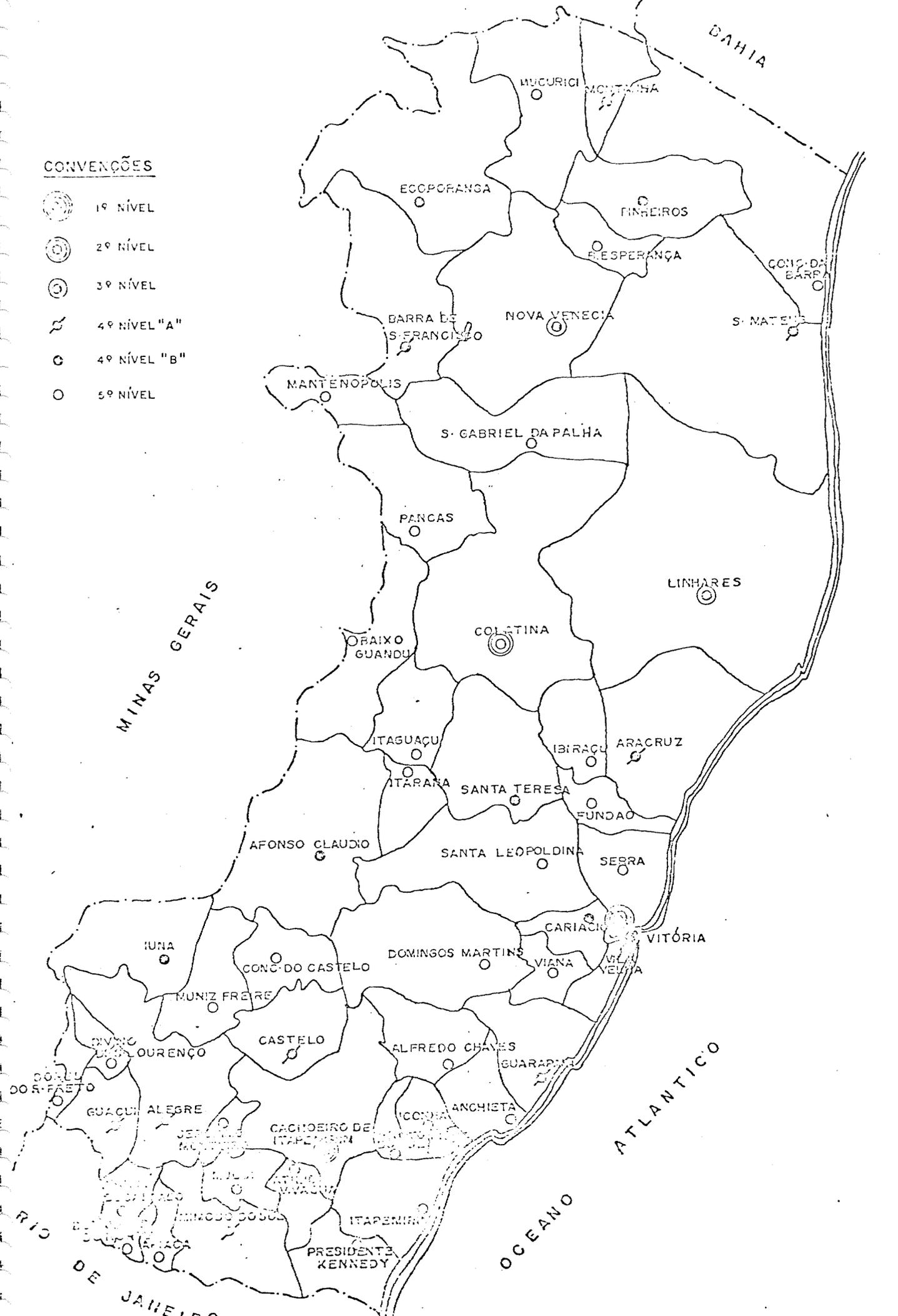
DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	SEDE (NIVEL)	4º NÍVEL A	4º NÍVEL B	5º NÍVEL
REGIÃO I	Vitória (1º)	Vila Velha Guarapari	Afonso Cláudio Cariacica Santa Tereza	Ibiraçu Fundão Serra Santa Leopoldina Domingos Martins Viana Alfredo Chaves Anchieta Piúma
REGIÃO II	Colatina (2º)	Baixo Guandu		Mantenópolis Pancas Itaguaçu Itarana
REGIÃO III	Nova Venêcia (3º)	Montanha Barra de São Francisco	Pinheiro Ecoporanga	Mucurici Boa Esperança São Gabriel da Palha
REGIÃO IV	Linhares (3º)	São Mateus Aracruz		Conceição da Barra
REGIÃO V	Cachoeiro de Itapemirim (2º)	Castelo Guaçu Alegre Mimoso do Sul	Iúna	Iconha Rio Novo do Sul Itapemirim Pres. Kennedy Atílio Vivacqua Muqui Jerônimo Monteiro Conceição do Castelo Apiacã Bom Jesus do Norte São José do Calçado Muniz Freire Divino São Lourenço Dores do Rio Preto

MAPA 3
MALHA URBANA ESTADUAL HIERARQUIZADA

CONVENÇÕES

-  1º NÍVEL
-  2º NÍVEL
-  3º NÍVEL
-  4º NÍVEL "A"
-  4º NÍVEL "B"
-  5º NÍVEL



MINAS GERAIS

BAHIA

ATLANTICO

OCEANO

RIO DE JANEIRO

3.

O PROGRAMA DE CIDADES DE PORTE MÉDIO
PROJETO GOVERNO BRASILEIRO/BIRD

3.1.

OBJETIVOS

O Projeto tem por objetivos promover o crescimento da atividade econômica e a melhoria da infra-estrutura física, dos serviços urbanos, da administração municipal em oito regiões, urbanas brasileiras entre as quais se inclui a Grande Vitória.

A operacionalidade do Projeto se dará através de conjunto de ações classificadas nas categorias abaixo:

- . voltadas para a geração de emprego e renda;
- . voltadas para o provimento de infra-estrutura urbana;
- . voltadas para a melhoria da administração municipal.

O princípio geral que norteia o Projeto é de que todas as ações por ele propostas sejam destinadas à população urbana pobre e estejam em concordância com uma estratégia de desenvolvimento urbano. O segmento da população a quem o projeto preferencialmente se destina é aquele cuja renda familiar mensal seja menor que três vezes o salário mínimo regional em uma maioria de setenta por cento, canalizando a maior parcela dos benefícios à população realmente carente.

3.2.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Da análise da classificação colocada no ítem anterior, a partir das diretrizes preconizadas para assegurar a compatibilidade com a política do Banco Mundial e integrantes de uma estratégia de desenvolvimento urbano, depreendem-se as ações que compõem as diversas categorias.

Categoria: *Geração de Emprego e Renda*

- Ações sugeridas:

- . Abastecimento de Gêneros Alimentícios
- . Infra-estrutura Industrial
- . Assistência Técnica e Gerencial a Micro-empresas e Cooperativas
- . Equipamentos e Assistência Técnica a Cooperativas
- . Treinamento de Mão-de-Obra

Categoria: *Administração Urbana*

- Ações sugeridas:

- . Melhoria da Arrecadação Municipal
- . Melhoria da Capacidade Administrativa

Categoria: *Infra-estrutura Urbana*

- Ações sugeridas:

- . Abastecimento d'água e esgotos
- . Fossas sépticas
- . Drenagem
- . Transportes
- . Coleta e Disposição Final de Lixo
- . Lotes Urbanizados

- . Equipamentos Comunitários
- . Distribuição de Eletricidade
- . Edificações de Natureza Social

As ações a serem implementadas no subprojeto Grande Vitória são mais adiantadas, em linhas gerais. As ações específicas por área serão explicitadas posteriormente a partir do aprofundamento do estudo das necessidades em cada bairro.

3.3. A INTEGRAÇÃO ENTRE O PROJETO E A ESTRATÉGIA

O enfoque dado pelo Projeto para as intervenções foi delineado, anteriormente no Capítulo 3, em *Abordagem Social*: o conceito de Habitação Social, ou seja, o habitat no conceito amplo, atendendo não só à necessidade de abrigo, mas também de saúde, saneamento, lazer, emprego, renda, circulação etc, compatibilizado com critérios de estruturação urbanística e integração comunitária, integrando desenvolvimento social e desenvolvimento físico-territorial, ampliando o conceito de desenvolvimento urbano.

Foram selecionadas áreas de intervenção a partir de critérios de renda e carência, conforme explicado mais adiante, que contemplou bairros ou conjuntos de bairros onde o Programa deverá ser aplicado, procurando beneficiar a um maior número possível de carentes mas também fazendo com que os benefícios atingissem a áreas mais amplas, contribuindo para a integração de bairros. Constituem particularidades as áreas carentes onde os problemas são setoriais ou emergentes, de intervenção mais imediata.

As propostas relativas a transportes e saneamento extrapolam os limites das áreas, por motivos de integração do componente. A proposta de melhoria das vias enquadra-se na diretrizes de reformulação da circulação urbana e transportes coletivos apresentados no PAITT, e atingem principalmente os bairros mais pobres, onde as áreas apresentam condições mais desvantajosas. As propostas de drenagem, por outro lado, não podem obedecer a limites, arbitrários, devendo ter como área de intervenção a parte da bacia necessária para equacionar a problemática.

4.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

4.1.

OS ASSENTAMENTOS URBANOS SUBNORMAIS

A incidência de assentamentos urbanos subnormais na área da Grande Vitória atinge hoje a uma população residente, considerada carente, de 262.000 pessoas, que representa perto de 47% da população da Grande Vitória (considerada em 1979). Dentro de uma estratégia de desenvolvimento urbano, nenhuma ação global pode relegar ao 2º plano estes milhares de carentes.

Por reconhecer a importância que este segmento da população urbana adquire ao nível da aglomeração é que a Fundação Jones dos Santos Neves como Órgão do Sistema Estadual de Planejamento, ao definir sua estratégia de ação espacial, tem voltado sua linha de pesquisa social para buscar alternativas de soluções adequadas, e mais arrojadas que as medidas tradicionais já conhecidas, no sentido de concretizar uma ação na função habitação.

Um vetor de suma importância no contexto do problema habitacional é o aspecto da renda. Entende a Fundação Jones dos Santos Neves que a Habitação deve ser encarada como consequência direta da apropriação de uma parcela da riqueza gerada, através de melhorias no rendimento econômico que irá se rebater na apropriação do espaço físico, e melhorar a qualidade de vida das populações carentes.

Os primeiros levantamentos efetuados pela FJSN em setembro de 1978, davam conta preliminarmente da existência de cerca de 43 assentamentos urbanos subnormais na área da Grande Vitória totalizando aproximadamente cerca de 172 pessoas, considerando-se uma média de 900 habitações por

assentamento. Destes 43 assentamentos, 29% eram em áreas de mangue e 72% em áreas de morro.

Este levantamento preliminar serviu para melhorar os instrumentos de pesquisa necessários a apreensão desta realidade, uma vez que nenhum outro órgão governamental dispunha de informações para estas áreas.

Durante o transcorrer de 1979 o Projeto Habitação - Fase II avançou na sistematização, no conhecimento quantitativo e qualitativo de tais áreas. Foram realizados levantamentos nos municípios da Aglomeração com a utilização de alguns indicadores mais significativos para identificação das áreas, tais como:

- Localização de terrenos, situação fundiária, tipologia e concentração de habitações, tamanho e densidade.

Por este levantamento, o número inicial ampliado para atualmente 82 áreas nos 4 municípios de Aglomeração.

Assim temos que em janeiro de 1980 estão identificados e conhecidos cerca de 82 assentamentos, distribuídos em morros e mangues com um expressivo contingente populacional como mostra o quadro seguinte.

QUADRO
RESUMO DOS AGLOMERADOS DE SUBHABITAÇÕES

MUNICÍPIOS	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE	Nº DE HABITAÇÕES	Nº DE HABITAÇÕES
Vitória*	Baixadas e Mangues	07	3.186	15.930
	Morros	25	16.830	84.150
Vila Velha	Baixadas e Mangues	26	17.228	86.140
	Morros	8	4.250	21.250
Cariacica	Baixadas e Mangues	3	2.380	11.900
	Morros	9	6.250	31.250
Serra	Baixadas e Mangues	3	1.700	8.500
	Morro	1	600	3.500
TOTAIS	Mangues/Baixadas - 39 (47%) Morros - 43 (52%)	82	52.424	262.120

*Incluídos os Bairros que são objeto de intervenção da PMV/BNH - Convênio PROFILURB.

As informações colhidas sobre tais assentamentos, foram obtidas através de Pesquisa por Observação Direta, em cada assentamento. Realizou-se entrevistas coletivas com grupos de moradores e líderes comunitários.

É útil lembrar que em tais entrevistas cerca de 70% dos ítems indagados dependiam da visão própria dos moradores, ficando o restante por conta da experiência, conhecimento, sensibilidade e diagnóstico do técnico. Tais observações forneceram elementos qualitativos e quantitativos pre ciosos para o conhecimento de tais assentamentos.

4.2.

A SELEÇÃO DAS ÁREAS - METODOLOGIA ADOTADA

A seleção das áreas para intervenção, buscou contemplar 75 assentamentos urbanos subnormais identificados nos municípios da Serra, Vila Velha e Vitória. Utilizou-se critérios uniformes e homogêneos que possibilitasse uma escolha efetiva dos assentamentos prioritários entre todos os carentes. Foram excluídos 07 assentamentos no município de Vitória por motivo do convênio firmado com programa PROFILURB, entre BNH/PMV.

O procedimento adotado, descrito a seguir, buscou reduzir ao mínimo possível os julgamentos subjetivos inerentes a tais tipos de análise. Foi considerado também os objetivos estabelecidos pela FJSN, que consistem em definir ações que produzam maior impacto sócio-econômico cultural na população urbana pobre, atingindo a maior parcela significativa possível desta.

Para tanto foram adotados dois grupos de critérios para escolha das áreas hoje conhecidas:

- 1) Renda média familiar
- 2) Grau de carência.

Para o primeiro grupo foram utilizadas complementarmente as informações da pesquisa sócio-econômica SEPLAN-77, por setores censitários, conjugados com as indicações dos Mapas de Localização Escolar em Áreas de Baixa Renda (Trabalho desenvolvido FJSN-SEDU/ES).

Este procedimento foi adotado para cada município, sendo indicado por mapas todos os assentamentos com renda média familiar de 0 a 2 SM e de 2 a 5 SM (vide mapas por municípios em anexo).

Considerando-se conforme documento *Diretrizes para Elaboração de Subprojetos*, a definição de que a população urbana pobre é a parcela da população que percebe uma renda familiar menor que 3 salários mínimos, verifica-se que o critério adotado de 0 a 2 SM atende ao exigido pelo Projeto CPN/BIRD.

Para o segundo grupo de critérios, foi estabelecido um determinado grau de carência com base nas informações colhidas em todos os assentamentos conhecidos. A partir destas informações foi elaborado para cada município uma matriz de prioridades (Anexo nº 4).

esta Matriz de Prioridades por Município constam 20 (vinte) indicadores da qualidade de vida em cada assentamento. A estes indicadores, avaliados na sua interdependência e na frequência com que apareciam em cada bairro, foram conferidos pesos, os quais somados resultaram na primeira avaliação por grau de carência.

Tais indicadores foram agrupados nos seguintes itens:

I - INFRA-ESTRUTURA

- . Terrenos alagáveis;
- . Alinhamento das casas;
- . Vias não carroçáveis;
- . Soluções para esgoto;
- . Rede de água;
- . Fornecimento regular de água;
- . Ligação elétrica domiciliar;
- . Iluminação pública

II - SERVIÇOS

- . Transporte coletivo;
- . Escola de 1º Grau;
- . Proximidade de posto médico;
- . Policiamento;

- . Escola de 2º Grau;
- . Curso de alfabetização de adultos
- . Atendimento médico;
- . Posto policial

III - SITUAÇÃO JURÍDICA

- . Casas próprias
- . Documentação terreno
- . Propriedade do terreno

IV - EMPREGO

- . Constatação de desemprego

A somatória dos pesos atribuída a estes indicadores é resultado da ava liação de cada indicador isoladamente e sua interdependência com os demais.

A descrição destes Pesos é a seguir enumerada:

TABELA DE PESOS POR INDICADORES

ASPECTOS	EXPRESSÃO	PESOS
INFRA-ESTRUTURA	%	0% = 0
1. Terreno alagável	%	1 a 25% = 1
2. Desalinhamento	%	26 a 50% = 2
3. Vias não carroçáveis	%	51 a 75% = 3
4. Sem solução p/esgoto	%	76 a 100% = 4
5. Sem rede de água	%	
6. Sem fornecimento regular	%	
7. Sem ligação elétrica domiciliar	%	
8. Sem iluminação pública	%	
SERVIÇOS - 1		
9. Transporte coletivo	Bom/mau = +/-	
10. Escola de 1º Grau	+/-	+ = 0
11. Prox. de posto médico	+/-	- = 4
12. Policiamento	+/-	
SERVIÇOS - 2		
13. Escola de 2º Grau	+/-	+ = 0
14. Alfabetização adultos	+/-	- = 2
15. Atendimento médico	+/-	
16. Posto policial	+/-	
SITUAÇÃO JURÍDICA		
17. Predom. casa própria	+/-	+ = 0
18. Docum. regular	+/-	- = 4
19. Proprietários terceiros		terrenos: Pref., Estado, União = 1 Particular = 2 Duvidoso = 3
EMPREGO		
20. Há emprego	+/-	+ = 0 - = 4

Desta maneira, a somatória dos pesos de todos os aspectos ou o peso de cada aspecto isolado nos fornece os índices de carência dos bairros.

Entretanto, cabe salientar que se considerados somente os indicadores brutos de carência, para eleger os bairros correr-se-ia o risco de contemplar somente os bairros menores com pouca população afetada, deixando-se de lado os bairros maiores mais com menor grau de carência e maior impacto populacional.

Assim resolveu-se atribuir um peso equivalente, denominado *fator de isolamento* que de um lado não deixasse a influência da carência sobrepor-se nem tampouco privilegiar somente os bairros de população maior. Considerou-se também que para muitos bairros existe a possibilidade de apropriação ou extensão de redes de infra-estrutura física de bairros circunvizinhos. Por conseguinte o acesso as *facilidades* circunvizinhas (isolamento) e o número de pessoas nos bairros determinaram o fator (f_i), que multiplicado pelo grau de carência bruta, forneceu ÍNDICE DE CARÊNCIA GLOBAL. Este índice final permitiu selecionar os bairros com mais alto grau de prioridade, de uma forma uniforme e equilibrada.

Os intervalos de população estabelecidos e os respectivos pesos, são abaixo enumerados:

POPULAÇÃO	PESO
Até 1.000	$f = 1,0$
1.001 a 2.500	$f = 1,2$
2.501 a 5.000	$f = 1,5$
5.001 a 7.500	$f = 1,8$
7.501 a 13.000	$f = 2,0$

A equação que determinou a carência global fica caracterizada pela fórmula:

$$C = \sum P \times F_i$$

onde:

C = carência global

$\sum P$ = somatória dos pesos

F_i = fator de isolamento

Assim a escolha dos bairros com alta prioridade é resultado da combinação das rendas médias familiar até 2 SM com o maior grau de carência global.

A partir da combinação destas variáveis foi elaborado para cada município um quadro de resultados, apresentados a seguir (Quadros) onde os diversos bairros são classificados em quadro grupos (de I a IV), conforme modelo abaixo:

RENDA	CARÊNCIA	
	102 a 50	49 a 20
Até 2 SM	I	II
2 a 5 SM	III	IV

onde:

Bairros de Grupo I: Renda até 2SM

Grau de Carência de 50 e mais pontos (até 102)

Bairros de Grupo II: Renda até 2 SM
Grau de Carência menos de 50 pontos (20-49)

Bairros de Grupo III: Renda de 2 a 5SM
Grau de Carência 50 e mais

Bairros de Grupo IV: Renda de 2 a 5SM
Grau de Carência - menos de 50 pontos.

QUADRO

VITÓRIA: RESULTADOS POR GRUPO DE ASSENTAMENTOS

Nº	BAIRRO	RENDA M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
1	Forte de São João	Até 2	46	10.000	2,0	92	I
2	Morro do Romão	Até 2	41	6.000	1,8	74	I
3	Santa Tereza	Até 2	31	10.000	2,0	62	I
4	Morro da Penha	Até 2	41	5.000	1,5	62	I
5	Morro do Cabral	Até 2	49	1.750	1,2	59	I
6	São Benedito	Até 2	30	7.200	1,8	54	I
7	Maria Ortiz	Até 2	36	4.500	1,5	54	I
8	Morro da Capoeira/Morro de Gurigica	Até 2	35	4.250	1,5	53	I
9	Morro de Santa Marta	Até 2	39	1.500	1,2	47	II
10	Morro Moscoso	Até 2	47	1.000	1,0	47	II
11	Tabuazeiro de Dentro	Até 2	42	950	1,0	42	II
12	Ilha do Príncipe	Até 2	23	5.000	1,5	35	II
13	Inhanguetã	Até 2	35	1.000	1,0	35	II
14	Morro São José	Até 2	33	300	1,0	33	II
15	Morro do Bonfim	Até 2	31	1.000	1,0	31	II
16	Morro do Martelo	Até 2	25	1.750	1,2	30	II
17	Pedra da Engenharia	Até 2	25	1.000	1,0	25	II

Continuação: Vitória

Nº	BAIRRO	RENDA M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
18	Morro de Bento Ferreira	Até 2	19	1.250	1,2	23	II
19	Santos Dumont	Até 2	19	2.500	1,2	23	II
20	Morro da Fonte Grande	2 a 5	41	4.000	1,5	62	III
21	Morro da Chapada	2 a 5	40	3.000	1,5	60	III
22	Morro da Consolação	2 a 5	33	3.500	1,5	50	III
23	Morro de Jucutuquara	2 a 5	31	2.800	1,5	47	IV
24	Morro da Piedade	2 a 5	39	500	1,0	39	IV
25	Morro do Cruzamento	2 a 5	30	2.100	1,2	36	IV

QUADRO

VILA VELHA: RESULTADOS POR GRUPO DE ASSENTAMENTOS

Nº	BAIRRO	RENDA M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
1	*Capuaba	Até 2	54	1.300	(2,0)	108	I
2	*Ilha da Conceição	Até 2	41	6.000	(2,0)	82	I
3	*Pedra dos Búzios	Até 2	41	1.200	(2,0)	82	I
4	*Santa Rita (sem Alecrim)	Até 2	39	9.000	2,0	78	I
5	Marinho	Até 2	40	6.500	1,8	72	I
6	*Vila Garrido (morro)	Até 2	34	6.000	(2,0)	68	I
7	*Ilha das Goiabeiras	Até 2	33	1.000	24.500 (2,0)	66	I
8	Colônia de Pesca Itapoã	Até 2	53	400	1,0	53	I
9	Morro do Soteco (inclusive Beco de Tocantins)	Até 2	44	1.700	77% 1,2	53	I
10	Nossa Senhora da Penha	Até 2	48	200	1,0	48	II
11	Sagrada Família	Até 2	47	1.000	1,0	47	II
12	Baixada Jaburuna	Até 2	38	2.000	1,2	46	II
13	Divino Espírito Santo	Até 2	34	2.500	1,2	41	II
14	Morro de Argolas	Até 2	33	1.800	1,2	40	II
15	Contestado I	Até 2	39	575	1,0	39	II
16	Favelas dos Vicentinos	Até 2	39	155	1,0	39	II
17	Contestado II	Até 2	37	300	1,0	37	II
18	São Vicente	Até 2	28	1.300	1,2	34	II

Continuação: Vila Velha

Nº	BAIRRO	RENDA M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
19	Ilha dos Ayres	Até 2	33	900	1,0	33	II
20	Contestado III	Até 2	32	560	1,0	32	II
21	Conj. Valdevino Vieira	Até 2	31	750	1,0	31	II
22	Morro Jaburuna	Até 2	25	2.000	1,2	30	II
23	Rua do Canal	Até 2	29	650	1,0	29	II
24	Rua do Lixo	Até 2	20	650	1,0	20	II
25	Rio Marinho	2 a 5	40	10.000	2,0	80	III
26	Alvorada	2 a 5	37	10.000	2,0	74	III
27	Jardim Marilândia	2 a 5	36	10.000	2,0	72	III
28	*Alecrim	2 a 5	39	3.500	2,0	78	III
29	*Vila Garrido/Baixada	2 a 5	34	4.000	2,0	68	III
30	Vale Encantado	2 a 5	25	13.000	2,0	50	III
31	Morro da Boa Vista	2 a 5	41	2.500	1,2	49	IV
32	Cobi de Baixo	2 a 5	30	3.000	1,5	45	IV
33	Morro da Bomba	2 a 5	37	2.500	1,2	44	IV
34	Cobi de Cima	2 a 5	21	450	1,0	21	IV

QUADRO

SERRA: RESULTADOS POR GRUPO DE ASSENTAMENTOS

Nº	BAIRRO	RENDA M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
1	Sossego	Até 2	52	5.900	1,8	94	I
2	Boa Vista	Até 2	34	600	1,0	34	II
3	Taquara (1 e 2)	2 a 5	33	3.000	2,0	66	III
4	Concheiras	2 a 5	32	2.000	1,2	38	IV

QUADRO

CARIACICA: RESULTADOS POR GRUPO DE ASSENTAMENTOS

Nº	BAIRRO	RENDA M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
1	Flexal	Até 2	51	10.000	2,0	102	I
2	Porto de Santana	Até 2	42	13.300	2,0	84	I
3	Bela Aurora (Buraco quente)	Até 2	43	4.800	1,5	65	I
4	Itanguã	Até 2	54	1.250	1,2	65	I
5	Exedito	Até 2	32	3.000	1,5	48	II
6	Mucuri	Até 2	47	300	1,0	47	II
7	Santo André	Até 2	43	650	1,0	43	II
8	Independência	Até 2	38	850	1,0	38	II
9	São João Batista	Até 2	28	1.150	1,2	34	II
10	Canto Feliz	Até 2	28	1.500	1,2	34	II
11	Rosa da Penha	2 a 5	39	2.850	1,5	59	III
12	Alto Lage	2 a 5	21	3.500	1,5	32	IV

QUADROS-RESUMO

VILA VELHA

GRUPO DE BAIROS	POPULAÇÃO (ARREDONDADA)	Nº DE BAIROS
I	33.100	9
I*	(40.600)	(11)
II	15.350	15
III	50.500	6
IV	8.450	4
Total	107.400	34

*I mais os bairros nº 28 e 29, formando uma aglomeração de bairros acerca de Santa Rita.

CARIACICA

GRUPO DE BAIROS	POPULAÇÃO	Nº DE BAIROS
I	29.350	4
II	7.450	6
III	2.850	1
IV	3.500	1
Total	43.150	12

VITÓRIA

GRUPO DE BAIROS	POPULAÇÃO	Nº DE BAIROS
I	48.700	8
II	17.250	11
III	10.500	3
IV	5.400	3
Total	81.850	25

SERRA

GRUPO DE BAIROS	POPULAÇÃO	Nº DE BAIROS
I	5.900	1
II	600	1
III	3.000	1
IV	2.000	1
Total	11.500	4

Assim temos para os quatro municípios os bairros escolhidos dentro da metodologia descrita. Os assentamentos enquadrados dentro do Grupo I são os de mais alta prioridade e devem ser objeto de uma ação imediata. A prioridade da Fundação Jones dos Santos Neves na escolha das áreas foram os bairros com mais baixa renda e maior grau de carência.

Para dar uma idéia do que estes bairros representam em termos de população atingida apresentamos o quadro a seguir.

RESULTADOS GLOBAIS DA AGLOMERAÇÃO

GRUPO DE BAIROS		GRANDE VITÓRIA*	VITÓRIA**	VILA VELHA	CARIACICA	SERRA
I	População	117.050	48.700	33.100	29.350	5.900
	Nº de Bairros	22	8	9	4	1
II	População	40.650	17.250	15.350	7.450	600
	Nº de Bairros	33	11	15	6	1
III	População	66.850	10.500	50.500	2.850	3.000
	Nº de Bairros	11	3	6	1	1
IV	População	19.350	5.400	8.450	3.500	2.000
	Nº de Bairros	9	3	4	1	1
TOTAL	População	243.900	81.850	107.400	43.150	11.500
	Nº de Bairros	75	25	34	12	4

*Sem Viana.

**Foram excluídos de Vitória, 7 bairros, objeto de intervenção da PMV/BNH.

Verifica-se pelo quadro anterior que:

- cerca de 150.550 pessoas residindo em áreas carentes estão concentradas em Cariacica e Vila Velha, representando 61% da população carente da aglomeração e 27,4% da população total da Grande Vitória;
- dos bairros com maior grau de prioridade classificados no Grupo I, Cariacica e Vila Velha concentram 25%;
- que os 75 bairros conhecidos, considerados na análise, representam cerca de 44% da população da Grande Vitória;
- que intervir nos 22 (vinte e dois) bairros classificados como de mais alta prioridade, dentro do Grupo I, significa atuar sobre 47% da população carente da Grande Vitória, beneficiando direta ou indiretamente cerca de 117.050 pessoas, que representam 21% da população total da aglomeração;
- que Vitória representa 33% da população carente do município;
- Cariacica apresenta somente doze bairros considerados os mais representativos da pobreza urbana do município. O restante dos bairros são loteamentos clandestinos ou de baixo custo, de ocupação rarefeita, onde os moradores, apesar de perceberem baixa-renda, são proprietários do terreno.

4.3. DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS SELECIONADOS POR MUNICÍPIOS DA GRANDE VITÓRIA

Os assentamentos escolhidos considerados da mais alta-prioridade de intervenção pelo seu baixo nível de renda e alto Índice de carência global, que deverão ser os primeiros como objeto de intervenção do programa BIRD/CPM estão assim distribuídos por Município.

MUNI CÍPIO	ASSENTAMENTOS	TIPO	HABITA ÇÃO	POPULAÇÃO	ÁREA (ha)	DENSIDADE BRUTA
VITÓRIA	1. Forte S. João	Morro	2.000	10.000	20,4	490hab/ha
	2. Morro do Romão	Morro	1.200	6.000	10,0	600hab/ha
	3. Santa Tereza	Morro	2.000	10.000	6,0	1.666hab/ha
	4. Morro da Penha	Morro	1.000	5.000	6,0	833hab/ha
	5. Morro do Cabral	Morro	350	1.750	7,2	243hab/ha
	6. São Benedito	Morro	1.440	7.200	26,8	269hab/ha
	7. Maria Ortiz	Mangue	900	4.500	51,2	88hab/ha
	8. Morro da Capoei ra/Gurigica	Morro	850	4.250	33,6	126hab/ha
VILA VELHA	9. Capuaba	Mangue	260	1.300	6,8	191hab/ha
	10. Ilha da Conceição	Mangue	1.200	6.000	9,2	652hab/ha
	11. Pedra dos Búzios	Mangue	240	1.200	4,0	287hab/ha
	12. Santa Rita	Mangue	1.800	9.000	44,5	202hab/ha
	13. Marinho	Baixada	1.300	6.500	9,0	722hab/ha
	14. Vila Garrido	Morro	1.200	6.000	30,0	200hab/ha
	15. Ilha das Goia beiras	Mangue	200	1.000	3,2	312hab/ha
SERRA SICA	16. Col. Pesca Itapoã	Baixada	80	400	1,2	312hab/ha
	17. Morro Soteco/Beco Tocantins	Morro	340	1.700	9,5	179hab/ha
	18. Flexal	Mangue	2.000	10.000	110	91hab/ha
	19. Porto Santana	Morro	2.660	13.300	99,6	134hab/ha
SERRA SICA	20. Bela Aurora (Bura co Quente)	Morro	960	4.800	9,6	500hab/ha
	21. Itanguã	Mangue	250	1.250	38,0	33hab/ha
SERRA	22. Sossego	Baixada	1.180	5.900	57,6	102hab/ha
TOTAL	50%	Morro			ÁREA TOTAL	DENSIDADE MÉDICA
	50%	Mangue	23.410	117.050	593,4ha	197,2hab/ha*

*A densidade média encontrada nestes assentamentos é duas vezes a existente para aglomerações urbanas quase totalmente ocupadas, como centro Vila Velha, 82hab/ha e Campo Grande 64hab/ha.

Através do Projeto Habitação-Assentamentos Subnormais da Grande Vitória Fase II (Pesquisa por Observação Direta), pode-se caracterizar, segundo aspectos carentes observados e reivindicação da população, os 22 bairros, considerados de alta prioridade para intervenção (bairros Grupo I):

1. FORTE DE SÃO JOÃO (Vitória)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Abastecimento d'água
- b) Educação (1º e 2º Graus)
- c) Saneamento
- d) Rede Elétrica Domiciliar
- e) Vias de circulação
- f) Saúde (Posto e Atendimento)
- g) Situação jurídica dos terrenos
- h) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Melhorias na rede de abastecimento d'água
- b) Escola de 1º e 2º Graus
- c) Melhorias no recolhimento de esgotos
- d) Ampliar a rede elétrica

2. MORRO DO ROMÃO (Vitória)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Vias de circulação
- b) Saneamento
- c) Abastecimento d'água
- d) Rede Elétrica Domiciliar
- e) Educação (2º Grau)
- f) Situação jurídica dos terrenos
- g) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Melhorias no abastecimento d'água
- b) Ampliar rede elétrica
- c) Saneamento básico
- d) Melhoria das vias de circulação

3. SANTA TEREZA (Vitória)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Vias de circulação
- b) Saneamento
- c) Transporte Coletivo
- d) Educação (2º Grau)
- e) Situação jurídica ter_
renos
- f) Situação econômica
(desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Rede de esgotos
- b) Centro Comunitário

4. MORRO DA PENHA (Vitória)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Vias de circulação
- b) Saneamento (parcial)
- c) Abastecimento d'água
- d) Rede Elétrica Domiciliar e
Pública (parcial)
- e) Educação (2º Grau)
- g) Situação jurídica ter_
renos
- h) Situação econômica
(desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Rede de esgoto
- b) Rede de Abastecimento d'água
- c) Melhoria das vias de circulação
(escadarias)
- d) Iluminação pública

5. MORRO DO CABRAL (Vitória)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Vias de circulação
- b) Saneamento
- c) Abastecimento d'água
- d) Rede elétrica domiciliar e Pública
- e) Transporte coletivo
- f) Saúde (Posto e Atendimento)
- g) Educação (2º Grau)
- h) Situação jurídica terrenos
- i) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Ampliação da rede de abastecimento d'água
- b) Rede de esgoto
- c) Melhoria das vias de circulação
- d) Escola de 1º Grau

6. SÃO BENEDITO (Vitória)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Vias de circulação
- b) Abastecimento d'água
- c) Educação (2º Grau)
- d) Situação jurídica dos terrenos
- e) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Rede de esgoto
- b) Abastecimento d'água
- c) Melhoria das vias de circulação (calçamento)
- d) Coleta de lixo

7. MARIA ORTIZ (Vitória)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Vias de circulação
- b) Abastecimento d'água
- c) Saneamento
- d) Rede elétrica (parcial)
- e) Educação (2º Grau)
- f) Saúde (Posto e Atendimento)
- g) Situação jurídica
- h) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Abastecimento d'água
- b) Rede de esgoto
- c) Melhoria de rede elétrica
- d) Escola (2º Grau)
- e) Coleta de lixo

8. MORRO DA CAPOEIRA/GURIGICA (Vitória)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Vias de circulação
- b) Saneamento (parcial)
- c) Abastecimento d'água
- d) Rede elétrica domiciliar
- e) Educação (2º Grau)
- f) Situação jurídica terrenos
- g) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Abastecimento d'água
- b) Rede de esgoto
- c) Vias de circulação (escadarias)
- d) Policiamento
- e) Coleta de lixo

9. CAPUABA (Vila Velha)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Saneamento
- b) Vias de circulação
- c) Abastecimento d'água
- d) Rede Elétrica Pública
- e) Transporte coletivo
- f) Educação (1º e 2º Grau)
- g) Saúde (Posto e Atendimento)
- h) Situação jurídica dos terrenos
- i) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Abastecimento d'água
- b) Iluminação Pública
- c) Aterro
- d) Melhorias e implantação de vias de circulação
- e) Rede de esgotos
- f) Legalização dos terrenos

10. ILHA DA CONCEIÇÃO (Vila Velha)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Saneamento
- b) Transporte coletivo
- c) Saúde (Posto e Atendimento)
- d) Educação (2º Grau)
- e) Situação Jurídica dos Terrenos
- f) Situação Econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Melhorias das vias de circulação (escadarias)
- b) Coletados esgotos
- c) Posto Médico
- d) Posto Policial
- e) Telefone Público
- f) Ponto de Ônibus

11. PEDRA DOS BÚZIOS (Vila Velha)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Saneamento
- b) Vias de circulação
- c) Rede Elétrica domiciliar pública
- d) Saúde (posto e atendimento)
- e) Educação (1º e 2º Graus)
- f) Segurança (policiamento)
- g) Situação jurídica dos terrenos
- h) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Recolhimento de esgotos
- b) Drenagem
- c) Vias de circulação
- d) Telefone público
- e) Área de lazer
- f) Centro Comunitário

12. SANTA RITA (Vila Velha)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Vias de circulação
- b) Saneamento
- c) Abastecimento d'água
- d) Rede elétrica (parcial)
- e) Transporte coletivo
- f) Situação jurídica dos terrenos
- g) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Drenagem, aterros sanitários
- b) Rede de esgoto
- c) Legalização de posse dos terrenos
- d) Melhorias das vias de circulação
- e) Mais escolas

13. MARINHO (Vila Velha)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Saneamento
- b) Abastecimento d'água
- c) Transporte coletivo
- d) Educação (1º e 2º Graus)
- e) Saúde (atendimento)
- f) Situação jurídica dos terrenos
- g) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Policiamento
- b) Rede de esgoto
- c) Rede d'água
- d) Melhoria da rede elétrica
- e) Melhorias das vias de circulação
- f) Telefone público

14. VILA GARRIDO (Vila Velha)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Vias de circulação
- b) Saneamento
- c) Transporte coletivo
- d) Educação (2º Grau)
- e) Situação jurídica dos terrenos
- f) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Rede de esgoto
- b) Drenagem
- c) Escola (creche)
- d) Praças
- e) Transporte coletivo
- f) Telefone público
- g) Supermercado

15. ILHA DAS GOIABEIRAS (Vila Velha)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Saneamento
- b) Vias de circulação
- c) Abastecimento d'água
- d) Segurança
- e) Situação jurídica dos terrenos
- f) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Rede de esgotos
- b) Aterro de ruas
- c) Drenagem
- d) Melhoria das vias de circulação

16. COLÔNIA DE PESCA ITAPOÃ (Vila Velha)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Abastecimento d'água
- b) Rede elétrica
- c) Transporte coletivo
- d) Educação (1º e 2º Graus)
- e) Saúde (Posto e atendimento)
- f) Situação jurídica dos terrenos
- g) Situação Econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Abastecimento d'água
- b) Rede elétrica
- c) Escola + próxima
- d) Posto médico
- e) Legalização dos terrenos

17. MORRO DO SOTECO/BECO DOS TOCANTINS (Vila Velha)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Vias de circulação
- b) Saneamento
- c) Abastecimento d'água
- d) Rede elétrica
- e) Transporte coletivo
- f) Saúde (posto e atendimento)
- g) Situação jurídica dos terrenos
- h) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Legalização dos terrenos
- b) Rede elétrica
- c) Abastecimento d'água
- d) Rede de esgotos
- e) Melhorias das vias de circulação
- f) Transporte coletivo

18. FLEXAL (Cariacica)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Saneamento
- b) Abastecimento d'água
- c) Rede elétrica domiciliar/pública
- d) Transporte coletivo
- e) Saúde (posto e atendimento)
- f) Educação (2º Grau)
- g) Situação jurídica dos terrenos
- h) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Abastecimento d'água
- b) Rede elétrica
- c) Transporte coletivo
- d) Posto Médico

19. PORTO DE SANTANA (Cariacica)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Vias de circulação
- b) Saneamento
- c) Abastecimento d'água
- d) Rede elétrica
- e) Transporte coletivo
- f) Educação (2º Grau)
- g) Saúde (Posto e atendimento)
- h) Situação jurídica dos terrenos
- i) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Melhoria das vias de circulação
- b) Rede de esgotos
- c) Rede elétrica

20. BELA AURORA (BURACO QUENTE) (Cariacica)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Saneamento
- b) Vias de circulação
- c) Abastecimentos d'água (parcial)
- d) Rede elétrica (parcial)
- e) Transporte coletivo
- f) Saúde (Posto e atendimento)
- g) Situação jurídica dos terrenos
- h) Situação econômica (desemprego)
- i) Educação (2º Grau)

REIVINDICAÇÕES

- a) Abastecimento d'água
- b) Rede de esgotos
- c) Rede elétrica
- d) Melhoria das vias de circulação

21. ITANGUÁ (Cariacica)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Saneamento
- b) Vias de circulação
- c) Abastecimento d'água (parcial)
- d) Rede elétrica (parcial)
- e) Transporte coletivo
- f) Saúde (Posto e atendimento)
- g) Educação (2º Grau)
- h) Situação jurídica dos terrenos
- i) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Rede elétrica
- b) Abastecimento d'água
- c) Rede de esgoto
- d) Coleta de lixo
- e) Drenagem

22. SOSSEGO (Serra)

ASPECTOS MAIS CARENTES

- a) Abastecimento d'água
- b) Rede elétrica
- c) Saneamento
- d) Transporte coletivo
- e) Vias de circulação
- f) Educação (1º e 2º Graus)
- g) Situação jurídica dos terrenos
- h) Situação econômica (desemprego)

REIVINDICAÇÕES

- a) Escola (1º e 2º Graus)
- b) Rede elétrica
- c) Rede de abastecimento d'água

5.

PROPOSTAS DE PROJETOS

No capítulo 4 foram selecionados 22 (vinte e dois) assentamentos considerados de mais alta prioridade, que concentram 50% da população carente da Aglomeração.

Tomando-se como base as reivindicações prioritárias da população e o diagnóstico dos aspectos mais carentes detectados nos assentamentos, selecionou-se como componentes prioritários de intervenção as seguintes propostas de projetos:

PROPOSTAS DE PROJETOS	Nº BAIRROS	INCIDÊNCIA
1. Legalização da Posse da Terra	22	100%
2. Emprego e renda	21	95%
3. Escola	20	91%
4. Saneamento (rede de esgoto, fossas, drenagem, aterros e coleta de lixo)	19	86%
5. Abastecimento de água	18	82%
6. Posto de Saúde	18	82%
7. Vias de circulação	18	82%
8. Rede elétrica (domiciliar e pública)	16	73%
9. Transporte coletivo	13	59%
10. Centro Comunitário	22	100%
11. Abastecimento	22	100%

Este elenco de projetos deverão ser desenvolvidos de uma forma integrada adequado a cada um desses assentamentos, dentro de uma prioridade de intervenção que busque atingir as necessidades indicadas pela população. Portanto, é necessário uma atuação criativa e individualizada a partir do conhecimento aprofundado de cada caso e a unificação dos resultados como um todo.

De acordo com as prioridades são apresentados, a seguir, alguns tipos de atuação dentro de cada componente, que deverão ser detalhados, a partir do aprofundamento da análise de cada área.

5.1.

LEGALIZAÇÃO DA POSSE DA TERRA

As condições que determinam a localização de um assentamento subnormal em uma área, é o custo zero inicial do terreno, pela invasão de propriedades particulares não exploradas de terceiros, de terras aparentemente abandonadas de propriedade do Estado ou das prefeituras e pela ocupação de área de Domínio da União, normalmente mangues. A situação irregular da ocupação do terreno resulta num imobilismo na execução de melhorias das condições habitacionais, tanto por parte dos moradores, como pelos poderes públicos.

A regularização da posse da terra é fundamental para o êxito de intervenções em assentamento subnormais. Assim, propomos para as áreas indicadas as seguintes ações:

- . aquisição dos terrenos ocupados irregularmente, de propriedade de particulares por uma cooperativa dos próprios moradores;
- . legalização das Áreas de Domínio da União, através de procedimentos visando fornecer aos moradores a Inscrição Permanente de Posse ou a Cessão gratuita através do Decreto-Lei nº 178 de 16/02/67 à prefeituras municipais;
- . demarcação e repartição dos lotes gerados aos moradores, sob o critério de *lotes urbanizados*;
- . aforamento por parte do Estado ou Município das áreas de sua propriedade ocupadas pelos assentamentos.

5.2.

EMPREGO E RENDA

A baixa remuneração da população dos assentamentos subnormais, além de ser motivo de sua própria existência faz com que esta não disponha de condições de acesso e consumo aos serviços e equipamentos urbanos normais. A melhoria das condições de renda torna-se assim um dos objetivos básicos da intervenção nas áreas de pobreza.

Nas áreas de maior carência foram identificadas a existência ^{de - 20} 93% de micro-unidades de comércio, 67% de serviços e 60% de produção artesanal e primária. Estas unidades encontram uma série de restrições para a prática de suas atividades, o que as mantém incapazes de expansão.

Neste programa procurará se dar:

- . às micro-unidades e micro-empresas de produção, comércio e serviços e xistentes assistência financeira e gerencial, aumentando seu potencial de geração de oportunidades de emprego e renda;
- . incentivo a criação de cooperativas de pesca em assentamentos que pos suem esta vocação;
- . possibilidade de instalação de uma Central de Serviços que reúna nos assentamentos os prestadores de serviços, dinamizando suas atividades.

5.3.

ABASTECIMENTO

A redução nos gastos com alimentação representa renda indireta para a população, ampliando seu poder aquisitivo.

O programa de abastecimento para áreas de baixa renda apresenta como indicadores três propostas:

5.3.1. CADEIAS VOLUNTÁRIAS

Os canais de distribuição de gêneros essenciais à população sofre de numerosos anacronismos que faz com que estes cheguem aos pequenos e médios varejistas e portanto à população de áreas de menor renda a preços elevados.

A adoção de uma sistemática operacional que permita ao pequeno varejista a venda dos produtos a preços baixos, representaria significativo incremento de renda aos segmentos mais desfavorecidos da população.

A rede Somar que inclui armazenamento, entrega de mercadorias e assistência técnica e gerencial aos varejistas filiados, sofre no Espírito Santo de um estrangulamento pois dispõe de apenas 1.500m² de área de armazenamento em galpão alugado. Este galpão necessita ser ampliado para 3.000m².

Propõe-se a construção de uma Central de Serviços para armazenamento e estocagem em área cedida pela CEASA-ES à Rede Somar. Este galpão permi

tirá o atendimento de quase 24% do mercado potencial. Deverá ser amplido o número de estabelecimentos varejistas, principalmente os de menor porte existentes nos assentamentos.

5.3.2. FEIRAS COBERTAS

O comércio de gêneros alimentícios se realiza na periferia principalmente através de feiras-livres. Estas feiras apresentam de maneira geral condições de operação e realização e de higiene deixando a desejar, resultando em altos índices de perdas e baixa remuneração. Sua característica de improviso permanente, instalados nas vias de circulação faz com que não se preocupe com a melhoria do sistema.

Por outro lado a alocação do espaço físico permanente não seria compensatório pelo caráter intermitente desse comércio.

Nos bairros de periferia e principalmente naqueles de baixa renda, a ausência quase total de equipamentos comunitários e de áreas de recreação não favorece a vivência urbana coletiva.

O provimento de equipamentos comunitários nos bairros será integrado ao potencial de desenvolvimento comunitário e estruturação no bairro de espaços cobertos de funções múltiplas.

5.3.3. ASSOCIAÇÃO DE COMPRADORES

O levantamento preliminar nos bairros carentes demonstram que nessas áreas quase 70% da população gasta 2/3 do orçamento familiar com alimentação. Por outro lado, as organizações comunitárias e associações dos moradores contam com diversas ações desenvolvidas nesses bairros.

O Poder Público tem procurado mecanismos que permitem a redução dos custos de gêneros de primeira necessidade e um dos que poderia ser incrementado seria o da Associação de Compradores, através do qual seria incentivada a formação de grupos de famílias para a compra comum de alimentos diretamente das áreas produtoras ou dos centros de abastecimento a preços mais baixos.

A intervenção proposta procuraria contemplar estes grupos de moradores que seriam incentivados por um processo de organização comunitária, com o fornecimento de:

- . Capital Inicial;
- . Veículo para transportes das mercadorias.

5.4.

INFRA-ESTRUTURA URBANA

Considerando-se a precariedade dos assentamentos no provimento de serviços básicos, o Projeto procurará atingir à população de baixa renda de maneira global e integrada, considerando as necessidades principais e levando em conta, ainda, critérios urbanísticos na seleção, de modo a utilizar as intervenções para a reestruturação dos bairros, e os parâmetros de baixo custo e benefício otimizado.

Os itens que poderão ser abordados abrangem os seguintes projetos:

- . Energia elétrica
- . Abastecimento de água
- . Telefonia
- . Saneamento
- . Transporte
- . Saúde
- . Educação
- . Segurança
- . Lazer
- . Edificação comunitária

Esses itens não são encarados de maneira setORIZADA, mas dentro da perspectiva de que uma ação integrada se faz necessária, através da aplicação de um elenco de medidas, dentro do conceito de habitação social, onde a prioridade para os equipamentos urbanos é colocada a frente da construção do abrigo propriamente dita.

5.4.1. ENERGIA ELÉTRICA

O componente energia elétrica compõe de dois níveis: instalação domiciliar e iluminação pública. A instalação domiciliar não se faz de maneira pontual, não se limita à ligação. É necessário realizar levantamentos a fim de verificar, em cada área, as condições de expansionibilidade da rede, necessidade de transformadores, postes e sustentação etc.

A iluminação pública deverá ser realizada apenas em algumas ruas principais dos bairros, criteriosamente escolhidas. Algumas das vias a serem iluminadas constam do componente Transportes, e contribuem com a finalidade de estruturação urbanística dos bairros.

O componente deverá ser implementado em convênio com a ESCELSA, a fim de analisar as necessidades dos moradores e a capacidade da rede, assim como a programação e projeto do sistema.

5.4.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

É elevado o número de bairros ou áreas de bairros não servidas pela rede de abastecimento de água.

O serviço deverá ser expandido a essas áreas, uma vez urbanizada a situação fundiária, após levantamento de capacidade da rede. Poderão ser necessários reservatórios, recalques e expansão de rede. Em casos mais difíceis, poderá ser adotada solução de bica d'água coletiva.

O planejamento, projeto e implementação será realizado em convênio com a CESAN, concessionária do serviço.

5.4.3. TELEFONIA

Muitos dos bairros apontados como carentes não dispõem sequer de telefone público para utilização da comunidade.

Deverão ser escolhidos locais para a instalação desses aparelhos, obedecendo também a critérios de localização e disponibilidade de rede. Em áreas de maior centralidade e de maior população, poderão ser instalados aparelhos DDD e, em alguns casos, poderão ser instalados Postos Telefônicos.

As necessidades de localização e a disponibilidade da rede deverão ser estudadas com a TELEST, concessionária do serviço, que deverá implantá-lo.

5.4.4. SANEAMENTO

Os bairros carentes têm em comum as condições difíceis para a ocupação entre as quais uma das mais críticas é a do saneamento básico.

5.4.4.1. ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O problema de destinação de dejetos deve ser solucionado de acordo com as condições locais, e de maneira alternativa, considerando que a solução por rede de esgotos seria bastante onerosa e nem sempre apresentaria resultados favoráveis, conforme exposto no Anexo *Propostas de Intervenção no Setor de Saneamento*.

São arroladas diversas condições geomorgológicas que são apontadas soluções para cada caso.

Assim, para os morros e encostas são sugeridas fossas com sumidouro ou cinturão de coleta, enquanto nas áreas mais baixas são apresentadas diversas sugestões, conforme as condições de permeabilidade do solo, em três níveis: galerias de concreto, coleta celular por sistema fechado ou com ligação, e rede de tubulação em ferro fundido.

Para algumas áreas alagadas, como no bairro Santa Rita, sugere-se intervenção mais ampla, construindo ruas de galerias e redes com setores hidráulicos de moradias nas testadas, e relocando essas populações, num processo sucessivo.

5.4.4.2. COLETA DE LIXO

Na maioria dos bairros da Grande Vitória e, particularmente nas áreas mais carentes, a coleta de lixo é precária ou mesmo inexistente. Como consequência, os lixos são amontoados em logradouros públicos ou lançados nas valas, causando entupimentos e outros inconvenientes conhecidos. O problema adquire maior gravidade nessas áreas, pois a falta de equipamentos e áreas de lazer, e a impossibilidade das mães manterem seus filhos sob controle faz com que esses depósitos sejam locais de circulação indiscriminada de crianças e animais. Outra característica é a de que aí as habitações são rústicas e portanto insuficientes para impedir que insetos e ratos criados no lixo penetrem nas moradias, trazendo permanente risco de transmissão de doenças.

É necessário promover o recolhimento de resíduos sólidos, seja por domicílio ou através de caixas de coleta, em caráter sistemático e permanente. Fazem parte do componente estudos de destinação final, equipamento de recursos humanos e frota de caminhões, e melhoria de vias em locais de difícil acesso.

5.4.4.3. ATERROS E CONTENÇÕES

Algumas áreas de assentamentos subnormais estão localizadas em encostas de morro sobre argila solta, e são constantes os desbarrancamentos. Para que se realizem obras de infra-estrutura nessas áreas, é necessária a preparação prévia das condições do terreno, pois a erosão ou queda de barreiras podem vir a comprometer as obras. É necessário o estudo e detecção dos locais mais críticos, e indicar medidas para sanar o problema, como aparelhamento das encostas, plantio de vegetação, muros de arrimo, cinturões de coleta de águas pluviais etc.

Outras áreas situam-se em regiões baixas periodicamente alagáveis, e um grande número de moradias auto-construídas são edificadas com o piso elevado. Verifica-se que nos bairros de maior renda as elevações são maiores, enquanto nos mais carentes as cotas adotadas são mais baixas, mais sujeitas, portanto às inundações. No anexo é sugerida a escolha de áreas ainda desocupadas para serem aterradas e para ela deslocadas populações contíguas de baixa renda, cujos bairros seriam por sua vez elevados e também ocupados, numa operação sucessiva, garantindo às casas uma cota de nível suficiente para proteger-se contra as enchentes.

5.4.5. TRANSPORTES

Levantamentos realizados para a elaboração do PAITT denunciaram as vias dos bairros pobres por onde passam os ônibus como aquelas em piores condições na Aglomeração. O Plano concebeu um sistema integrado de transportes coletivos, através do sistema aquaviário, do sistema troncal, das linhas convencionais e das linhas alimentadoras. Foram designadas para as linhas alimentadoras as funções de alimentar o sistema aquaviário e o sistema troncal, daí derivando sua denominação.

Os trajetos das linhas alimentadoras foram escolhidos levando em conta as seguintes diretrizes:

- . vias por onde trafegavam os ônibus
- . vias com dimensões adequadas
- . vias que desempenhavam ou viessem a desempenhar a função de principais nos bairros, e portanto urbanisticamente estruturantes
- . vias que interligassem os bairros e lhes servisse de escoamento às artérias principais
- . trajetos convergentes para pontos de transbordo em locais centrais, a fim de promover o desenvolvimento de comércio e serviços locais.

Os bairros de periferia seriam contemplados, portanto, de eixos de transporte coletivo pavimentados, drenados, iluminados e dotados de pontos de ônibus adequados. Esses bairros têm ainda o sistema viário precário, e com as novas ligações com o continente a necessidade de escoamento se mantém.

As propostas inicialmente apresentadas ao Projeto são reavaliadas em anexo, a partir de um estudo mais aprofundado da estruturação do sistema de transportes coletivos e prevendo um horizonte mais distante, inclusive o funcionamento da terceira ponte.

5.4.6. EDUCAÇÃO

Os bairros de baixa renda apresentam-se críticos, sob o ponto de vista educacional. Entre outros problemas além da falta de estabelecimentos, as crianças em idade escolar apresentam deficiências de aprendizagem em virtude de carência alimentar. A Secretaria da Educação pretende implementar um programa de escolas pré-primárias, destinadas a preparar a população infantil dessas áreas para a vida escolar e evitar a enorme evasão escolar onde em cada 1.000 crianças que ingressam na primeira sê

rie do 1º Grau apenas 600 se matriculam no 2º ano da série seguinte. Dentro do componente deverão também ser implementados programas destinados a aproveitar os aspectos edificados disponíveis nessas áreas para alfabetização de adultos e cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento e bibliotecas públicas.

Esses programas poderiam ser integrados ao de Feira Coberta com Equipamentos Comunitários, ou com o de Edificações Comunitárias, procurando a coplar ações de lazer, cultura e educação.

5.4.7. SAÚDE

Outro programa que poderia ser integrado ao de Edificações de uso Comunitário seria o de implantação de equipamentos de saúde.

Em alguns bairros há a necessidade de Postos de Saúde, mas em algumas áreas mais amplas há população e incidência de doenças suficientes para justificar o provimento de um Centro de Saúde.

A hierarquização e a distribuição de tais equipamentos deve ser realizada em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde, a partir de critérios mais amplos de carência e centralidade.

5.4.8. SEGURANÇA

Os equipamentos públicos são concebidos de maneira setorial e localizados por critérios indefinidos. A abordagem das áreas carentes globalizada permitirá a utilização de critérios de planejamento mais racionais para a localização desses equipamentos, compartilhando espaços cobertos, racionalizando de modo a economizar recursos.

5.4.9. LAZER

É conhecida a carência de equipamentos e áreas de lazer, recreação, e prática de esportes nos bairros carentes. O projeto de intervenção integrada deverá ter como preocupação o provimento desses equipamentos, importantes para a integração comunitária, desenvolvimento social e recreação infantil.

5.4.10. EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Em todos os assentamentos considerados prioritários, é necessária a instalação de equipamentos que atinjam a população residente, facilitando a sua integração com o meio urbano, as relações comunitárias, o desenvolvimento social, melhoria do grau de associativismo e aperfeiçoamento profissional. Assim, a proposta deverá ter como preocupação a conquista de espaços cobertos para o abrigo de atividades como associações de bairros, centro de serviços profissionais, creches, cursos de aperfeiçoamento, alfabetização, posto CEAG/SINE, posto da UAS etc.

5.5.

NECESSIDADE DE AÇÕES INTEGRADAS

São, aqui, apresentadas algumas possibilidades de ação adequada a diversos casos que se apresentam nos bairros escolhidos, a título de exemplo de ação integrada. Uma primeira aproximação é feita para os casos dos assentamentos de Itapoã e Santa Rita.

Todos os assentamentos escolhidos (Grupo I) apresentam, por um lado, uma baixíssima renda familiar e, por outro, acentuada carência num grande número de aspectos, expressa pelo alto índice de carência global.

Uma consequência direta dessa escolha dos assentamentos prioritários é que uma melhoria significativa da situação precária dos moradores só será atingível pela aplicação de um conjunto de medidas integradas. Normalmente, a atuação isolada sob um só aspecto não produziria os efeitos desejados. Além disso, é necessário considerar que a eficiência de uma intervenção num assentamento depende da integração das ações setoriais.

Essa necessidade de ações integradas é discutida a seguir numa maneira exemplar por alguns assentamentos da Grande Vitória. Ela existe tanto em áreas pequenas (por exemplo, na Colônia de Pesca Itapoã), como nos grandes assentamentos (Aglomerado de Santa Rita).

5.5.1. COLÔNIA DE PESCA ITAPOÃ (VILA VELHA)

Esta Colônia, de cerca de 400 habitantes, a beira do mar, apresenta um alto grau de carência, sobretudo nos seguintes aspectos:

- . sem rede de água (100%)
- . sem ligação elétrica e iluminação pública (100%)
- . falta de transporte coletivo
- . escola de 1º Grau (a existente fica a mais de 1000m)

- . sem posto de saúde na vizinhança
- . nenhuma legitimação da posse de terra
- . desemprego e subemprego

A melhoria da situação econômica dos moradores tem prioridade. A pescaria poderia dar mais rendimento com a possibilidade de oferecer melhores serviços aos frequentadores da praia. Para isso, precisa-se tanto de água, e luz, como da legalização da posse de terra e fornecimento de créditos aos pequenos estabelecimentos. Visando os serviços existentes nos conjuntos habitacionais vizinhos (água, luz, ônibus), a extensão destes até a Colônia deveria ser relativamente barata. Mas, evidentemente, o efeito aspirado de fortalecer a situação econômica da população só será atingível por uma intervenção multi-setorial, bem integrada e dimensionada.

5.5.2. MARIA ORTIZ (VITÓRIA)

Este assentamento abrange cerca de 4.500 pessoas, quer dizer, tem um tamanho médio em comparação com a totalidade dos bairros carentes. Maria Ortiz está localizado a margem dos mangues da bacia do Rio Santa Maria e ligado ao antigo bairro Goiabeiras, próximo ao aeroporto de Vitória.

Como aspectos de carência, foram constatados:

- . terrenos alagáveis (grande parte do assentamento)
- . vias não carroçáveis (parcialmente)
- . sem solução para esgotos (na maioria das casas)
- . parcialmente sem rede de água e com fornecimento irregular
- . falta de legitimação do uso/posse da terra, que está em propriedade do Domínio da União
- . alto grau de subemprego no setor informal
- . localização em volta do depósito central de lixo do Município de Vitória

A localização na vizinhança direta do depósito municipal de lixo e a propriedade do terreno em mãos do Governo exigem primeiramente decisões coordenadas da União e da Prefeitura nesta área. O fato de que grandes partes do assentamento são alagáveis, gera necessidade de coordenar as interven -

ções de aterro, de melhoria das vias e de instalações de água e esgotos. Incentivos às atividades produtivas, devem ser planejados e implantados em estreita cooperação com as pessoas interessadas.

5.5.3. AGLOMERAÇÃO SANTA RITA (VILA VELHA)

O assentamento Santa Rita, com 9.000 habitantes, faz parte de uma aglomeração de oito assentamentos subnormais, abrangendo uma população de cerca de 32.000 pessoas. A localização da Aglomeração é caracterizada, sobretudo, pelo mangue do Rio Aribiri e pelas oscilações da altura das águas na bacia, por causa da ligação direta ao Canal de Acesso (Porto) e ao mar. A área da Aglomeração é de 130 hectares, a média da densidade populacional é extremamente alta, com 250 habitantes por hectare.

Os levantamentos realizados nos oito assentamentos revelam carências gerais e carências específicas. Como carências gerais, destacam-se em quase todos os assentamentos:

- . terrenos alagáveis e alagados (cerca de 50% da Aglomeração)
- . vias não carroçáveis (maior parte das vias)
- . sem solução de esgotos (100%)
- . sem transporte coletivo (com exceção da Ilha das Goiabeiras e da Pedra dos Búzios)
- . falta de atendimento médico (com exceção de Vila Garrido)
- . documentação precária dos terrenos, a maior parte da Aglomeração sendo terrenos da União
- . desemprego e subemprego no setor informal

Carências específicas dentro de alguns assentamentos, foram observadas as seguintes:

- . sem rede de água (parcialmente em Santa Rita/Alecrim, Vila Garrido, Ilha da Conceição e Capuaba)
- . sem ligação elétrica e sem iluminação pública (parcialmente em Santa Rita/Alecrim, Vila Garrido, Pedra dos Búzios e Capuaba)
- . falta de escola de 1º Grau (Capuaba)
- . distância do posto médico (Ilha da Conceição, Pedra dos Búzios e Capuaba)

. falta de policiamento (Vila Garrido, Ilha da Conceição, Pedra dos Búzios e Capuaba)

O grupo das carências gerais, mostra muita semelhança da Aglomeração com as características do assentamento Maria Ortiz (vide acima).

Contudo, é necessário considerar o aspecto quantitativo: 32.000 pessoas em 130 hectares. Surge, disso, a necessidade de não só coordenar a execução de intervenções setoriais; a Aglomeração deve ser vista e entendida como pequena cidade. Essa visão exige o planejamento das medidas de intervenção numa maneira hierárquica, isto é, centralizar alguns serviços para oferecer qualidades melhores.

Finalmente, quer se repetir a anotação da introdução: que estas observações foram feitas como exemplos para a discussão sobre a maneira adequada de intervenção. Não trata-se de propostas para a escolha de assentamentos ou projetos.

1.

MICROEMPRESAS E MICRounIDADES

JUSTIFICATIVA

Os deslocamentos de grandes contingentes de mão-de-obra do interior para a periferia da região de Vitória à procura de trabalho vem gerando um forte impacto demográfico.

Esta situação tem caracterizado uma disponibilidade de mão-de-obra que se constitui, em sua maioria, de pessoas de baixa qualificação que, se não empregada, se encontra em situação de subemprego, desenvolvendo atividades que, dadas as suas características, compõem o chamado mercado informal de trabalho, o que tem gerado uma desorganização urbana e um aumento da população carente.

As estatísticas recentes demonstram que a situação vem se agravando aliado à falta de uma política de incentivo à fixação do homem no campo nos leva a prever um aumento nos deslocamentos da população para a zona urbana.

O vagaroso crescimento na oferta de trabalho no setor urbano moderno significa, naturalmente, que a maior parte dos migrantes que se direcionam à Grande Vitória, tem sido absorvida em trabalhos de baixa produtividade no âmbito de microempresas, tanto no setor formal como no setor informal sejam elas do setor secundário ou terciário.

Essas unidades de produção encontram uma série de restrições para a prática de suas atividades, destacando-se a falta de apoio dos órgãos financiadores como consequência da não regularização das microunidades; mercado bastante limitado, na maioria das vezes o próprio bairro onde se localizam e a baixa produtividade da mão-de-obra.

A necessidade de se integrar as microempresas e as microunidades de produção no processo de desenvolvimento da Grande Vitória é evidente. Esta integração ficará garantida a partir do momento em que sejam criadas condições que lhes facilitem o acesso aos órgãos responsáveis por assistência financeira e gerencial, assim como àqueles de caráter social envolvidos com o mercado de trabalho.

Na Região da Grande Vitória, de acordo com levantamentos verificados nos formulários da Lei de 2/3 (1977) - Delegacia Regional do Trabalho, o total de microestabelecimentos dos setores indústria, comércio e serviço alcança 6.177 unidades, ou seja, acima de 80% das empresas dos mesmos setores localizadas nos municípios em questão.

Com relação ao mercado informal de trabalho, os dados da Secretaria de Estado do Planejamento de 1978 mostra que existe hoje, na microrregião, cerca de 27.254 trabalhadores exercendo as mais diversas ocupações do mercado informal de trabalho. Aproximadamente 40% dessa mão-de-obra tem as suas atividades voltadas para o setor serviços. Pode-se até afirmar que essa participação é maior, em virtude de terem sido classificados no ítem *ocupações mal definidas* cerca de 13.651 trabalhadores.

Esta situação apresenta-se com relevância nas áreas de maior carência, especialmente naquelas selecionadas para intervenção.

OBJETIVOS

Text

- . Qualificar e/ou aperfeiçoar a mão-de-obra empregada;
- . Levantar através de pesquisa de campo o número de microempresas e mimicrounidades de produção situadas nas áreas;
- . Sensibilizar as pessoas para atuação associativa ou cooperativa;
- . Elaborar diagnóstico das microempresas e microunidades de produção nas áreas escolhidas para intervenção;
- . Envolver os líderes de microempresas e microunidades em treinamento, visando dotá-los de adequadas informações acerca de aspectos administrativos e técnicos, elevando e/ou mantendo o padrão de organização;
- . Estabelecer uma política de crédito ajustada às características da clientela;
- . Elevar o nível total de emprego pela criação de novas vagas e/ou transformação do subemprego por emprego efetivo;
- . Proporcionar elevação dos níveis de renda tanto para os titulares das microunidades e microempresas, como para os empregados;
- . Criar condições de estabilidade no emprego e de renda de modo a minimizar a rotatividade;
- . Levantar dados sobre a situação de emprego da população residente;
- . Incrementar a oferta de oportunidade de emprego no conjunto de unidades assistidas e promover, sempre que possível, acréscimos nos volumes de produção, comercialização e de serviços prestados, através do aumento de produtividade e racionalização do trabalho.

VARIÁVEIS PARA CARACTERIZAÇÃO

MICROEMPRESA

Os parâmetros apresentados a seguir e que serão utilizados para o enquadramento de microempresas no Programa, resultam de minucioso trabalho de pesquisa levado a efeito pelo CEBRAE em todo o território nacional, com o objetivo de estabelecer diretrizes básicas e gerais, a partir das quais então seriam promovidas as adaptações necessárias em função das diferentes realidades regionais.

Acex

SETORES	VARIÁVEIS	
	QUANTITATIVAS	QUALITATIVAS
COMÉRCIO	a) Até 5 pessoas ocupadas; b) Vendas Anuais até 750 salários mínimos (MSM); c) Renda Familiar Anual até 160 (MVR)	a) Não pertencem a grupos e econômico-financeiros; b) Não possuem administração especializada; c) Estreita relação pessoal do proprietário com os empregados, clientes e fornecedores; d) Permanente dificuldade em obter créditos, mesmo a curto prazo; e) Falta de poder de barganha nas negociações de compra e venda; f) Integração bastante estreita na comunidade local a que pertencem os proprietários; g) Dependência dos Mercados e das fontes de abastecimento próximo.
SERVIÇOS		
INDÚSTRIA		

OBSERVAÇÃO

a) Quanto às variáveis quantitativas deverão se enquadrar em pelo menos duas.

b) Quanto às variáveis qualitativas deverão se enquadrar em, pelo menos, três, sendo que a condição da letra "A" é imprescindível.

MICROUNIDADES DE PRODUÇÃO

Caracteriza-se como informal o mercado que absorve, na condição de autônomos, membros da família sem remuneração e outros empregados de microunidades de produção, situadas em atividades artesanais, comerciais e de prestação de serviços. Atividades desenvolvidas em pequenas organizações, onde a relação de emprego é incerta, apresentando ainda alta rotatividade, baixa produtividade e, na maioria dos casos, gerando renda insuficiente para garantir um nível de vida adequado ao trabalhador e àsua família.

a) Características da microunidade:

- . Caráter rústico, mesmo artesanal, do processo de produção;
- . Utilização acentuada de mão-de-obra sem qualificação e de membros da família;
- . Inexistência de registros contábeis ou fiscais;
- . Mercado consumidor predominantemente local;
- . Falta de experiência na obtenção de créditos pela impossibilidade de formalização dos processos de financiamento;
- . Deficiência de garantias reais;
- . Vendas anuais de até 500 (M.V.R.) do Estado;
- . Número de pessoas ocupadas não excedendo a 5 (cinco), incluindo os membros da família.

b) Características do proprietário:

- . Participação efetiva no processo de produção, concentrando, ao mesmo tempo, as atividades gerenciais e administrativas do seu microempreendimento;

- . Principal fonte de renda proveniente de sua unidade produtiva;
- . Rendimento mensal próprio de até 6 salários mínimos do Estado;
- . Nível de escolarização relativamente baixo, não atingindo o 2º grau completo;
- . Estreito relacionamento com os empregados;
- . Integração, inclusive da família, na comunidade em que vive;
- . Atuação no ramo, no mínimo, há 1 ano.

2.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NO SETOR DE SANEAMENTO

PROPOSTAS GERAIS

TRATAMENTO SANITÁRIO PARA OS MORROS DE ORIGEM NO PERÍODO PRÉ-CAMBRIANO

Do ponto de vista sanitário, estes morros não teriam prioridade de intervenção, uma vez que atualmente o sistema de fossa sumidouro é utilizado para os esgotos sanitários com resultados razoáveis.

Algumas vezes entretanto há valas poluídas nas ruas, mormente quando o solo é raso (cambissolos e solos litólicos). Como as matas primitivas foram bastante devastadas, no tempo das chuvas descem dos morros grandes volumes de enxurradas que carregam bastante sedimento para as regiões baixas da cidade, além disso a coleta de lixo inexistente quase sempre, pois o sistema viário muitas vezes não comporta tráfego de veículos coletores (escadarias e vielas).

Estas áreas estão mapeadas no Mapa I como MP. Os solos que se originaram sobre o complexo granítico e charnockítico (rochas pré-cambrianas existentes no Município de Vila Velha) são latossolos vermelho-amarelo de textura argilosa. Para estes solos a taxa de infiltração está por volta de 60 l/m²/dia. Muitas vezes entretanto estes latossolos transformam-se em cambissolos ou litossolos (solos rasos, de profundidade inferior a 1,5m), o que dificultaria a solução de fossa-sumidouro. Sendo assim, a sugestão para a destinação dos esgotos sanitários seria a seguinte:

- Índice de ocupação do solo em torno aproximadamente de 5 pessoas/lote.
- se o terreno do cidadão apresentar profundidade até a rocha-mãe de 1,8m ou maior, recomenda-se a solução de fossas sumidouros na taxa de absorção de 50 l/m²x dia.

- quando o lote apresentar profundidade efetiva de solo inferior a 1,80m, recomenda-se ligação domiciliar com uma rede pública coletora de esgos sanitários.
- esta rede coletora de esgotos sanitários dos morros iria convergir a um cinturão coletor ao redor de cada morro, aproximadamente em nível (mas com velocidade de arraste suficiente) que iria dar, por gravidade, a Estações de Tratamento de Esgotos, de onde, ainda por gravidade, seriam os efluentes sanitários depurados levados aos cursos d'água receptores. Deve-se tomar cuidados especiais neste sistema coletor quanto às altas velocidades alcançadas na rede, devido às fortes declividades destes morros.
- com relação à coleta das águas pluviais dos morros, com a finalidade de se cortar as altas velocidades e vazões provenientes das enxurradas, recomenda-se a coleta em cinturões em nível (galerias de concreto), as quais estariam interligadas e despejando o efluente nos cursos d'água receptores por gravidade. Deve-se dimensionar as galerias de concreto em nível, espaçadas de modo que a velocidade das enxurradas intermediárias entre os cinturões não ultrapasse 1,5m/s e que as vazões assim obtidas sejam compatíveis com as dimensões das galerias. Deve-se tomar especial cuidado no dimensionamento com a energia cinética das enxurradas, de modo a evitar a erosão no solo e desgaste nos cinturões de recolhimento das águas pluviais. O reflorestamento dos morros seria uma eficiente medida de modo a diminuir a vazão e velocidade das enxurradas, bem como medida de contenção das encostas.

TRATAMENTO SANITÁRIO PARA OS SOLOS SEDIMENTARES QUATERNÁRIOS

A malha urbana da cidade desenvolveu-se inicialmente sobre as restingas altas (RA), pois são, dos solos sedimentares do município, os mais propícios à ocupação:

- não são alagáveis (lençol freático profundo, taxa de absorção do solo elevada da ordem de 200 l/m²xdia).
- o sistema fossa-sumidouro ou simplesmente sumidouro é viável para os esgotos sanitários nestas regiões (alta taxa de absorção do terreno) e mesmo,
- não há problemas de fundação nas construções (areia incompressível e de elevada capacidade de carga).
- não há problemas na abertura de estradas etc.

Sendo assim, não foram elaborados comentários mais pormenorizados sobre intervenção de saneamento nestas áreas, julgados desnecessários neste diagnóstico que visa apenas as áreas mais carentes.

As outras classes de solos de origem sedimentar quaternária encontradas na área urbana do município, quais sejam as restingas baixas (RB) e os solos orgânicos hidromórficos e solos de mangue (SM) são bastante problemáticas à ocupação, mormente quando esta ocupação é feita sobre aterros precários.

Numa tentativa de hierarquizar as deficiências de drenagem destes solos, pode-se dizer que as restingas baixas (RB) são menos problemáticas do que os solos orgânicos + solos de mangue (SM), pois nas restingas bai

xas o lençol freático no período das estiagens é profundo e a taxa de absorção do terreno elevada (da ordem de mais de $150 \text{ l/m}^2 \times \text{dia}$), o que possibilita nestas ocasiões a disposição dos esgotos sanitários no sistema fossa-sumidouro.

Estas restingas baixas tornam-se problema sanitário parte do ano, na época das chuvas, pois alagam e o lençol freático praticamente aflora, trazendo assim todos os inconvenientes sanitários conhecidos (poluição dos cursos d'água e do lençol freático, alagamento temporário, doenças de veiculação hídrica etc).

Os solos urbanizados convencionados SM, entretanto, têm atualmente mais crítica ainda sua situação sanitária.

São áreas de ocupação sobre manguezais em sua maior parte ou alagados costeiros não salinos em áreas menores. A ocupação se realizou precariamente; cada cidadão, preocupado apenas com suas necessidades imediatas e de acordo com suas pequenas possibilidades econômicas, aterrava o solo pantanoso com aterros deficientes, seja com relação ao material utilizado (argila, lixo etc), seja com relação à altura do aterro.

Criou-se então difícilíssimo problema sanitário, pois o lençol freático atualmente se encontra a pequena profundidade (a menos de 60cm em grande parte do ano) e o aterro sobre o NA freático tem permeabilidade praticamente zero. A coleta dos esgotos sanitários e pluviais torna-se bastante difícil pela impossibilidade de se utilizar naturalmente a gravidade no transporte dos dejetos. Um sistema coletor de esgotos sanitários tradicional de tubos cerâmicos ou tubos de concreto dimensionado para:

Velocidade mínima de arraste = 60 cm/s

Y/D min = 10%; Y/D máx. = 80%

Altura mínima de aterro sobre a geratriz superior dos

tubos sem laje de proteção sob tráfego automotor = $1,30 \text{ m}$

e ligado diretamente ao curso d'água receptor não funcionaria: como o relevo é plano, haveria necessidade de se conferir declividades artificiais ao sistema de coleta; as manilhas estariam abaixo do lençol freático todo o tempo, haveria infiltração, retorno de água do mar, não haveria arraste de sólidos.

A situação sanitária nas áreas SM ocupadas atualmente é crítica: Praticamente em todas as ruas existem valas a céu aberto, completamente poluídas e nas quais há contato primário de crianças diariamente. O índice de saúde é muito baixo, e a mortalidade, em especial infantil, muito elevada. No tempo das chuvas a situação se complica ainda mais, causando o alagamento de grandes áreas por dias consecutivos. É de se registrar ainda que existem áreas SM ocupadas que nem aterradas estão, caso em que a ocupação se procedeu em palafitas, como no bairro Santa Rita.

Diante dos fatos citados anteriormente, passa-se a sugerir outras medidas alternativas de coleta e disposição dos esgotos sanitários e pluviais para estas áreas prioritárias do ponto de vista sanitário:

- A primeira alternativa pensada é um sistema de coleta dos esgotos sanitários composto por galerias de concreto, vedadas e isoladas do meio ambiente (das águas de chuva, da maré). Esse sistema coletor deveria fornecer velocidade mínima de arraste às águas residuárias da ordem de 0,6m/s e teria nos pontos mais a jusante poços com gradeamento onde um sistema de bombas seria acionado quando o NA dentro do sistema coletor atingisse um nível pré-estabelecido.

As bombas recalçariam os esgotos até uma Estação de Tratamento, onde receberiam tratamento primário e secundário e daí seriam devolvidos ao rio Marinho ou à própria baía de Vitória ou então seria o efluente lançado diretamente sem tratamento nos cursos d'água. Ou seja, o sistema coletor funcionaria também como armazenador dos esgotos até um certo volume. Esta solução é tecnicamente possível e sanitariamente recomendada (não haveria deposição de sólidos na coleta, não haveria in

terferência do lençol freático ou das águas do mar, o esgoto seria de purado dentro dos limites de saúde pública recomendados, não haveria mais contato das populações com os efluentes sanitários etc).

Este sistema, entretanto, tem restrições:

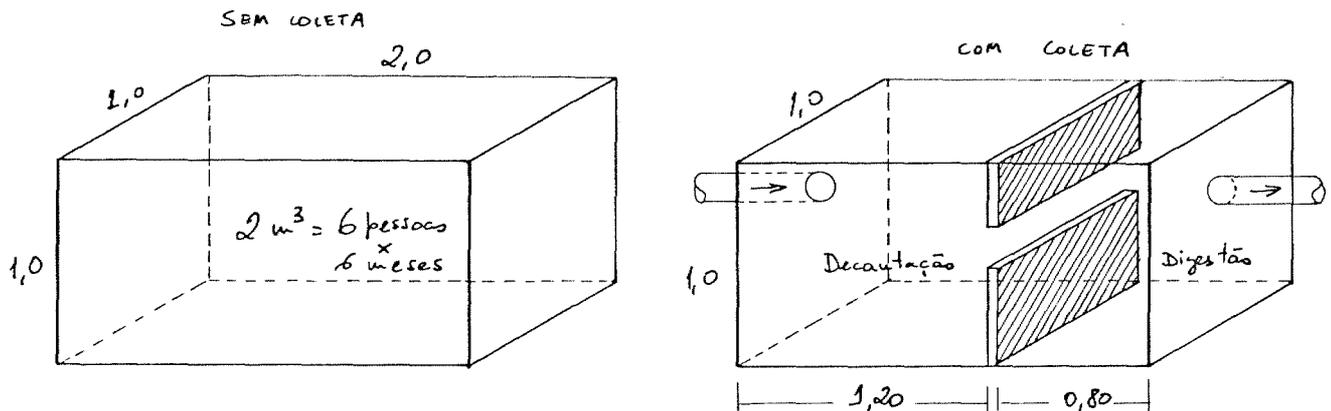
- . alto custo do sistema coletor
- . construção difícil (abaixo do NA freático)
- . custo elevado do sistema de bombeamento
- . manutenção do sistema de bombeamento

Dependendo de estudos de detalhamento de projeto, pode-se pensar também a possibilidade de se executar um sistema coletor unitário nos mesmos mol des descritos anteriormente, o qual reunisse no mesmo sistema esgotos e águas pluviais que a seguir seriam recalcados até um ETE e daí devolvi dos aos corpos d'água receptores. Dessa forma solucionar-se-ia o proble ma do esgotamento pluvial, porém haveria problemas em estações chuvosas.

- Uma segunda alternativa seria a coleta celular dos esgotos sanitários em um compartimento de mineralização de esgotos, projetado para rece ber apenas esgotos cloacais a seco (tipo fossa negra armazenadora).

Seria este compartimento dimensionado para receber os esgotos sem des carga d'água de uma habitação de 6 pessoas pelo prazo de 6 meses, de pois do que seria esvaziada por caminhão coletor dotado de bomba de sucção. Este compartimento seria construído em concreto armado imper meabilizado. Não poderia ser admitida a introdução de papéis higiêni cos ou qualquer outro tipo de resíduo sólido na fossa. Pode-se aven tar a hipótese de que se algum dia for construída rede de coletores nas ruas, este compartimento pudesse ser remanejado de modo a receber to dos os esgotos líquidos da moradia, de forma a transformar-se em fossa séptica, a qual providenciaria um pré-tratamento aos efluentes domês

ticos, antes de conectá-los à rede pública coletora.



Os custos dessa proposta seriam relativos a:

- custo do compartimento (poder-se-ia supor que cada cidadão se incumbisse da escavação do poço destinado ao compartimento)
- custos dos caminhões e equipamentos de limpeza
- custo da limpeza e transporte do material
- custo da disposição do material

Uma primeira estimativa do custo do compartimento levou ao valor de Cr\$ 16.000,00/unidade. Os outros custos envolvidos na proposta não foram levantados pela exiguidade do tempo disponível para elaboração deste documento.

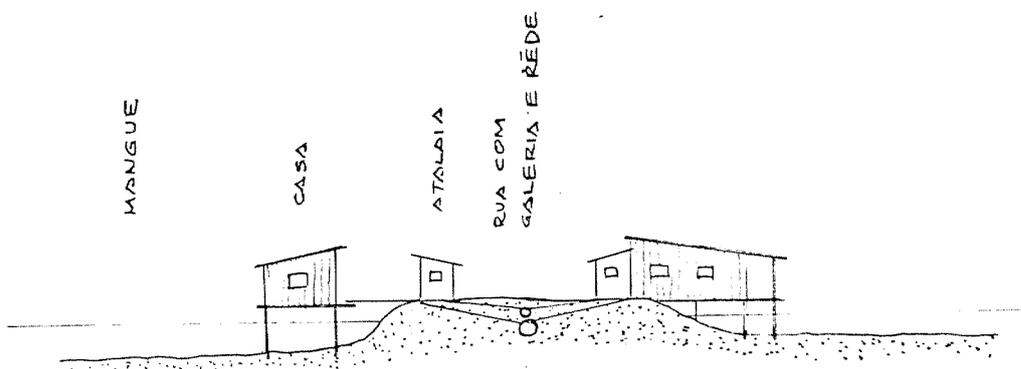
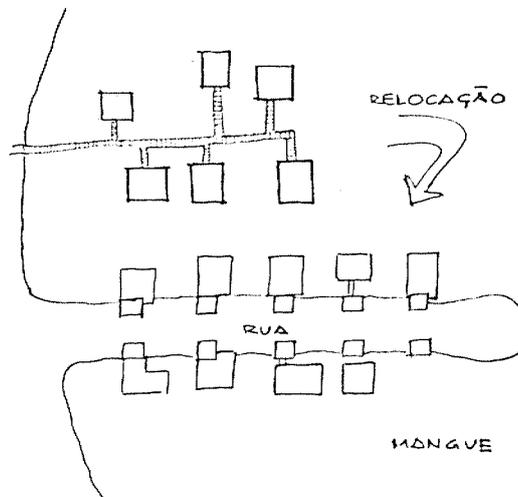
- Nessas regiões pantanosas pode-se também pensar em sistema coletor constituído por tubos de ferro fundido para esgotos, dotados de declividade que permitisse velocidade mínima de arraste aos efluentes. Tal sistema coletor iria ter a poços de sucção de onde seria o efluente recalcado para uma ETE ou lançado diretamente sem tratamento nos cursos d'água.

- Nas bacias do rio Aribiri e do Canal da Costa existem ainda áreas consideráveis de solo SM não ocupadas atualmente, próximas a áreas de solo SM atualmente precariamente ocupadas. Sendo assim, uma outra solução alternativa de saneamento seria a execução de aterro conveniente tanto em relação ao material a se utilizar (sugere-se material de granulometria areia média a grossa), quanto em relação à altura final de acabamento do aterro (deve a cota final do aterro ser da ordem de 1,5m em relação ao nível atual dos terrenos), de modo a se preparar estas áreas para receber ocupação urbana decente. Uma vez concluído o aterro, as populações que habitam atualmente as áreas SM próximas às áreas que seriam aterradas, seriam retiradas por etapas e instaladas no novo aterro. Uma vez consolidada a ocupação ordenada dos aterros, aterrar-se-ia as áreas SM atualmente ocupadas nas mesmas condições do aterro proposto acima, de modo que após todas as operações ter-se-ia o terreno completamente saneado, com disponibilidade de terrenos aptos à ocupação numa área equivalente à área inicial dos solos SM não ocupados atualmente. Há dificuldades de vulto na realização desta alternativa, principalmente no que diz respeito à mudança de populações inteiras dos bairros. O custo é também elevado, mas deve-se pensar nos benefícios que adviriam desta intervenção, que são também ponderáveis, já que se trata de solução definitiva para vários problemas.

Numa primeira estimativa de custos, levantou-se o preço do m³ de aterro hidráulico (Cr\$ 90,00) e do aterro de areia transportado de uma distância média de 5km (Cr\$ 200,00/m³). Os outros custos envolvidos exigem um detalhamento maior da proposta, o qual não pode ser realizado neste estágio de elaboração do documento.

- Em áreas de ocupação em palafita sobre o mangue poderia haver uma intervenção mais profunda, relocando sua população. Seriam construídas *ruas de galerias e redes*, em aterro sobre o mangue, contíguas aos bar-racos em operação de relocação sucessiva. Essas ruas disporiam de galerias de água e esgoto e, na testada dos lotes, haveria atalaias em alvenaria com a parte hidráulica das habitações: caixa d'água, banhei-

ro, tanque e pia de cozinha. As casas seriam construídas pelos próprios moradores e os terrenos posteriormente aterrados em cotas menores, utilizando-se de um *banco de areia*, onde adquiriria material sólido aos poucos, ou com o auxílio de aterro sanitário tecnicamente orientado.



PROPOSTAS ESPECÍFICAS NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

De posse dos levantamentos preliminares realizados e de acordo com as alternativas gerais de intervenção listadas nas páginas anteriores, partiu-se para 2 propostas específicas de intervenção em áreas consideradas de carência sanitária prioritária no município.

A eleição dessas áreas e das intervenções sugeridas é entretanto preliminar, sujeita a reavaliações quanto mais seja aprofundada o estudo da problemática sanitária da região. Sugere-se a elaboração de ante-projetos específicos seguindo a linha de conduta delineada nesse documento, nos quais seriam realizados estudos mais aprofundados da viabilidade técnico-cofinanceira das propostas de intervenção.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA BACIA DO CANAL DA COSTA

Esta proposta está esboçada no Mapa 2.

A proposta envolveria o aterro da região A atualmente não ocupada e pertencente a particulares, nas condições descritas de material areia média e grossa (existem regiões de restingas no Município de Vila Velha onde há abundância do material e que inclusive já vêm sendo utilizadas para atividade extrativa de areia) e de cota final de aterro 1,5m acima da cota atual do terreno.

A seguir esta área de aterro seria urbanizada e seria ocupada pelos habitantes dos bairros Baixada do Soteco e Divino Espírito Santo. Deve-se prever que estas novas moradias poderiam ter parte do seu custo fornecido pela própria população ou então seriam fornecidos equipamentos urbanos, mínimos às moradias (sistema viário, rede de água, fossas sépticas no aterro arenoso, equipamentos sócio-comunitários, energia elétrica), as quais seriam completadas pelos próprios moradores.

A seguir seriam aterrados os atuais bairros Baixada do Soteco e Divino Espírito Santo, adotando-se aterro nos mesmos moldes anteriores, aterrando-se a área convencionada B no Mapa 2.

Esta 2ª área aterrada seria dividida equitativamente entre os antigos proprietários da área A, para os quais pode-se pensar também em cobrar taxas, pois seus novos lotes estão bastante valorizados em relação aos lotes que possuíam antes da intervenção. Deve-se assegurar a legitimção de todas as propriedades envolvidas nesta proposta de intervenção.

A área A, atualmente desocupada, equivale aproximadamente a 520.000m^2 .
Supondo-se que a área B tenha as mesmas dimensões, ter-se-ia uma área final de aterro de $1.040.000\text{m}^2$, que na altura da proposta, perfazeria o volume aproximado de $(520.000 \times 1,6) + (520.000 \times 1,1) = \cong 1.400.000\text{m}^3$ de aterro.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO BAIRRO SANTA RITA

As ilhas de mangue, convencionadas A no Mapa 2, estão ocupadas por moradias em palafita sobre manguezais. Essas moradias têm situação sanitária intolerável (nem abastecimento de água possuem). Essas ilhas devem ser aterradas na cota mínima 1,5m (aterro de areia). Deve-se projetar enrocamento de pedra que delimitaria a área de aterro. Sugere-se, também, aterro na área B não ocupada atualmente (Mapa 2), a fim de se poder controlar a ocupação na região.

Deve-se pensar em aterros por faixas nas ilhas, de modo a se assegurar à população atual a permanência no mesmo local. Deve-se aventar, também, a necessidade de se fornecer equipamentos mínimos à população das ilhas após o aterro (pontes sobre os canais; sistema viário, rede de água, fossas sépticas sob o aterro arenoso, equipamentos sócio-comunitários, energia elétrica).

As áreas aterradas de solo SM, adjacentes às ilhas, também têm sua situação sanitária precaríssima, pelos motivos expostos anteriormente. Foram elas convencionadas B no Mapa 2.

Nessas áreas, recomenda-se como intervenção sanitária mínima a construção de compartimentos individuais de coleta de esgoto a seco, detalhadas anteriormente.

A área a ser aterrada nesta intervenção eleva-se aproximadamente a 200.000m², o que perfazeria um total de $(200.000 \times 1,6) = 320.000\text{m}^3$ de aterro

O número de moradias da área B eleva-se aproximadamente a 3.000 unidades

Uma outra proposta seria a de aterros parciais, com a utilização de ruas de galerias e redes, conforme apresentado anteriormente.

3.

COMPONENTE TRANSPORTE

APRESENTAÇÃO

A variedade de condicionantes físicos, ecológicos e fundiários, aliada à iminência de fortes vetores econômicos transformativos, levou o Poder Público a uma política de ordenamento espacial planejada, sistematizada a partir de 1976, quando foi elaborado o Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória*, consolidando propostas anteriormente formuladas como o Plano de Desenvolvimento Integrado** e o Programa de Reparcelamento Estrutural***. Estabeleceu-se um sistema de planejamento institucionalizado no Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória - CODIVIT, apoiado tecnicamente pela Fundação Jones dos Santos Neves - FJSN.

A organização territorial preconizada procura reordenar a estrutura urbana, bem como o uso do solo, visando a um desenvolvimento mais racional das atividades, a redistribuição dos potenciais de atração, a redistribuição dos fluxos, a descentralização e descongestionamento do centro e a constituição de unidades urbanas autônomas.

Sob esse prisma, foram delineadas as diretrizes básicas de atuação do planejamento no setor de transportes da Grande Vitória, quais sejam:

*ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Grande Vitória: Plano de Estruturação do Espaço (PEE)*. Vitória, 1976.

**_____. *Plano de Desenvolvimento Integrado da Microrregião de Vitória (PDI)*. Rio de Janeiro, 1973. 2v.

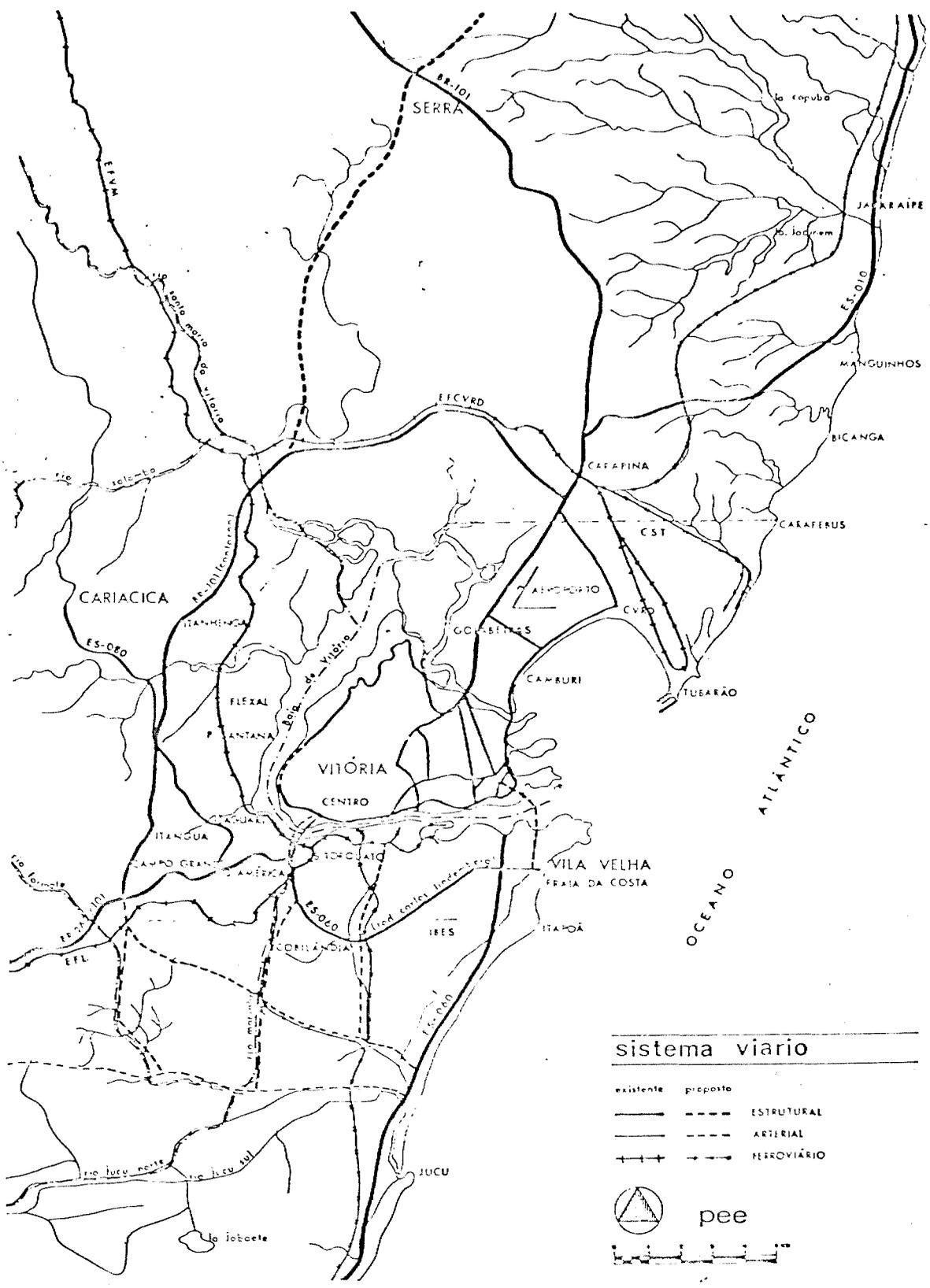
***_____. Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo. *Programa de Reparcelamento Estrutural (PRE)*. Vitória.

- . hierarquização do sistema viário principal, de acordo com a funcionalidade das vias;
- . implantação do sistema hidroviário;
- . implantação de um sistema racionalizado de transporte coletivo rodoviário;
- . utilização dos troncos ferroviários existentes e projetados, como também outros troncos, em complementação ao transporte rodoviário, para transporte, tanto de carga como de passageiros;
- . proposições para localização de terminais de passageiros e cargas.

A problemática urbana da Grande Vitória tem, portanto, a abordagem sistemática como fato recente. As decisões que afetam os sistemas urbanos vinham sendo tomadas de maneira setorial, sem coordenação entre técnicos, administradores e políticos envolvidos, e sem levar em conta as suas implicações no global. As medidas no subsistema de transportes, de forte afetação na configuração física da cidade, como obras viárias, trâfego e transporte coletivo, têm obedecido as tendências conjunturais, sem maiores preocupações quanto ao seu grau de influência no urbano.

Tais medidas têm se mostrado ineficazes, por beneficiar basicamente ao transporte individual, em detrimento da maioria da população, por carregar de maneira crescente a Área Central, por exigir obras de investimentos vultuosos e por atuar sobre os problemas de maneira pontual.

Com o objetivo de sanar esses inconvenientes, o Governo do Estado do Espírito Santo passou a promover, através da FJSN, estudos e pesquisas que procurassem equacionar a problemática urbana de maneira global e identificassem proposições integradas para os problemas. Esse processo é apresentado no capítulo que se segue.



CARIACICA

ITAMPENGA

PORTO DE CARIACICA

TURBU

FLECHAL

VENTAÍAS

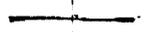
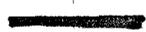
BAIA DE VITÓRIA

VITÓRIA

LABEIRAS

CANDURI

AGLOMERAÇÃO DA G.V.
CONDICIONAMENTOS FÍSICOS

-  ELEVACIONES > 50 m
-  ÁREAS ALAGÁVEIS
-  BARREIRAS HÍDRICAS
-  ÁREAS INSTITUCIONAIS

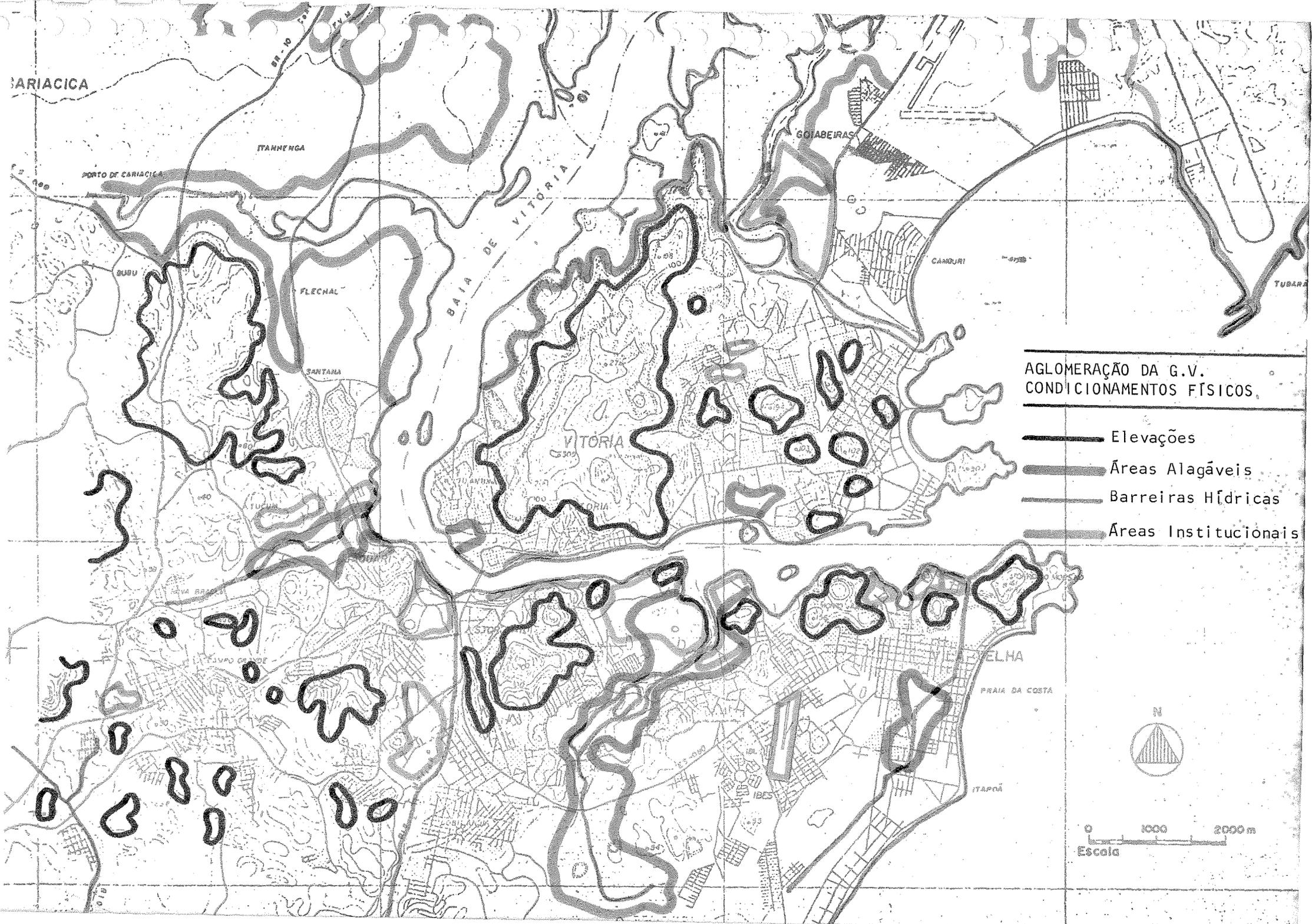
ELHA

PRAIA DA COSTA

ITAPRÁ



0 1000 2000
Escala



CARIACICA

ITANHENGA

PORTO DE CARIACICA

BUBU

FLECHAL

SANTANA

BAIA DE VITÓRIA

VITÓRIA

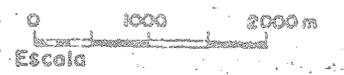
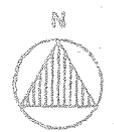
GOIABEIRAS

CANDURI

TUBARÃO

AGLOMERAÇÃO DA G.V.
CONDICIONAMENTOS FÍSICOS

-  Elevações
-  Áreas Alagáveis
-  Barreiras Hídricas
-  Áreas Institucionais



PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES NA GRANDE VITÓRIA

O planejamento de transportes na Grande Vitória objetiva corrigir as distorções presentes, dentro de uma perspectiva duradoura, visando o reordenamento do espaço urbano, através de medidas racionais, planejadas e hierarquizadas.

Com tal enfoque, após o PEE foram realizados estudos para a formulação e operacionalização do Sistema de Transporte Aquaviário* e o dimensionamento e localização do novo Terminal Rodoviário de Passageiros**.

Ainda, dentro dessa filosofia, considerando a fragilidade da estrutura suporte da circulação e do uso do solo na Aglomeração, foi elaborado o *Programa de Ação Imediata de Transporte e Trânsito (PAITT)*, que o apresenta, entre seus objetivos gerais, aqueles relacionados com os transportes coletivos, quais sejam:

- . a instituição de um Plano Viário Funcional, visando melhor distribuir os fluxos no sistema viário de acordo com os destinos e a natureza das viagens;

*ESPÍRITO SANTO. SEPL, FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Grande Vitória: Sistema de Transporte Aquaviário* (Versão Preliminar). Novembro/76.

**ESPÍRITO SANTO. SEIT/CETERPA - Comissão Especial para a Construção de um Terminal de Passageiros. FJSN. *Grande Vitória: Dimensionamento e Localização do Novo Terminal de Passageiros*. Março/77.

- . a promoção de um sistema integrado de transportes urbanos, de maneira a obter a complementariedade de modos ao invés da competição entre eles;
- . a melhoria das condições de conforto e qualidade dos serviços de transporte coletivo, aumentando o nível de confiabilidade, reduzindo os custos de operação e incrementando as velocidades médias de percursos, oferecendo, assim, opções viáveis de substituição ao transporte individual;
- . a promoção do uso mais racional do sistema viário existente e a humanização da cidade, priorizando o pedestre e o transporte coletivo em detrimento do veículo individual;

O PAITT incorporou proposições preliminares de um Plano Diretor de Transportes Urbanos (PDTU), ao destacar medidas de ação imediata, mas que, ao mesmo tempo, enquadram-se e encaminham uma política de circulação urbana de longo prazo, tais como:

- . redução da frota de ônibus na Área Central, com a implantação do sistema aquaviário e de um sistema de linhas troncais de ônibus, ligando os principais centros urbanos da Grande Vitória;
- . reordenamento da circulação da Área Central, com redução de pontos críticos de estrangulamento do tráfego e criação de maiores áreas para os pedestres;
- . integração modal de transportes coletivos, num sistema que ofereça aos usuários a opção de diversos modos de transporte.

O Centro Metropolitano, além do estrangulamento pela limitação física e outros fatores, apresenta-se congestionado em virtude da incoerência dos sistema de circulação e de transportes coletivo urbano. As duas primeiras medidas visam a melhoria das condições de transportes coletivos e da circulação de pedestres, da fluidez geral do tráfego e da própria humanização do Centro. Com a terceira medida, pretende-se aumentar a

atratividade e a eficiência do sistema de transportes coletivos. É ne
cessário, portanto, uma remodelação global da circulação e do sistema de
transportes urbanos, pois as ações limitadas correm o risco de se mos
trarem ineficazes.

O PAPEL DOS TRANSPORTES NO PROGRAMA CPM/BIRD

A Fundação Jones dos Santos Neves realizou uma coleta de informações junto as populações residentes nos bairros mais carentes da Grande Vitória, com o objetivo de melhor detectar os problemas ali existentes. Constatou-se que cerca de 82% dos moradores desses bairros reivindicam melhorias das vias de circulação. Verificou-se, ainda, que aproximadamente 26% da renda familiar são consumidos em gastos com transportes. Como podemos observar, a melhoria das vias servidas por transportes coletivos nesses áreas reduzirá o tempo total das viagens realizadas. Esta redução permitirá que a produtividade do trabalho seja incrementada, através de menor desgaste físico e mental na espera do transporte coletivo e durante a própria viagem. O tempo de viagem economizado poderá ser aproveitado pelo usuário do sistema para desenvolver outras atividades ou, mesmo, dedicar-se a própria família.

Analizando-se as condições de mobilidade dos diversos setores que compõem a Grande Vitória, observa-se que a situação mais crítica encontra-se entre aqueles onde se situam as populações de renda mais baixa.

Procurando amenizar tal problema, serão selecionados os projetos que forem mais emergentes e possuírem maior abrangência sobre essas populações carentes, e, ao mesmo tempo, integrarem a estrutura urbana e de transportes proposta para a região.

4.

MATRIZ DE PRIORIDADES

VITÓRIA
VILA VELHA
SERRA
CARIACICA

